



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XII Legislatura

Número: 115

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 16 de junho de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Paulo Gomes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira e pela Deputada Elisa Sousa) e Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se continuidade ao debate do **Projeto de Resolução n.º 160/XII – “Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”**, apresentado pelo Sr. Deputado independente, no qual intervieram os Srs. Deputados Gustavo Alves (*PPM*), António Lima (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), João Bruto da Costa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), Marco Costa (*PSD*), José Eduardo (*PS*), Ricardo Vieira (*PSD*) e Carlos Silva (*PS*), bem como

a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

No decurso de debate, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) usou da palavra para defesa da honra, tendo o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), consequentemente, proferido explicações.

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o [Projeto de Resolução n.º 161/XII – “Recomenda ao Governo Regional que permita a liberdade de escolha na educação”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do IL.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*) e Carlos Furtado (*Independente*), bem como a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as José Ávila (*PS*), Délia Melo (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Independente*), Nuno Barata (*IL*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente, a Sra. Deputada Guilhermina Silva (*PSD*) procedeu à [Apresentação e discussão do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avals a Empresas Privadas](#), tendo intervindo os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Berto Messias (*PS*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), bem como a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*).

Seguiu-se a apreciação dos seguintes relatórios:

– [Relatório e parecer sobre pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Pedro Neves possa prestar depoimento na qualidade de testemunha.](#)

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

– Relatório e parecer sobre pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado José Ávila possa prestar depoimento na qualidade de testemunha.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

Dando seguimento à agenda, o Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*) justificou o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 166/XII – “Extensão aos Açores e à Madeira de medida excecional de apoio ao setor agropecuário”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Assim, passou-se ao debate e votação do Projeto de Resolução n.º 166/XII – “Extensão aos Açores e à Madeira de medida excecional de apoio ao setor agropecuário”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Alberto Ponte (*PSD*), Patrícia Miranda (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Independente*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*) e Andreia Cardoso (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 91/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março de 2022 – Estabelece medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”, apresentado pela Representação

Parlamentar do PAN, cuja justificação coube ao Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Nesse seguimento, o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) procedeu à apresentação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 91/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março de 2022 – Estabelece medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as Joana Pombo (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Ricardo Vieira (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Gustavo Alves (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Alexandra Manes (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*) e Pedro Neves (*PAN*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetida à votação, em votação final global, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Posteriormente, o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) justificou o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 167/XII – “Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo para a construção de uma estrada alternativa de acesso à Ribeira Quente”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Consequentemente, passou-se para o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 167/XII – “Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo para a construção de uma estrada alternativa de acesso à Ribeira Quente”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Feita a apresentação por parte do Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Contente (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo

Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*), Nuno Barata (*IL*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetida à votação, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Ao [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 168/XII – “Universalidade na atribuição do programa Nascer +”](#), apresentado pelo Sr. Deputado independente, foi retirado, por solicitação do proponente, o pedido de dispensa de exame em Comissão.

Após a justificação por parte Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*), foi submetido à votação, tendo o pedido de urgência sido aprovado por maioria.

O [Projeto de Resolução n.º 168/XII – “Universalidade na atribuição do programa Nascer +”](#), apresentado pelo Sr. Deputado independente, baixou à Comissão para parecer.

Seguiu-se a justificação, por parte do Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*), do [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 169/XII – “Exigência do cumprimento do contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Dando seguimento à ordem de trabalhos, a Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*) procedeu à justificação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 170/XII – “Apoios aos sectores agrícola e pecuário da Região Autónoma dos Açores pelo aumento dos custos de produção”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Foi retirado, por solicitação do proponente, o pedido de dispensa de exame em Comissão.

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Assim, o [Projeto de Resolução n.º 170/XII – “Apoios aos sectores agrícola e pecuário da Região Autónoma dos Açores pelo aumento dos custos de](#)

[produção](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, baixou à Comissão para parecer.

Por fim, foi aprovada, por unanimidade, a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de junho de 2023.**

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia, Senhoras e Senhores Deputados.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos dar início aos trabalhos da nossa reunião com a chamada.

Tem a palavra o Senhor Secretário.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)**Pedro Miguel Vicente Neves**

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 54 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, iniciámos ontem o ponto da Agenda n.º 10: **Projeto de Resolução n.º 160/XII – “Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”**.

A iniciativa foi apresentada pelo Senhor Deputado Independente.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Temos aqui em discussão uma Resolução, apresentada pelo Senhor Deputado Independente Carlos Furtado, sobre a urgência e a necessidade de transferência das verbas do Furacão Lorenzo da República para os Açores, em função de toda a execução de obra que já está realizada.

Mas queria, nesta minha primeira intervenção, porque já muitas vezes se falou sobre este assunto, colocar aqui as questões de forma cronológica, quero fazer a fita do tempo deste assunto, desde o Furacão Lorenzo.

E, portanto, eu começava por dizer que entre os dias 1 e 2 de outubro de 2019, altura em que a Região foi fustigada pelo Furacão Lorenzo, foram estimados, pelo anterior Governo, prejuízos no valor de 313,3 milhões de euros.

Por Resolução do Conselho de Ministros, a Resolução n.º 180/2019, de 8 de

novembro de 2019, o Governo da República determinou que “os apoios financeiros necessários ao restabelecimento da normalidade naquela área geográfica serão suportados em 85% pelo Governo da República, nos termos a definir por despacho do Senhor Primeiro-Ministro”.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019, datada de 25 de novembro de 2019, o Governo da República comprometeu-se:

1 – “A estabelecer, sem prejuízo do reconhecimento de elegibilidade da inventariação [que seria, naturalmente, depois quantificada] (...), transferir logo, em 2019, 20 milhões de euros para a Região”, o que aconteceu.

2 – “Determinar que no ano económico de 2020 será feito um reforço de 20 milhões de euros”, também a título de endividamento, dinheiro que nunca chegou.

3 – “Estabelecer e assegurar a candidatura ao Fundo Social da União Europeia, em benefício da Região Autónoma dos Açores”, o que acabou também por acontecer, no valor de 8.2 milhões de euros.

Portanto, neste momento, a Região recebeu 20 milhões de euros de adiantamento em 2019, quando devia ter recebido 40 milhões (20 de 2019 e 20 de 2020), recebeu 8.2 milhões do Fundo Social da União Europeia e recebeu 1.5 milhões de euros das faturas entretanto apresentadas, naquela altura. Portanto, há 20 milhões de euros que nunca foram recebidos pelos Açores.

Por carta de 26 de agosto de 2020, na altura do Ministro do Planeamento, Nelson de Souza (e esta carta é na sequência de uma reunião que o Senhor Vice-Presidente teve com o Ministro Nelson de Souza, Ministro do Planeamento), diz que “ficou definido na referida reunião que a contribuição do Governo da República para os prejuízos do Furacão Lorenzo seriam no montante de 198 milhões de euros, correspondendo ao valor de investimentos a iniciar a partir de 2021”. Ora, aqui já temos um problema de discordância entre o valor estimado de 313 milhões de euros iniciais, para 198 milhões de euros em agosto de 2020.

Por Despacho do Senhor Primeiro-Ministro n.º 8877/2021, já com o atual

Governo, é reafirmado que a comparticipação do Governo tem um limite de 198 milhões de euros, refere os 20 milhões já recebidos de 2019, refere os 8.2 milhões recebidos do Fundo Social Europeu, refere os 1.5 milhões referidos das despesas apresentadas, não refere os 20 milhões de euros que estão na Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019, 20 milhões de euros em 2020.

E refere isso unilateralmente, nunca foi negociado com o Governo atual que os 85% desses valores seriam assegurados pelo Portugal 2030. Decisão unilateral do Governo da República.

Até a este momento, foram transferidos os 29 milhões de euros, que falei anteriormente. A Região já executou, a 30 de abril, 88.2 milhões de euros e apenas recebeu 29.7 milhões de euros.

Portanto, este foi o relatório apresentado aquando da audição na Comissão de Economia, apresentado à Comissão deste Parlamento que acompanha os estragos do Furacão Lorenzo, são dados de 30 de abril.

Como eu disse na Comissão, estes dados são dinâmicos, porque todos os dias, naturalmente, há faturação, ou pelo menos todos os meses há faturação, mas nós mantivemos aqui no 30 de abril, precisamente para termos todos a mesma informação e até porque as faturas estão em curso. Portanto, é sempre difícil fazer o apuramento ao dia.

Neste momento, a 30 de abril, recebemos 29.7; temos para reembolso, executado, 88.3, ou seja, temos a receber 58.5 milhões de euros. Se considerarmos 85% disso, temos a receber 49.7 milhões de euros. Esta é a situação atual e eu devo acrescentar que esta situação traz enormes constrangimentos ao Orçamento Regional e à Tesouraria Regional.

Obviamente que as obras não podem parar, dada a sua urgência. Aproveito para dar a informação à Câmara de que, para além destas obras que foram aqui estimadas, já tivemos a depressão Efrain.

Já está a decorrer neste momento a obra, já estão a colocar os antiferes nas Flores,

na proteção de emergência, proteção que vai permitir proteger de alguma forma a ponte-cais que foi concluída há pouco tempo. Portanto, continuam as obras, continuam os investimentos e isso tem sido feito com dificuldades de tesouraria, com outras obras que estão neste momento a aguardar dotação orçamental, porque o que vai para um lado já não pode ir para outro.

Há um conjunto de situações, decorrentes desta realidade, que nós temos que procurar resolver rapidamente.

E eu não quero trazer polémica ao Parlamento. O que eu quero é pôr os factos. E eu tenho-os aqui todos, que posso apresentar à Mesa. Não há aqui um documento que eu tenha referido que não possa apresentar à Mesa. Não referi um, que vou referir (está aqui), a carta do Senhor Presidente...

Deputado Nuno Barata (IL): E o resto desse despacho?

A Oradora: Não, não! Está tudo! A carta do Senhor Presidente vem na sequência da carta do Senhor Ministro Nelson de Souza, e da reunião que o Senhor Ministro Nelson de Souza teve com o Vice-Presidente Sérgio Ávila.

Portanto, o Senhor Presidente do Governo, nesta altura, apenas transcreve factos realizados e cartas do Ministro chegadas à Região. E eu faço questão de as apresentar à Mesa, porque talvez os Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PS não tenham tido acesso a alguma documentação que estivesse na Vice-Presidência, eventualmente. É uma dúvida que eu deixo. Mas nós temos todo o gosto em apresentá-la e entregá-la à Mesa.

Portanto, os factos estão aqui, os documentos estão aqui, isto é exatamente o que se passou.

Neste momento, e a proposta não é nossa, é do Deputado Independente, mas nós consideramos que temos todos que nos unir à volta deste processo para que haja uma solução rápida, expedita e, acima de tudo, açoriana, uma resolução açoriana, uma resolução do assunto.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito

bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Porque nós temos que perceber quem está do lado dos Açores e quem não está do lado dos Açores.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: Que alguns Deputados que estão na República estejam do lado da República, eu ainda posso compreender as agendas desses Deputados.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: Agora, os Deputados da Região, nesta Assembleia Regional, só podem estar do lado dos Açores!

Muito obrigada.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Está em discussão um Projeto de Resolução do Senhor Deputado Independente que visa alertar o Governo da República para o cumprimento das tranches, que estão atrasadas, relativas ao desenvolvimento das obras de recuperação do Porto Comercial das Flores, destruído pelo furacão Lorenzo, onde foi propalada a

solidariedade nacional que teima em ser executada.

Adianto, desde já, que votaremos a favor deste Projeto de Resolução.

O furacão Lorenzo atingiu praticamente em cheio a ilha das Flores na noite de 1 para 2 de outubro, em 2019, destruindo o já fragilizado Porto Comercial das Flores. Existiram várias situações noutras ilhas, mas a ilha das Flores foi a que teve maior prejuízo.

Desde então, em matéria de recuperação e reconstrução, foram feitas duas obras marítimas na ilha mais ocidental.

A ponte-cais, que está finalizada, e o muro de proteção de emergência, que está muito próximo de ficar concluído.

Está em curso, desde o início do mês passado, uma nova obra fundamental para assegurar um funcionamento mais normalizado das operações marítimas, chamada de reforço de emergência, que basicamente cria um molhe de blocos antifer no prolongamento do cais antigo, preenchendo o canal criado pela depressão Efrain, em dezembro passado, precisamente no local mais fragilizado naquela infraestrutura, que foi abandonada pelos sucessivos governos socialistas, principalmente pelos dois últimos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Relembre-se que era sabido o estado de fragilidade da infraestrutura, na qual não foram feitas manutenções, como era necessário, limitando-se, no fim de vida do porto, a instalar uma placa de proibição de passagem, reconhecendo a falta de manutenção e segurança da mesma.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: A questão central é que as obras não se fazem sem existir quem as pague.

Neste caso, este furacão inédito no Atlântico Norte foi tão destruidor que provocou estragos suficientes para ser considerada pelo Governo da República a

situação de calamidade na Região Autónoma dos Açores, abrindo portas à solidariedade nacional e europeia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sobre a solidariedade europeia, foi cumprida na íntegra.

Sobre a solidariedade nacional, a história é outra.

Ainda na governação socialista foram transferidos 20 milhões de euros, em 2019.

Em 2020, estava em Orçamento de Estado outros 20 milhões de euros, mas que desta vez não chegaram aos cofres açorianos.

Em 2021, estava em Orçamento de Estado 38 milhões de euros, que também não chegaram aos Açores.

Custa-nos afirmar isto, mas parece que a solidariedade nacional esgotou-se com a derrota do Governo socialista nas eleições legislativas nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Apesar de tudo isto, existe uma solidariedade regional, com que os florentinos podem contar.

Este Governo de coligação não deixará que esta obra fundamental para os florentinos pare mesmo sem a solidariedade do Governo da República, que tarda em chegar, mas que obrigatoriamente terá de chegar.

Sendo um esforço financeiro regional enorme, o garrote da República socialista às finanças regionais é enormíssimo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É que além da falta de verbas neste âmbito, faltam também as verbas das OSP's e outras.

A verdade é que a maior obra dos Açores vai para a frente, e ao contrário do que os pessimistas proclamam, nada irá travar a conclusão desta obra, simplesmente fundamental para a ilha das Flores e para os Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Faço apenas um parêntesis para um repto ao Governo Regional, para que quando for lançada a obra do molhe principal, seja reforçada a força de trabalho e alargados os horários de construção para o período noturno, fazendo render o curto hiato de meteorologia razoável para estas mesmas obras marítimas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isso tem de ser imperioso para se atingir os prazos estipulados, ou mesmo encurtá-los, pois, sabemos que as obras marítimas têm contratempos derivados à impiedosa natureza.

Finalizando. O Governo da República tem de ser chamado à sua responsabilidade.

Um estado que arrecadou milhares de milhões de euros...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

O Orador: ... não previstos em impostos devido à inflação terá certamente disponibilidade financeira para não deixar a ilha das Flores e a Região Autónoma dos Açores para segundo plano.

Além de os florentinos serem açorianos, são também portugueses.

Cumpra-se com a palavra, cumpra-se com o dever.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução, que já tinha sido apresentado, pelo menos com um pedido de urgência, no passado mês, pretende que aquelas que são as transferências que estão comprometidas, até por resoluções do Conselho de Ministro e despachos do Senhor Primeiro-Ministro para a Região, relativas às despesas comparticipadas para a recuperação dos danos do furacão Lorenzo, se apressem, sejam mais céleres. E, da nossa parte, como é óbvio, não temos qualquer dúvida em afirmar que o tempo que se demora e os mecanismos encontrados para essas transferências não são, de modo algum, aqueles que melhor defendem os interesses da Região.

É demasiado tempo. Sejam 5 milhões, 10 milhões, 15 milhões ou 20 de dívida é demasiado. É demasiado tempo, porque não é aceitável que esse mecanismo que se encontrou, através de fundos comunitários, nos faça ter que fazer adiantamentos avultadíssimos para a reconstrução dos danos, que foram muitos e, como sabemos, se situam, na maior parte, neste momento, na ilha das Flores, nomeadamente no seu porto comercial.

Ora, é, para nós, por demais urgente rever este processo e rever este mecanismo. E isso pode ser feito em acordo, naturalmente, entre o Governo Regional e o Governo da República. E esta posição do Parlamento, não está em concreto, mas a questão da necessidade deste acordo e desta contribuição da República para com a Região, já tinha sido expressa pelo Parlamento e, digo eu, pelos partidos individualmente, por diversas vezes.

Sobre esta matéria, julgo eu, não temos muito mais a acrescentar, apenas dizer que efetivamente era conhecido o despacho do Senhor Primeiro-Ministro desde 2021, relativamente à forma de transferência das verbas, através de fundos

comunitários. E, julgo eu, o Governo Regional já saberia e já deveria eventualmente ter procurado, antecipadamente (estamos em 2023), encontrar mecanismos, em negociação com o Governo da República, para antecipar e para existirem adiantamentos.

Chegar a 2023 e dizer que o erro foi esse mecanismo e que agora estamos a sofrer por isso, bem, já foi tarde. Sei que a Senhora Secretária chegou mais tarde, mas o Governo é o mesmo.

Mas eu tenho algumas dúvidas, porque nesta matéria eu já ouvi, infelizmente, muitos números a serem debitados pelo Governo. E, independentemente do valor, isso sendo importante, não é o essencial, podia ser um euro, mas podem ser 100 milhões, o valor é devido e tem de ser transferido.

(Aparte inaudível)

Já lá vamos.

Mas é fundamental que neste processo haja clareza e rigor, porque nós temos que ter essa clareza e rigor para que os números da Região efetivamente sejam credíveis e não estejamos a falar de números diferentes a cada semana que passa. E sobre esta matéria tenho algumas dúvidas, que gostaria de colocar ao Governo, que são efetivamente dúvidas sobre os números que têm sido avançados por diversas vezes.

Em primeiro lugar, uma dúvida muito simples, que não tem a ver com a dívida em concreto, mas tem a ver com o relatório do Plano de execução financeira da Região, que conhecemos há alguns dias, anteontem, e que tem uma revisão orçamental, uma dotação revista em duas medidas, nomeadamente na medida 9.13, que diz respeito à recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo, infraestruturas portuárias e mercadorias, que tem uma redução à volta de 14 milhões de euros na dotação revista, que por sua vez, parece-me, aparece

reforçada na media 9.8. Eu gostaria de perceber, junto da Senhora Secretária, a que é que se deve esta revisão na execução do Plano. Tendo em conta que se está a executar as obras, efetivamente haverá despesas a serem pagas. E parece-me um pouco estranho, ou pelo menos pouco claro, porque é que há uma revisão substancial nessa verba.

Relativamente à dívida, eu já ouvi, efetivamente, várias vezes, nas últimas semanas, e julgo eu que todos ouvimos, vários números a serem lançados pelo Governo sobre o valor em concreto desta dívida. Fazendo referência àqueles que são os números oficiais da Região, nomeadamente a execução do Plano em 2022, com a execução do Plano de 2023, no primeiro trimestre, que é naturalmente até final de março, que já conhecemos, nós temos uma execução de verbas Lorenzo de cerca de 53 milhões de euros, o que é muito abaixo daquilo que a senhora nos diz que já executaram, que são 88 milhões de euros. Ora, tenho dificuldade em acreditar que, entre 31 de março e 30 de abril, o Governo tenha executado mais de 30 milhões de euros.

Eu gostaria de perceber como é que se explica essa divergência, porque é uma divergência muito grande, são mais de 30 milhões de euros entre aquele que é o documento oficial, que são os relatórios de execução do Plano de 2022 e os relatórios de execução do Plano de 2023, e aquele que é o valor que a senhora diz que já executaram. Entre 53 milhões de euros e 88 milhões de euros vai uma grande diferença. A que é que se deve essa diferença, Senhora Secretária?

Isso é importante, porque nós não podemos dizer à República que estão a dever 21 ou 22 milhões de euros, ou que estão a dever 47 milhões de euros no outro dia. Isso faz muita diferença. E era importante que nós percebamos a que é que se deve essa diferença. Esses números não batem certo e não batem certo por algum motivo. E é preciso perceber porquê,

Muito obrigado.

Aliás, só para terminar – peço desculpa, Senhor Presidente –, eu recordo que, em

maio, o Senhor Secretário das Finanças dizia que a dívida relativamente às infraestruturas Lorenzo era de 65 milhões de euros. Como é que passamos de 65 milhões de euros de dívida para 47?

Fica a pergunta.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra, para participar no debate, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate, sobretudo, porque a Senhora Secretária Regional fez um exercício de memória histórica relativamente a este assunto, e eu acho que posso dar um contributo para isso também.

Há coisas que a Secretária Regional disse que são verdade e há coisas que a Secretária Regional disse que não são verdade ou que, pelo menos, da forma como ela disse, induzem uma ideia errada.

O que é que é verdade?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor agora é polígrafo?

O Orador: É verdade que há uma resolução do Conselho de Ministros, de 2019, que faz referência aos 85%. É verdade que, apesar de essa resolução não fazer referência, ao longo das conversações que houve, nomeadamente com a visita do então Ministro da Economia (julgo que era Ministro da Economia), o Dr. Pedro Siza Vieira, e do Dr. Nelson de Souza às Flores, foi falada a questão da comparticipação de fundos comunitários, da entrada de fundos comunitários neste processo. É verdade que constava a transferência de 20 milhões de euros, que não foi realizada. Essa parte é verdade.

Mas há aqui coisas que não são verdade. Quando a Sra. Secretária Regional faz referência a uma carta do Senhor Ministro Nelson de Souza para o então Senhor Vice-Presidente Sérgio Ávila, o que é que toda a gente percebeu aqui? Percebemos que a carta era sobre os prejuízos do furacão Lorenzo e que se

estabelecia um limite de 198 milhões de euros. Isso não é verdade! A carta não é sobre os prejuízos do furacão Lorenzo, a carta não é sobre a comparticipação do Governo da República ao furacão Lorenzo, a carta é sobre a programação de fundos comunitários para 2021/2027.

A carta, seja no assunto, seja no início, tem como assunto “Preparação dos instrumentos de planeamento 2021/2027” e diz: “Na sequência da reunião realizada no passado dia 24 de agosto, sistematizam-se os princípios a seguir no âmbito da programação dos fundos europeus para o próximo período de programação na Região Autónoma dos Açores.”

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): E o n.º 4?

O Orador: Aí faz referência a que de fundos comunitários vem o montante de 198 milhões de euros.

O que é que acontece depois? O que acontece depois é que, na carta que é enviada pelo Governo Regional, em 2021, ao Governo da República, assume-se que esses 198 milhões de euros eram o limite da comparticipação nacional, onde em parte nenhuma isso está dito, onde em parte nenhuma está dito que é o limite da comparticipação nacional! O que é dito é que, de fundos europeus, vêm 198 milhões de euros, o que é diferente.

E isso altera completamente a forma como nós podemos encarar a proposta do Senhor Deputado Carlos Furtado. Porquê? Alguém, hoje, disse assim: “este Governo Regional disse que nós não concordamos que haja fundos comunitários, nós queremos é que seja do Governo da República”. Não! Toda a gente aceitou que pode ser por fundos comunitários. Ora, por ser por fundos comunitários, o ponto 2 da sua Resolução, quando exige a transferência imediata de verbas... O que é que qualquer empresa sabe? Executa, apresenta fatura, recebe.

Claro que há aqui uma consequência, é que a austeridade do endividamento zero leva a que o Governo Regional não possa fazer isso, mas não vamos por aí.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não vamos!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria, o ponto 1 da Resolução, que diz “para transferir os montantes em dívida”, se se refere aos 20 milhões de euros, tem toda a razão, Senhor Deputado Carlos Furtado.

O ponto 2 da Resolução, quando inverte completamente aquilo que foi o compromisso assumido até a este momento, de que este processo se faz com recurso a fundos comunitários, significa alterar completamente aquilo que está acordado e programado, porque o que está acordado e programado é que esse montante vem de fundos comunitários. E para vir de fundos comunitários, significa que a Região se candidata, executa a despesa e recebe o dinheiro. É o que qualquer empresa nesta Região faz com o que tem a ver com fundos comunitários.

Portanto, em relação a esta matéria, gostava de referir o seguinte:

Primeiro, acho que houve uma falha aqui em relação ao Governo da República não transferir os 20 milhões de euros que estavam programados;

Segundo, há uma falha do Governo Regional em assumir um limite de solidariedade nacional de 198 milhões de euros, que até a esse momento não existia;

Em terceiro lugar, neste momento, o que se quer com esta Resolução é alterar completamente a forma como o acordo foi feito e que, inclusive, o Senhor Presidente do Governo concordou na carta que mandou ao Senhor Primeiro-Ministro, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não concordou, não!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não concordou!

O Orador: ... quando assume que é por fundos comunitários.

Então, em que é que ficamos?

Portanto, desse ponto de vista, há uma parte que tem razão, mas há outra parte que

não tem razão, ou pelo menos que significa uma alteração completa.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não concordou!

O Orador: Era importante esclarecer esse aspeto, para que todos percebamos, no fundo, como é que podemos avançar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É o que é!

O que nós temos aqui é, novamente, a revelação da vingança da República em relação aos Açores. Isto é tão evidente. Só não vê... Acho que até os cegos veem. Até os cegos conseguem perceber isso.

Nós temos aqui neste assunto e numa data de outros assuntos e noutro que vai ser trazido aqui a Plenário (ainda hoje vamos discutir) a forma como a República tem tratado os Açores.

O facto de nós termos uma autonomia, à República, a esta República, a este Governo Socialista da República, é como um pai tirano: tu agora estás a trabalhar, pagas as tuas contas, põe-te na alheta, faz da maneira que tu quiseres. É tal e qual isto. É isto que nós temos.

E, mais grave, temos um Partido Socialista nos Açores que não é capaz de enfrentar o seu próprio partido na República.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem não vê isto é cego!

E é isto que nós temos visto constantemente. Ainda há dias, vimos os agricultores a ficarem fora dos apoios. É mentira? Não, não é mentira! É verdade!

E, depois, nós vemos um Deputado, em bicos de pés, que quer ser líder do PS/Açores, a dizer: eu é que resolvi, eu é que vou resolver. Eu nunca o vi resolver nada. Eu vejo é a mentir, a armar armadilhas aos açorianos. A sua própria terra está a ser prejudicada.

A última coisa que eu vi foi um dos maiores aldrabões de Portugal, o Ministro Galamba, a ir às Flores, de gola alta, dizer mais um chorrilho de mentiras. Isto é inaceitável! É uma falta de respeito aos açorianos!

Nós não podemos aceitar!

Certamente que não será desta forma que nós vamos resolver o problema, mas certamente que será no dia que nós tivermos governantes que percebam que as autonomias são para se respeitar, que isto aqui é Portugal. E Portugal tem que ser respeitado, seja em que território for, seja nos Açores, seja na Madeira, seja no Algarve, seja em Trás-os-Montes. Onde for!

Nós não podemos é ter vinganças porque o Partido Socialista foi derrotado nas eleições, em 2020, pelas armas que a democracia tem! Isto é que não é aceitável!

E é bom que os açorianos percebam, de uma vez por todas, que nós estamos a pagar, seja nas Flores, seja em qualquer ilha, o preço, a vinganczinha. E nós já conhecemos o que é que temos na República, que está preso com arames, só não cai porque temos um Presidente da República que acha que vai escolher o próximo Governo de Portugal.

Inaceitável! Uma vergonha tremenda!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Senhores Membros do Governo:

Inevitavelmente, a República tem enormes responsabilidades neste processo. Não há que o escamotear. O Senhor Deputado Vasco Cordeiro também acabou de confirmar que pelo menos aqueles 20 milhões de euros estão em falta.

Mas eu lembro que não é de agora, já das tempestades anteriores ao Lorenzo isto foi dito.

Muito rapidamente, o Senhor Primeiro-Ministro anunciou 85 milhões de euros para os Açores e eles tardaram a chegar. O que nos dizem é: endividem-se, vão à banca. Neste caso, nem sequer é a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, o endividamento zero para aqui não é chamado, porque quem está a endividar-se é a Portos dos Açores e, portanto, não é diretamente do Orçamento da Região, se bem que, obviamente, o Orçamento da Região vai ter que acudir, mais tarde ou mais cedo, a toda esta demora que está a ter a Portos dos Açores em conseguir receber da República aquilo que lhe é devido. Obviamente que é assim.

Mas eu, já esta semana, fui obrigado a ir ao passado. E eu não gosto de ir ao passado. Já disse ao Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu tenho imensa relutância em falar da herança do passado, até porque as há boas, as há más, há heranças de todo o tipo.

Mas, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, a culpa destas coisas não estarem a andar é de muita gente, é do Governo Regional dos Açores e da Porto dos Açores, que foi incapaz, em quatro anos, de andar com os projetos para a frente e de os implementar mais rapidamente. Mas isso eu também já estou habituado.

Aliás, eu até estou cansado de dar boas ideias, que o Governo Regional dos Açores, depois, não as sabe executar, como foi bom exemplo, ainda ontem, o *shuttle* da Lagoa de Fogo.

Mas, mais, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, não é por causa do endividamento. E se hoje é preciso que esta Região trave a escalada de endividamento que vinha

percorrendo para empresas públicas perdulárias, para os casos da SINAGA, os casos do “Cachalote”, os casos dos hotéis, da Verdegolfe, etc., é porque, no passado, foi sempre mais fácil recorrer ao endividamento, recorrer à banca, para acudir a coisas que podiam causar turbulência no mercado eleitoral, do que tomar as medidas que a Região precisava para se desenvolver sustentavelmente.

Mais uma vez, os buracos que vieram do passado obrigam a que essas coisas se façam daqui para a frente de uma maneira diferente. E uma das maneiras de fazer diferente é não aumentar a dívida hoje para as gerações futuras pagarem, porque nós não temos esse direito. E não é isso que o senhor faz na sua vida privada, porque se o senhor fizesse, também era lá consigo. Quem faz dívidas na sua vida privada para deixar aos filhos e aos netos, é lá consigo. Mas na causa pública já não é a minha família que vai pagar essa fatura. Quem vai pagar a fatura são todos os açorianos, os que tiveram culpa e os que não tiveram culpa, se bem que aqueles que votaram em si também têm culpa.

Mas, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, o senhor deve ter um *hashtag* novo no seu telemóvel: a culpa é do Barata. É o novo *hashtag* no telemóvel do Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

Eu não sei porque é que é assim, mas eu desconfio, é porque o Senhor Deputado Vasco Cordeiro deve saber, e já deve ter feito as contas, claramente, que, se não é Governo, é porque houve socialistas que votaram na Iniciativa Liberal.

Mas eu acho que esses socialistas que votaram na Iniciativa Liberal em 2020 vão votar na Iniciativa Liberal nas próximas eleições regionais. E sabe porquê, Senhor Deputado Vasco Cordeiro? Porque esses socialistas sabem que estavam enganados quando votaram em si.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A Senhora Secretária Regional já fez uma boa cronologia e uma boa explicação do que se tem passado em relação à obra do furacão Lorenzo e à relação da República com esta obra. Portanto, eu vou-me abster de fazer alguma referência a esse historial.

Mas eu peço a palavra para intervir neste debate porque o Senhor Deputado Vasco Cordeiro cometeu um erro tremendo, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já se sabe!

O Orador: ... que foi querer associar a verdade ao Partido Socialista.

Se há coisa que hoje em dia não cola é a verdade com o Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então, como isso vem dito por si, tem uma credibilidade extraordinária!

O Orador: Como V. Exa. ainda não é o polígrafo dos Açores, ainda não é aquele que afere o que é que é verdade e o que é que não é verdade, eu vou-lhe dar dados (o senhor trouxe alguns dados para aferir da sua verdade) que desmentem aquilo que o senhor diz, para que, talvez, os açorianos, que são o verdadeiro polígrafo da política, possam aferir quem é que fala a verdade, para quem quiser verificar os dados. O senhor sugeriu que o pagamento das obras do furacão Lorenzo fosse feito com as verbas do Portugal 2030. E isso não é verdade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Onde é que o senhor ouviu isso?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não disse isso! O que eu disse é que ninguém contestou!

O Orador: O senhor diz que, a partir da carta do Senhor Presidente do Governo, passavam a ser pagas as verbas com o Portugal 2030.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não! Desculpa, eu não disse isso!

O Orador: E que, inclusivamente, a carta dos 198 milhões, do Senhor Ministro Nelson de Souza, não se referia a nada disto.

Eu lamento que o senhor diga isso quando sabe perfeitamente que a carta do Senhor Presidente do Governo ao Senhor Primeiro-Ministro, mencionando a carta

dos 198 milhões de euros, sugeria o despacho relativamente ao apoio às obras do furacão Lorenzo, entre outras coisas, para além dos 20 milhões que o senhor assume (que remédio!) que foram prometidos a si e não foram pagos aos Açores. Portanto, não é incumprimento consigo, é com os Açores! O senhor quer justificar o incumprimento com os Açores... não é justificar, é essa parte “eu assumo”, porque é o senhor, também, enquanto socialista, que deve 20 milhões de euros, que estão por cumprir com os Açores nesta parte.

Mas, depois, o Senhor Presidente do Governo sugere ao Primeiro-Ministro, e o despacho diz que o restante montante – portanto, são 20 milhões de euros que já foram pagos e são os 20 milhões que estão por pagar (os de 2019 foram pagos, os de 2020 não foram) – seria transferido em tranches anuais, até 60 dias, após submissão ao Ministério das Finanças de um relatório elaborado pelo Governo Regional dos Açores.

Ora, o que o Senhor Primeiro-Ministro pôs no despacho, não foi nada disto, foi que “o apoio financeiro será assegurado pela mobilização de fundos europeus, no âmbito da programação do Portugal 2030”.

Deputado Carlos Silva (PS): E que mereceu concordância do Presidente do Governo Regional!

O Orador: Portanto, quem mente, quem não diz a verdade é quem acha que foi a Região a querer que o Governo da República pagasse isto com o Portugal 2030. Não foi isso que foi assumido, não é isso que é verdade e é por isso que o Governo da República está a tratar os Açores de forma diferente, consoante os Governos Regionais serem, ou não, do Partido Socialista. E isso é que é lamentável o senhor não assumir!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu preciso de lhe dizer, com toda a franqueza: o senhor deixou de ser Presidente do Governo, e para as obras do Furacão Lorenzo tinham sido transferidos para os Açores 29 milhões de euros. Desde essa data, era suposto, no final do ano em que o senhor deixou o Governo, serem transferidos mais 20 milhões.

Deputado Carlos Silva (PS): É 20 mais 20!

O Orador: O Senhor Deputado Vasco Cordeiro acenou e disse que sim, Senhor Deputado Carlos Silva. Pare de desmentir, também, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ai que engraçado!

O Orador: O senhor deixa de ser Presidente do Governo em outubro e, desde aí, deixou de haver transferências para os Açores, nem os 20 milhões que estavam comprometidos consigo, nem mais um cêntimo, Senhor Deputado Vasco Cordeiro!

O senhor não acha que é uma vingança demasiado pesada para os açorianos pagarem, a vingança do Partido Socialista por causa de o senhor ter deixado de ser poder?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É isso que eu não entendo. Eu não entendo essa sua atitude. Nós não entendemos, enquanto açorianos, perante um ex-Presidente do Governo, que vê uma atitude... Como o senhor diz, centralistas há em todo o lado, mas o senhor diz isso para justificar os seus, que estão no poder e que estão a penalizar os Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu não compreendo, nós não compreendemos, enquanto açorianos, que o senhor, com o seu histórico, e o Partido Socialista, com a missão que teve

nos Açores de governação e de aprofundamento da autonomia, consiga tentar ser o polígrafo de António Costa, quando ele está a prejudicar os Açores!

Isso, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, por mais que o senhor se levante e queira atirar com cronologias diferentes, que muito bem a Senhora Secretária, de uma forma isenta e transparente, aqui trouxe, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro não está a conseguir tirar a imagem de que é o defensor de António Costa nos Açores. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O assunto que nos traz, aqui, hoje, o Senhor Deputado Independente, efetivamente, também, no fundo, vem concretizar uma das realidades que ainda ontem foi trazida também a esta Casa na declaração política do PPM, e bem, que incidia, exatamente, sobre este garrote que a República insiste em apertar à Região Autónoma dos Açores e, especificamente, aos açorianos, concretamente, que é quem acaba por sofrer, mas através de diatribes que tenta impor a este Governo Regional, porque, obviamente, e é cada vez mais notório, tem a ver com o facto de não ser da mesma cor política do Governo da República.

Isso é mais do que notório, porque, dentro desta temática, ainda ontem, vi, no Telejornal da RTP Açores, Sérgio Ávila, na Assembleia da República, a afirmar que este Governo da República é o mais cumpridor para com a Região Autónoma

dos Açores. É o mais cumpridor. É o Governo que cumpre, rigorosamente, a Lei de Finanças Regionais, que é exatamente aquela lei que nós sabemos que está desatualizada e que não cumpre...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... nem sequer consegue corresponder àquilo que são os sobrecustos da insularidade e da prestação de serviços, nomeadamente, como ontem disse a Deputada Catarina Cabeceiras, por exemplo, na saúde, em que nós temos uma dispersão geográfica de nove ilhas, em que temos uma redundância de equipamentos, de meios, que obriga a que o custo seja excessivamente pesado relativamente àquilo que são as transferências e as responsabilidades da República.

Mas para não falar na Lei de Finanças Regionais, porque não é isso que vamos mudar com isto, vamos falar nas questões da solidariedade, a solidariedade anunciada pela República. Aqui, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro fez pelo menos parte do polígrafo, pelo menos assumiu que houve um incumprimento da parte da República, dos 20 milhões.

Parece que o Senhor Deputado Carlos Silva acha que não são os 20 milhões, porque vieram 8 do Fundo Social Europeu e mais 1 milhão, então... Ah, Senhor Deputado Carlos Silva, não são 20, são 19, é isso?

Deputado Carlos Silva (PS): Parece-me que sim!

O Orador: Ok. Então, são 19. Senhor Deputado Vasco Cordeiro, anote também que são 19.

O que está aqui em causa é exatamente isto, é que a tão anunciada e propalada solidariedade da República vai-se ver e acabou por ser empurrada com a barriga para a frente de forma a não cumprir. E a não cumprir, porquê? Porque, obviamente, dificultando a atividade do Governo Regional, julga com isso também poder trazer dividendos políticos para o Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores. Eu julgo que estão enganados, mas, infelizmente, é essa a

realidade.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu não vejo nenhuma questão aqui com o segundo ponto resolutivo desta Resolução, passo a redundância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Diz o segundo ponto: “O Governo da República estabeleça com o Governo Regional uma calendarização previsível para as transferências necessárias.”

O Senhor Deputado Vasco Cordeiro diz: ah, então, mas se isto foi acordado implicitamente, expressamente...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem que se alterar o acordo!

O Orador: Nem sequer vou entrar nessa discussão. Se isto foi acordado ou foi remetido para o Portugal 2030, o que eu lhe pergunto, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, é se considera que a intervenção no Porto das Lajes das Flores, por exemplo, se se compadece com aquilo que seja a calendarização de abertura de avisos ou com a entrada em vigor do Portugal 2030.

Por exemplo, se o valor da solidariedade da República são os 85%, até 198 milhões, se a Portos dos Açores contrair um empréstimo na ordem dos 60 milhões, que foi aquilo que foi aprovado em Conselho do Governo, quanto é que isso importa em juros? E quanto é que, depois, se vem a traduzir, afinal, a tal solidariedade dos 198 milhões de euros? Isso é que é importante.

Deputado António Lima (BE): A Portos dos Açores é vai pagar!

O Orador: Não, não é a Portos dos Açores. Sabe quem é? São os açorianos que vão pagar.

Deputado António Lima (BE): Ah, pois!

O Orador: Ah, é isso, Senhor Deputado António Lima, são os açorianos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E o que eu pergunto é se concorda com isto.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se concorda com uma solidariedade anunciada de 198 milhões de euros. Agora, vamos todos à banca buscar este dinheiro e, depois, na verdade, a solidariedade é cerca de 100 milhões de euros. É isso que o Senhor Deputado António Lima defende neste particular? Parece, pelo menos pelos seus apertes. Pergunto, por isso, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, se é exatamente essa a sua postura, se considera que apelar ao Governo da República para uma calendarização... Ao dizer que é uma calendarização, não está a dizer que o Governo da República vai pegar em verbas do Orçamento de Estado e dizer que vai transferir x quantia em junho, x em julho, x em agosto, não é isso, mas pelo menos haver uma previsibilidade de quando é que a República pretende abrir os anúncios no âmbito do Portugal 2030, para que a Região possa ser ressarcida daquilo que é a faturação e os investimentos.

Ou seja, onde é que está aqui a contradição? É a pergunta que lhe deixo.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu acho que todas as bancadas estão a fazer um erro crasso e crucial sobre a forma como está a ser encaminhada esta iniciativa e os argumentos. São argumentos de cores políticas, de quem é que dá mais, de quem é que dá menos, de ver qual é o partido melhor para os Açores, como se algum fosse bom para os Açores nos

últimos anos, seja PS, seja PSD.

Falou da Lei das Finanças Regionais. Foi quem? PSD. Falamos da chico-espertice do Primeiro-Ministro relativamente ao furacão Lorenzo. PS. O problema aqui não é a cor política. As Senhoras e os Senhores Deputados acham ainda que o problema aqui tem a ver com as cores políticas e estão a levar o caminho para lá.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não!

O Orador: Estão, estão! O PSD fez isso. O CDS fez isso. Mas isso é um problema que não tem a ver com a cor política. Não há um bem melhor nem um mal melhor, quem não é beneficiado são os Açores! Esse é que é o maior problema!

Deputado Paulo Estevão (PPM): O problema é o Governo de Portugal, que não cumpre com o acordado!

O Orador: Não há aqui um problema entre o PS e o PSD, porque o PSD também não foi melhor na altura do Primeiro-Ministro Passos Coelho. Não foi. E podemos ir mais atrás ainda do que o tempo de Passos Coelho. Isto é um problema. É um problema que é congénito. E estão completamente a borrar-se para os Açores. E em vez de termos uma resposta completamente uníssona, unificada, de todos os partidos, a mostrar uma frente unida para a República, preferem estarmos aqui a falar de coisas pequeninas, o que é que devia ser, qual é o despacho de 2019, ou a diferença de 2021 relativamente ao Portugal 2020, ou a solidariedade nacional, que nós temos por direito... É um direito nosso! É uma obrigação da República! E essa é uma resposta que nós temos que dar.

Não é a primeira vez. Relativamente à contaminação dos aquíferos, andámos anos e anos a passar de Orçamento de Estado para Orçamento de Estado, tínhamos essa nota em todos os Orçamentos de Estado e nunca foi pago. Todo os Deputados recordam-se disso. Isto não é um problema apenas de uma cor política, seja rosa ou laranja, isto é um problema da forma como olham para os Açores.

E se nós não nos unirmos relativamente a isto, não vamos a lado nenhum. Basta olhar para este Parlamento, estamos a atacar as bancadas maiores que nós temos

aqui neste Parlamento, o PS e o PSD, e estamos a esquecer um pouco que somos açorianos. Isto não é um problema de uma cor política, não é, isto foi uma chico-espertice de um Primeiro-Ministro que queria pagar menos. Aproveitou a ingenuidade de um Governo que estava aqui há pouco tempo e querem tirar partido disso. Isso não se deve fazer, nunca, a uma Região Autónoma, aquilo que foi feito. Mas isto não é um problema de cores políticas. Ainda não conseguiram perceber que isto é um problema da República, da forma como olha para as Regiões Autónomas.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições nesta altura.

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu agradeço-lhe o preciosismo de jurista com que analisou os dois pontos resolutivos, já manifestando que concorda com o primeiro, mas discordando do segundo.

Mas permita-me uma observação relativamente ao segundo ponto resolutivo. Quando diz que o Governo da República, neste caso, estabeleça com o Governo Regional uma calendarização previsível para as transferências necessárias à adequada execução dos trabalhos em falta, eu não sei em que é que nesta indicação não cabe, por exemplo, negociar com o Governo Regional dos Açores, para a abertura dos mecanismos necessários à candidatura dos fundos necessários à execução dessas obras, que exista uma calendarização previsível, imaginemos de um ano, porque há obras que são precisas realizar e que não podem esperar por esse ano. E que o Governo da República, atendendo à excecionalidade que representa este assunto, possa disponibilizar do Orçamento de Estado, de forma temporária, algum dinheiro, alguns milhões, para atenuar a demora que possa

resultar da candidatura aos fundos comunitários para a execução dessas obras, e a calendarização possível.

Eu acho que o ponto 2 é perfeitamente enquadrável com uma calendarização que defina qual o tempo exetável para que o dinheiro venha da União Europeia para a realização dessas obras, qual a urgência, qual o dinheiro necessário e em que tempo a execução das obras que têm que ser realizadas. E, a partir daí, o Governo da República fazer aquilo que fez em 2019, que é, em solidariedade com os açorianos, em solidariedade não só com os açorianos, mas com o território que é português, que são os Açores, atenuar essa diferença temporal entre o tempo que é preciso para realizar as obras e o tempo previsível para que o dinheiro venha da União Europeia. E, portanto, isto é completamente compatível, e o senhor sabe disso.

Eu acho que nenhum Governo da República, como disse o Senhor Deputado Pedro Neves, e bem, independentemente de ser de direita ou de esquerda, não pode continuar a pensar que as ilhas dos Açores são marcos de território português colocados no meio do oceano. São muito mais do que isso.

E eu, algumas vezes, e mal compreendido, tenho defendido o Governo da República nalgumas situações. Também não se lhes pode atirar as pedras todas. Mas numa situação destas é um ato de má-fé por parte do Governo da República estar a usar esse tipo de expedientes para não fazer aquilo que é sua obrigação enquanto Governo de uma nação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Carlos Furtado, eu agradeço-lhe a clarificação do entendimento sobre o ponto 2 da Resolução. Efetivamente, o senhor tem a autoridade de ser o

proponente desta Resolução. E, portanto, se é esse o entendimento do ponto 2 da Resolução, o Partido Socialista vota a favor desta Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu não podia deixar de fazer esta intervenção, em resposta ao Senhor Deputado Pedro Neves. E vou fazê-la com a frontalidade de sempre e com a seriedade de sempre.

Senhor Deputado Pedro Neves, esta não é uma questão subjetiva do facto de um determinado partido estar a fazer uma perseguição política a um determinado Governo por ser de uma cor política diferente. Diz V. Exa. que isso já aconteceu inúmeras vezes. Eu quero dizer-lhe que sim, já aconteceu. Mas o que nós estamos a verificar, e o senhor senta-se neste Parlamento pela primeira vez nesta legislatura, é que temos um caso concreto.

Deputada Ana Luís (PS): E houve casos concretos no passado!

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu não via televisão!

O Orador: O caso concreto é este que estamos agora a enfrentar, esta situação, em que foi prometido um apoio de 85% para as despesas que tenham a ver com a recuperação do porto das Lajes das Flores. E veja bem, foram assumidas estas responsabilidades e foram concretizadas. Foi feito um adiantamento quando o Partido Socialista ainda era Governo. Repare no seguinte: nas Flores deixou de existir...

Deputado Carlos Silva (PS): O PS não era Governo até outubro?

O Orador: O que é que se alterou, Senhor Deputado? Eu não estou a discutir consigo, estou só a ter uma opinião diferente.

Agora, veja uma coisa: porque é que não foram pagos os milhões que estavam propostos? Porque é que não continuaram a ser feitos os adiantamentos? Por que razão é que não continuaram a ser feitos os adiantamentos? Ainda por cima, tendo a Região Autónoma dos Açores o caso exclusivo da tempestade Efrain, que colocou ainda mais dificuldades na situação que se está a viver em relação ao porto das Lajes das Flores e ao abastecimento da ilha das Flores, veja bem, porque é que o Governo da República não auxilia o Governo dos Açores? Porque é que o Governo de Portugal não auxilia os Açores numa dificuldade que é objetiva? Porque é que não o faz?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Há alguma explicação para isto? Que deslealdade é esta? Que ataque é este ao povo dos Açores?

Eu diria aqui a mesma coisa se o Governo fosse do PSD, do PPM. Nós não vamos ser Governo, é evidente, não temos dimensão para isso na República. Mas o que quero dizer é que eu faria a crítica a qualquer Governo que fizesse isto. O que o Governo da República está a fazer e o que este Primeiro-Ministro está a fazer é uma barbárie, é uma coisa injustificável! E eu vou-lhe dizer porquê: é a minha absoluta convicção que o está a fazer por vingança política, para prejudicar o Governo dos Açores, para tentar provocar uma mudança política nos Açores, para criar dificuldades económicas ao Governo dos Açores, sem ter em conta os danos colaterais. Quais são os danos colaterais? É o povo dos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores não têm porque têm um objetivo político. O que o Senhor Primeiro-Ministro pensa é: ah, os senhores estão aí a recuperar o tempo de serviço dos professores?! Não, isto não fica assim! Os senhores ainda querem que eu seja

solidário com os Açores, quando os senhores fazem isso, uma política diferente que me enfrenta, que me causa ainda mais problemas no meu confronto com os professores?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Ah, então, não vos dou o dinheiro! Ou quando baixam os impostos, quando em todo o país se está a pedir para que exista uma baixa de impostos?!

O que acontece é que aqui na Região Autónoma dos Açores se fez isto. E o que o Primeiro-Ministro pensa é: ah, os senhores estão a baixar os impostos?! Se baixam os impostos é porque não precisam de dinheiro. Então, não há dinheiro nenhum que seja transferido por parte da República!

Sr. Deputado, é pura vingança política! É pura mediocridade! É de quem não tem sentido de Estado! É de quem se quer vingar dos Açores pela mudança política que aqui ocorreu e pelas decisões políticas que aqui têm sido tomadas, inclusivamente por S. Exa., que aprovou também a alteração do Estatuto, aprovou todas as melhorias que têm sido efetuadas e a baixa dos impostos que tem sido fundamental! O que está aqui a acontecer é uma vingança por parte do Primeiro-Ministro do Partido Socialista! E digo mais, custa-me muito dizer isto, com a conivência do Partido Socialista, com a conivência do Partido Socialista nos Açores, em conluio com o Partido Socialista dos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves. Peço desculpa, Senhor Deputado Pedro Neves. Pede a palavra para...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para defesa da honra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Devia ser para defesa dos Açores!

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu peço a palavra para defesa da honra, porque me parece manifestamente despropositada, para não utilizar outro tipo de qualificativos, a intervenção do Senhor Deputado Paulo Estêvão e as acusações que dirige ao Partido Socialista. O Partido Socialista (já ontem o referi e refiro-o hoje outra vez com a mesma convicção, ou melhor, com convicção reforçada) está, como sempre esteve, ao lado dos Açores, dos açorianos e da autonomia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está visto!

O Orador: Agora, o que me custa a mim começar a perceber é que, no meio de todo esse esbracejar e de toda essa gritaria, aquilo que se passa é que o Senhor Deputado Paulo Estêvão e outros que alinham no mesmo tipo de discurso não se coíbem de utilizar as desgraças e aquilo que de mau acontece nos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... como o Lorenzo, para constituir um ataque e instrumentalizar as dificuldades para atacar e para a perspetiva da luta política. Isso é que é lamentável! Isso é que é triste!

Em relação à componente da defesa da autonomia dos Açores e dos açorianos, deixe os açorianos decidirem. Foi isso que eu disse ontem. Deixe os açorianos decidirem! Lá chegaremos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É preciso ter descaramento!

O Orador: Portanto, desse ponto de vista, Senhor Deputado, essa sua intervenção foi infeliz, completamente despropositada, mas, quem sabe, bastante reveladora. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, pretende dar explicações? Faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta defesa da honra não foi uma defesa, não foi utilizada a palavra por parte do Senhor Deputado Vasco Cordeiro para se defender seja do que for. O Senhor Deputado Vasco Cordeiro utilizou a defesa da honra para ofender.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Utilizou a defesa da honra para ofender...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Para atacar!

O Orador: ... quem tem uma posição política diferente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Em nenhum momento o Senhor Deputado Vasco Cordeiro aqui foi insultado para poder utilizar a defesa da honra.

Fiz uma interpretação política, que é correta e que os factos avalizam. O Partido Socialista é conivente com a tentativa de estrangular o Governo dos Açores, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... que não paga o que deve, que não assume as suas responsabilidades! É verdade! E o senhor reconheceu em relação àqueles milhões que estão por pagar, é verdade. Mas estão por pagar, porquê?

Diz o senhor que eu estou a esbracejar muito. É porque eu estou irritado, Senhor Deputado. Estou irritado com esta hipocrisia, com este cinismo de prejudicar um

povo inteiro por razões políticas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tenha juízo, Senhor Deputado!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor escrevia isso sobre o Bolieiro!

O Orador: Se fosse um Governo da República que estivesse com enormíssimas dificuldades, se existisse alguma explicação para que não se apoie o povo dos Açores e para que não se auxilie o povo das Flores, se existisse uma desculpa desse tipo... Mas não, estão a fazê-lo no segredo dos gabinetes, combinando: vamos, vamos estrangular esta gente, vamos ver se derrubamos o Governo dos Açores não lhe deixando o dinheiro, vamos ver se os prejudicamos, Senhor Deputado.

Digo-lhe com total frontalidade: o Senhor Deputado está envolvido neste esquema de prejudicar...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é falso!

O Orador: É verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é falso! Tenha vergonha!

O Orador: Os senhores estão a prejudicar os Açores!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tenha vergonha!

O Orador: O senhor é que devia ter vergonha pelas atitudes que estão a tomar, que é uma traição aos Açores, digo-lhe já! É uma traição aos Açores, porque os senhores estão a preparar isto nos gabinetes: não vamos pagar!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

O Orador: Os senhores não pagam porque não querem.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

O Orador: Os senhores não pagam porque existem ordens de Lisboa aqui, que é para criar dificuldades a este Governo.

Deputado Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não pagam! Os senhores têm este plano!

Vou terminar dizendo o seguinte: a minha convicção absoluta é disto e não há aqui aproveitamento das desgraças de ninguém.

Gostava eu que o Governo da República estivesse a cumprir os seus compromissos com os Açores, seja ele qual for, que o Governo de Portugal tivesse uma postura de Estado e que estivesse em auxílio das suas regiões, seja onde for,

...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e dos portugueses, vivam eles ondem viverem.

Mas aqui, não! O que aqui existe é um ato de cinismo diário, de prejudicar, de não pagar, de excluir os açorianos...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

O Orador: ... em todas as situações, só para tentar derrubar este Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

O Orador: É uma falta de sentido de Estado! É um cinismo atroz! Eu nunca vi, na história dos Açores, um comportamento deste tipo.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Terminando, o que o Senhor Presidente do Governo dizia era que se pague em tranches. Está aqui a resposta. Foi uma resposta ao requerimento do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é folclore!

O Orador: Nunca se aceitou! Diz agora o Senhor Deputado Vasco Cordeiro: os senhores aceitaram, há aqui um acordo. Não há aqui nenhum acordo! Há uma imposição que, ainda por cima, não cumprem!

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Contente (PS): O Deputado Paulo Estevão é especialista em folclore político há muitos anos!

Presidente: Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, eu sei, obviamente, você também tem direito à sua opinião e à sua convicção, mas não é menor do que a minha opinião e do que a minha convicção. E vou passar a explicar: tem um objetivo, o objetivo é atacar o PS, eu já percebi, mas não use, nunca, nem o Pedro Neves, nem o PAN, como um dano colateral para atacar o PS, porque eu estou aqui apenas só nesta legislatura, e tentar tirar a credibilidade da minha opinião e da minha convicção, como, à partida, não existisse vida lá fora. Eu já vejo o Parlamento há duas legislaturas atrás. E ouvi tanto as coisas boas, como as coisas más, nesta legislatura.

E vou-lhe dizer: com a sua convicção, achar, à partida, que vamos atacar partidos e não nos juntarmos todos como Parlamento Açoriano contra o pensamento político do Governo da República, eu também posso dizer-lhe e recordo-me muito bem, como assessor da Assembleia da República, havia rúbricas no Orçamento de Estado, nomeadamente o aeroporto da Horta, nomeadamente os aquíferos da Terceira, com o Governo do PS a atacar o Governo do PS dos Açores. E então? Eles estão completamente a borrifar-se! É o PS com o PS! Eles estão-se a borrifar se era PS ou se não era! Não queriam era dar dinheiro para os Açores! Não

interessa se era PSD ou se era PS. Isso é o que eu estou a dizer. É o pensamento centralista relativamente aos Açores e não é sobre os partidos.

Eu estou a tentar fazer uma unificação. Preferem que, em vez de fazermos guerra todos juntos, haja uma guerra política entre partidos? Força nisso! Não usem é o PAN como dano colateral para atacar outros partidos...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não usei nada!

O Orador: ... ou tentar tirar-me credibilidade, porque eu estou aqui há pouco tempo! Apenas isso.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu gostava de reiterar algo, que é o seguinte: ...

Deputado Nuno Barata (IL): A culpa é do Barata!

O Orador: Não, não é. De mim o senhor não há de ouvir aquilo que aqueles senhores dizem de si. E quando eu tiver que lhe dizer alguma coisa, digo-lhe é na cara, não é pelas costas.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito obrigado.

O Orador: Isso também acho que o senhor reconhece.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu gostava de referir o seguinte: aos florentinos eu gostava de dizer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que nós, conforme já anunciei, vamos aprovar o Projeto de Resolução apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Furtado, exatamente, em relação ao n.º 2, com a interpretação e o sentido que ele clarificou na sua intervenção.

Em relação a algumas das coisas que têm sido ditas neste debate e que têm sido colocadas neste debate, há, talvez, uma coisa de que eu me preze,

fundamentalmente, na minha vida política, é de ter colocado, sempre, o melhor que sei e o melhor que posso, a defesa da minha terra à frente de tudo. De tudo!

Eu sei, e sei que o Senhor Deputado Paulo Estêvão sabe, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Invocaram isso ainda há pouco tempo, que o senhor não se entendia com Lisboa!

O Orador: Ora aí está. Sempre fui muito transparente em relação a essas coisas. E há coisas que eu não percebo. Eu não percebo como é que, por exemplo, o despacho do Senhor Primeiro-Ministro é assinado no dia 1 de setembro, no dia 2 de setembro de 2021 há uma cimeira entre o Governo dos Açores e o Governo da República, e sai-se dessa cimeira a dizer que está tudo bem, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): É histórico!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É uma história nublosa.

O Orador: ... que é tudo um acordo histórico e que está tudo uma maravilha. Então, esse assunto não foi colocado?

O Senhor Ministro Galamba vem às Flores. O Senhor Presidente do Governo tece loas ao Senhor Ministro Galamba e ao Governo da República, que está tudo bem. E o cínico sou eu?!

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Mais uma promessa!

O Orador: O cínico é o PS?!

Ó Senhor Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que o senhor estava?

Deputada Ana Luís (PS): Olhe nos olhos!

O Orador: ... nestas coisas há um lugar para a luta política, mas a luta política nunca pode é pôr em causa o fundamental. Eu posso ter falhado muitas vezes, e certamente o terei feito, mas há uma coisa que nunca, mas nunca, fiz e, já agora, nunca farei: colocar noutra lugar que não o primeiro lugar a defesa da minha terra e o exercício, com lealdade, das funções que tenho para exercer do ponto de vista

político.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Naquilo que está em causa neste debate, o PS, fruto do esclarecimento proporcionado pelo debate, tem a sua posição definida: vota a favor deste Projeto de Resolução. Percebo que não era isso que os senhores contavam que nós fizéssemos, mas tenho muita pena.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este debate foi, realmente, muito, mas mesmo muito, elucidativo sobre o que se está a passar o Partido Socialista dos Açores. Começamos o debate, todos, a saber que o Partido Socialista dos Açores diz que a República não nos deve nada.

Entrámos para este debate com o protocandidato a líder do partido Socialista dos Açores a dizer que não existe dívida nenhuma em relação ao furacão Lorenzo, as tais agendas que existem em Lisboa. Não existe dívida da República em relação ao furacão Lorenzo.

Entrámos nesta sessão plenária com esta convicção/certeza, que é achar que existe palavra no Partido Socialista ou convicção.

O Senhor Deputado Vasco Cordeiro já percebeu que na relação com a República

é um desastre. E eu percebo o seu juramento. O juramento que acabou de fazer é o que nós fazemos no início da legislatura, Senhor Deputado, não é outro. É defender, em primeiro lugar, sempre, a Região Autónoma dos Açores e os açorianos. Por isso, eu disse-lhe, há pouco, que não compreendo qual foi o juramento que o senhor fez a António Costa e ao Ministro Galamba para continuar a defender o indefensável, que é o que o Partido Socialista está a fazer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, tenha paciência!

O Orador: Ó Sra. Deputada, se Francisco César não representa o Partido Socialista e não é eleito na República pelo Partido Socialista e não é o homem que tira o IVA do chicharro e faz outras coisas do género, se não é isso, se não é esse o vosso futuro, eu tenho que dizer: olhe, muito me informa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tira o IVA do chicharro...

O Orador: A verdade, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu disse-lhe exatamente há pouco: o que nos causa indignação e o que nos causa perplexidade é que não o vemos assim. Estranhámos porque é que o senhor cedeu a esse ponto. Aos microfones, nos jornais e na República, através dos representantes do Partido Socialista dos Açores, diz que não há Governo melhor do que o de António Costa. Chega aqui e vai votar, envergonhado, a Resolução do Deputado Independente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Envergonhado, o quê?

O Orador: Envergonhadíssimo, porque houve uma explicação que diz que a República deve aos Açores. E o senhor não é capaz de explicar como é que o senhor ontem dizia que a República não deve, pelo menos, aqueles 20 milhões de euros e hoje já consegue assumir, finalmente. E acho que isso é até um passo que eu quero dar como uma boa notícia. Vou eu dar a boa notícia do Deputado Vasco Cordeiro: afinal, vai pressionar António Costa para que ele pague aos Açores tudo aquilo que deve, de acordo com aquilo que foi comprometido com Vasco Cordeiro.

Portanto, por isso, Senhor Deputado, é que o senhor, envergonhadamente, vai

votar esta Resolução. E ela vai ser, espero eu, aprovada por unanimidade, tal como as outras que ainda temos para votar nesta sessão plenária, que vão continuando a desmentir aquele PS que diz um dia uma coisa e o PS que diz no outro dia outra. Senhor Deputado Vasco Cordeiro, deixe para o Deputado Francisco César a representação de António Costa nos Açores, e seja o defensor dos açorianos neste Parlamento e perante o Governo da República.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Olha quem está a dar conselhos!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Há um responsável, um máximo responsável em Portugal que, quando aconteceu o que aconteceu no porto das Flores, disse o seguinte: “Virei cá muitas mais vezes durante o próximo ano e meio para ver o andamento das obras e para mostrar que a solidariedade não se esgota num minuto, num momento e num determinado instante. Não, continua. Eles merecem isso”, afirmou, referindo-se à solidariedade.

A verdade é que Lisboa abandonou os Açores, abandonou o povo das Flores.

O Senhor Deputado Vasco Cordeiro veio aqui dizer que assume a sua responsabilidade, que está a favor das Flores, mas isso são palavras, apenas palavras. Os seus atos demonstram exatamente o contrário.

Deputado José Ávila (PS): Isso é falso!

O Orador: Os seus atos demonstram que não está nesta luta com o empenho que deveria estar, na defesa dos interesses dos Açores, na condenação ao Governo da República, quando não paga o que deve, quando não apoia os Açores, quando quer é, sobretudo, fazer guerrilha política nesta matéria.

Senhor Deputado, o que o senhor me disse e o que o senhor exprimiu aqui não corresponde aos atos.

E lanço-lhe um desafio, Senhor Deputado: depois de ter sido o que foi, durante duas legislaturas, como Presidente do Governo Regional, eu peço-lhe que, agora, não escreva a segunda parte da sua história e não seja o Marechal Pétain dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, permita-me que use também as suas palavras como minhas. Eu também coloco a minha terra acima de todos e de quaisquer interesses. Portanto, eu percebo o seu sentimento porque eu comungo da mesma opinião.

Quando fiz este Projeto de Resolução, acreditem as Senhoras e os Senhores Deputados desta Casa, não o fiz para tirar dividendos políticos, mas apenas naquilo que eu entendi que era uma obrigação da minha parte juntar a opinião desses 57 Deputados, para que chegasse à República uma voz uniforme sobre aquilo que é a defesa dos interesses da Região.

Percebi, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, que o senhor e a sua bancada entenderam por bem que deviam associar-se a este Projeto de Resolução. Sinceramente, não gostei, há pouco, de ouvir uma intervenção que dizia que o senhor se sentia envergonhado do seu partido e, por isso, ia apoiar o meu Projeto de Resolução. Não entendi isso daquilo que foi a postura do Partido Socialista. Não entendi que era com vergonha que se associava.

Mas, sinceramente, já tenho dúvidas se não é com vergonha que, esta manhã, estamos a assistir à bancada da direita a defender com unhas e dentes este Projeto de Resolução vindo de um Deputado Independente, quando, seguramente, esta iniciativa podia ter nascido precisamente dos partidos que apoiam o Governo, os ditos partidos da coligação, que, se calhar, agora, envergonhadamente, porque não tomaram esta iniciativa atempadamente, estão a defendê-la com unhas e dentes. Esta é a minha opinião.

Sinceramente, espero que o debate acabe nos próximos minutos, porque a acabar nos próximos minutos será uma prova de maturidade desta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, este debate está, efetivamente, a ser bastante esclarecedor, mas não só este debate, o percurso de muitos dos intervenientes neste debate e, sobretudo, um aspeto que foi referido, agora, na última intervenção do Senhor Deputado Paulo Estêvão, referindo-se aos meus atos.

Ó Senhor Deputado Paulo Estêvão, os meus atos, quer liderando o Governo Regional (os Governos Regionais a que eu presidi), quer individualmente como Presidente do Governo, dizem muito em relação à consideração que não só os florentinos e a ilha das Flores me mereceram e me merecem, sobretudo, nessas

situações muito difíceis.

Eu passei a noite do furacão Lorenzo nas Flores.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Em campanha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que faz falta neste momento é dinheiro, Senhor Deputado!

O Orador: Eu vou relevar o aparte que a Senhora Deputada Sabrina Furtado me dirigiu. Acho que foi infeliz.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Se quiser, eu repito.

O Orador: Gostava só de dizer o seguinte: o que este debate também revela não é apenas a posição de cada um dos partidos em relação à sua Proposta de Resolução, Senhor Deputado Carlos Furtado, o que este debate revela é que o Senhor Deputado João Bruto da Costa, o Senhor Deputado Paulo Estêvão, o PSD, o PPM, a eles preocupa-lhes muito mais o Vasco Cordeiro e o Partido Socialista do que os Açores e, nomeadamente, a ilha das Flores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado José Pacheco (CH): Esperávamos muito mais de si!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Este furacão Lorenzo e a depressão que, entretanto, por cá passou, a Efrain, não foram, certamente, as primeiras nem serão as últimas tempestades que vão assolar estas ilhas no meio do Atlântico. Temos que estar sempre preparados para um dia destes uma coisa dessas voltar a acontecer.

E o que mais me assusta no meio deste processo todo, mais que do que o

centralismo (que nós já discutimos aqui centralismo que chegue), não é qualquer um dos parlamentares aqui presentes que possa dizer que já não sentiu na pele a força do centralismo.

Eu já, aqui, ontem, a esse respeito também, falei da questão da cadeia de Ponta Delgada e de outras coisas.

Nesse aspeto eu terei que defender o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, por uma razão muito simples, por uma razão de justiça, que é uma coisa que em política todos temos que ter sempre, mas sempre, presente. O Senhor Deputado Vasco Cordeiro tomou uma iniciativa que eu sempre condenei e continuo a condenar neste momento, que foi pegar em recursos da Região para se substituir à República. Fê-lo no caso das viaturas da PSP. Fê-lo no caso da cadeia de Ponta Delgada. Porque a verdade é que se o Governo Regional dos Açores de então não tivesse cedido o terreno para a cadeia de Ponta Delgada, ainda hoje só se falava da cadeia de Ponta Delgada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E continua-se a falar!

O Orador: Nem sequer se falava do terreno, nem sequer se falava da localização nem da escolha. Ao menos já temos uma localização, já temos uma escolha e já temos uma pressão causada sobre o Governo da República para cumprir.

E lembrar o Partido Social Democrata a respeito do aparte da Senhora Deputada Sabrina Furtado, que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro quis relevar, mas eu não vou relevar. Lembrar o Partido Social Democrata que, há três ou quatro anos, acusava o Deputado Vasco Cordeiro de não se entender com o Governo da República, de estar sempre às turras com o Governo da República. E agora diz que está em conluio com o Governo da República.

Aí tem toda a razão, Senhor Deputado Pedro Neves: nós não podemos fazer da autonomia um cavalo de batalha partidária, porque ela não é dos senhores, ela não é deles, ela não é minha, nem do Deputado José Pacheco, nem do Deputado António Lima, nem do Deputado Pedro Neves, ou dos Deputados do CDS. Ela é

dos açorianos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: E os Açores são dos açorianos! E acima dos Açores só Deus!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é isso que nós estamos a fazer!

O Orador: Não tenho problema qualquer de aqui assumir esta minha autonomia progressista, ao contrário de outros que já andam de mão estendida à esmola de Portugal, à esmola de Lisboa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é esmola, são obrigações do Governo!

O Orador: Um dia apregoam que querem que Lisboa cumpra com o que prometeu, no dia a seguir estão a dizer que Lisboa já vai ter que pagar a saúde, a educação, porque não dá, porque a Lei Finanças Regionais, afinal, já não dá, tinha que ser revista. É verdade. Já não dá, tinha que ser revista. A verdade é que a Região é que pediu uma Lei de Finanças Regionais, pediu uma mesada e não soube gerir essa mesada. Nós também temos que ter sentido de responsabilidade para dizer a Lisboa: sim, nós somos capazes. Sim, nós conseguimos, com rigor, com seriedade e com determinação, porque o povo açoriano é determinado, embora alguns aqui dentro não pareçam.

Em campanha! – disse a Senhora Deputada Sabrina Furtado. É um desafio interessante, Senhora Deputada. De facto, decorria 2019, faltava um ano para as eleições. O Senhor Deputado Vasco Cordeiro foi a correr para as Flores.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Faltavam quatro dias para as eleições!

Deputada Ana Luís (PS): As eleições foram em 2020!

O Orador: Eu só espero que nas vésperas das próximas eleições, quando ocorrer uma coisa destas, o Governo continue a ficar em casa como tem ficado até agora, porque nessa altura eu vou lembrar-me deste momento, Senhora Deputada Sabrina Furtado. Nessa altura eu vou lembrar-me deste momento.

O Senhor Presidente do Governo fique lá descansadinho junto à sua casinha ou no Palácio de Sant'Ana, porque para ir fazer campanha eleitoral eu vou estar cá

para dizer: isto, sim, é campanha eleitoral. Porquê? Porque os senhores fazem o que os outros faziam, mais aquilo que nem passava pela cabeça os outros fazerem.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Podemos passar à votação?

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, lamento o nível a que o debate político na Região está a chegar, chegando-se ao ponto de se invocar traidores nazis para fazer chicana política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é o senhor que diz isso!

O Orador: É, de facto, lamentável. E há limites que não deviam ser ultrapassados, Sr. Presidente, e dirijo-me a si, independentemente de quem os profere e a quem os profere.

Mas, Senhora Secretária, fiz um conjunto de perguntas e não vou deixar que saia daqui sem as responder. Eu faço uma precisão: hoje, perdem-se 53 milhões, que referi, que são da participação que é devida da República, dos quais 30 já foram transferidos. E eu gostaria de uma explicação sobre o porquê das divergências que há entre os relatórios da execução orçamental, na execução do Plano, que nós já conhecemos, de 2022 e 2023, primeiro trimestre, e os números que o Governo tem avançado, que são diferentes entre o Governo de Duarte Freitas e o Governo de Berta Cabral. Gostaria de uma explicação.

Deputado Paulo Estevão (PPM): É um bom nível! Está a colocar o nível no sítio certo!

O Orador: Para além de uma explicação relativamente à dotação orçamental revista para as obras do Furacão Lorenzo, que estão no relatório de execução do Plano do primeiro trimestre.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado António Lima.

Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer esta intervenção, pode não ser a última, mas aproveito-a para me congratular com o facto de, naquilo que é o essencial, deixando de parte as questões do debate político, que fazem parte desta Casa, e eu até costumo dizer que quanto mais de acordo estão, mais discutem, é uma questão que eu nunca percebi bem, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mais discutimos, porque a senhora também faz parte!

A Oradora: ... mas a verdade é que o que interessa é o consenso que se pode gerar naquilo que é essencial.

E, de facto, é com satisfação que verifico que se estabeleceu nesta Casa um grande consenso à volta da necessidade de chamar a atenção do Governo da República para o exercício da solidariedade nacional que ele prometeu à Região e aos Açores.

Eu tenho que dizer isto, porque foi isso que me trouxe aqui.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi só isso, Senhora Secretária!

A Oradora: Não foi, como disse no início da minha intervenção, gerar discussão político-partidária, que eu respeito e tem que acontecer nesta Casa, que é a casa da democracia, a casa dos partidos, a casa do debate. Mas, no final do dia, o que conta é o consenso que se gera e as medidas que se tomam. E aquilo que sai daqui, hoje, é, de facto, na minha interpretação, uma vontade genuína de todos os partidos conseguirem para os Açores aquilo a que os Açores têm direito, aquilo

que o Governo da República prometeu aos Açores e, acima de tudo, aquilo que os açorianos merecem, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que é reconstruir uma Região que foi devastada pelo furacão Lorenzo em 2019, que depois disso já teve a depressão Efrain e que agora já tem a depressão Óscar, que é mais dinheiro, é mais destruição, é mais reconstrução que todos nós temos de fazer.

Esta é a nossa realidade. Eu não estou a dizer nem a vitimizar este Governo dessas situações. Aconteceu nos primeiros Governos do PSD, aconteceu nos Governos do Partido Socialista e está a acontecer nos nossos. É a Região que nós temos, é a Região que tem que estar preparada, com a resiliência necessária do nosso povo, para encontrar a solução, para arregaçar as mangas e reconstruir aquilo que as forças da natureza destruíram.

Mas eu não posso compreender que, havendo fogos a nível nacional, havendo inundações a nível nacional, havendo inundações noutras Regiões Autónomas, tendo havido já situações aqui nesta Região e que foram sempre merecedoras da solidariedade nacional, nós estejamos, desde 2019, ou melhor (em 2019, ainda chegou aos 29 milhões de euros) estejamos, desde 2020, sem chegar os 20 milhões que estão em Resolução do Conselho de Ministros e sem chegar a tudo aquilo que já foi pago por este Governo e, também, eventualmente, pelo Governo anterior, pelo furacão Lorenzo. Esta, para mim, é a essência, porque é isto que está aqui em discussão.

Quando às questões que colocou o Senhor Deputado António Lima, eu devo dizer-lhe que o documento que eu aqui apresentei, referente a 30 de abril de 2023, é um documento constituído e feito pela Direção Regional do Orçamento e Tesouro. O Lorenzo não é apenas a Secretaria das Obras Públicas, portanto, é natural que haja declarações, umas referentes ao todo, outras referentes à parte, há muitas declarações.

Mas também lhe quero dizer uma coisa: o Plano de Execução que aí tem é de quando a quando?

Deputado Carlos Silva (PS): Diga a senhora!

A Oradora: Não, eu não tenho o documento aqui. Diga o Senhor Deputado!

Deputado António Lima (BE): O Plano de Investimentos é do Governo, não é meu!

A Oradora: Qual Plano? De que ano? De 2020?

Deputado António Lima (BE): 2019 a 2023!

A Oradora: O furacão Lorenzo tem despesas desde o Governo anterior até a este Governo.

Senhor Deputado, nós estamos a falar de documentos diferentes. Nós estamos a falar de números diferentes. Se o senhor quer mais precisão, tem feito tantos requerimentos, faça um requerimento sobre isto.

Deputado Carlos Silva (PS): Nós pedimos em Comissão, Sra. Secretária!

A Oradora: É aquilo que tenho para lhe dizer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sobre isto, quero dizer-lhe o seguinte: já estava previsto. Se as transferências fossem feitas nos termos da carta do Senhor Presidente do Governo, seria nos 60 dias após a apresentação dos documentos de despesa. Aquilo que for para o Portugal 2030 é, certamente, de acordo com os documentos de despesa. Portanto, não tem que se preocupar, porque só com os documentos de despesa é que será desembolsada a devida participação.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma contradição, Sra. Secretária!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária, eu julgo que a primeira coisa que um Governo quer ser e deve ser é credível.

Os números a que eu me referi são da execução de verbas Lorenzo até ao primeiro trimestre de 2023, que inclui tudo o que está para trás e inclui aquilo que soubemos esta semana.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não sou eu que o digo, é o senhor que está a dizer!

O Orador: Alias, em Comissão, no âmbito da audição deste Projeto de Resolução, foram pedidos esclarecimentos sobre esta matéria. E nós continuamos sem saber a que se deve essa divergência. Como é que estão executados cerca de 61, 62 milhões de euros desde o Furacão Lorenzo até à data de 30 de março, e a senhora agora vem dizer que são 88?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E são!

O Orador: Depois, o Senhor Secretário das Finanças diz que estão em dívida 65, e a senhora agora diz que são 47. Ó Senhora Secretária, como é que quer que alguém confie nestes números, quando nada bate certo?

Eu já disse, que seja um cêntimo que esteja em falta, ele tem que ser ressarcido. Um cêntimo! Mas é preciso que o Governo tenha o mínimo de credibilidade e não diga uma coisa hoje, outra amanhã, outra depois. Um Secretário diz uma coisa e

a senhora diz outra.

Também me explicou a que é que se deve a revisão das dotações orçamentais de duas rúbricas que referi há pouco, nomeadamente a 9.8 e a 9.13, do relatório de execução financeira do Plano que foi publicado do primeiro trimestre.

Já agora, gostaria de perceber, também, se as despesas que a Portos dos Açores irá fazer, tendo em conta que contraiu um empréstimo de 60 milhões de euros, serão debitadas à Região. Deixo-lhe a pergunta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Marco Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Só a título de esclarecimento relativamente a algumas afirmações e interrogações sobre os dados relativos à execução, no âmbito das questões relacionadas ao Lorenzo, eu recordava os dados que foram enviados ao Grupo de Trabalho, que, por sua vez, enviou a todos os membros do Grupo (no dia 20 de maio de 2023, foram encaminhados para o Grupo de Trabalho todos os dados atualizados), que, por sua vez, os distribuiu por todos os membros do Grupo e por todos os Membros da Comissão de Economia. A Comissão de Economia tem lá todos os partidos representados ou com acesso.

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não tem! O Bloco não está!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nem sequer sabe quem é que integra!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas pode participar!

O Orador: Mas pode participar, exatamente, que eu saiba.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas não integra!

O Orador: E, portanto, perfaz, até ao momento, um valor de 88 234 295 euros, repartidos pela execução de todas Secretarias da atual orgânica, da orgânica

anterior e dos contratos ARAAL celebrados com os municípios da Região.

Deputado António Lima (BE): Quanto é que dá a dívida, diga lá!?

O Orador: Os dados, eu posso enviar, se assim entender, neste momento, ao Senhor Deputado António Lima, mas reitero que foram enviados para todos os partidos representados na Comissão de Economia e para todos aqueles que mostraram interesse.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Marco Costa, agradeço o esclarecimento.

Conheço esses dados, mas o problema é que eles não batem certo com aqueles que estão nos relatórios de execução orçamental de todos os anos desde que houve o furacão Lorenzo, a juntar com o último trimestre.

E não batem certo com as afirmações do Governo. Dizia o Senhor Secretário das Finanças, em maio, nomeadamente em notícia da Agência Lusa, em 15 de maio deste ano, e cito: “São 65 milhões da solidariedade nacional para as obras dos estragos provocados pelo Lorenzo.” A senhora, hoje, disse que são 47.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): São 88, faturados!

O Orador: Em dívida! Não brinque com os números, Senhora Secretária! Em

dívida!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas é isso que conta!

O Orador: Entendam-se!

O que eu estou a pedir e o que o Bloco de Esquerda gostaria de esclarecer é o porquê dessas divergências, o porquê de haver um número há 15 dias ou há um mês e haver outro número agora e o porquê desses números não baterem certo com a execução orçamental, com a execução do Plano. E a senhora, como Membro do Governo, devia chegar aqui e explicar exatamente o porquê. Continuamos a não perceber e, pelos vistos, o Governo não quer esclarecer. É a transparência.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não querem perceber!

Deputado António Lima (*BE*): A senhora não sabe explicar!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Senhor Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo** (*PS*): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O assunto que nos traz aqui, hoje, após todo este debate, tem sido por diversas vezes abordado nesta Casa, no sentido de solicitar informações, indagar por respostas, apelar para maior celeridade naquela que é por todos considerada uma das maiores obras necessárias para a ilha das Flores e para os Açores.

Falo, como já se falou hoje, do porto comercial das Flores e da necessidade da sua construção, após a destruição.

Entendemos e entendem os florentinos que é uma obra por demais importante e estruturante para a ilha, que desde o anterior Governo e desde o primeiro momento

da sua destruição dedicou a sua maior atenção àquela obra e ao lançamento da obra da ponte-cais, que hoje já se pode dizer que veio assegurar melhores condições de manobra para os navios, pese embora a tempestade Efrain, com a destruição que causou ao que restava do antigo molhe, nos tenha tirado rapidamente aquela que era uma melhoria significativa, provocando os recentes constrangimentos.

Aqui um parenteses, também, para a obra de emergência que irá proteger a operação da ponte-cais, que já decorre. Também, chamar a atenção para, em fevereiro, a aprovação de duas Resoluções nesta Casa, em que, na altura, o debate foi se aquela obra poderia, ou não, decorrer por ajuste direto.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não foi por ajuste direto!

O Orador: E chegámos à conclusão que seria assim. E foram aprovadas as Resoluções.

Sobre as Resoluções, já agora, que pediam e que recomendavam ao Governo a criação de um apoio extraordinário e temporário, até à normalização, para os empresários, a isenção de taxas e também o regime que prioriza a mercadoria, gostaria de perguntar à Senhora Secretária qual o estado de desenvolvimento da implementação dessas medidas aprovadas nessas Resoluções.

Qual o estado e qual o valor que já foi apurado?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso não tem nada a ver com o assunto que está em discussão!

O Orador: Mas, dizia eu, voltando à obra do molhe principal, uma obra fundamental e estruturante, após mais de dois anos e meio depois de este Governo estar em funções, esperava-se que pelo menos o projeto do novo porto das Lajes estivesse concluído, ensaiado e já lançada a empreitada.

É isto que eu, enquanto Deputado florentino e enquanto representante dos florentinos, anseio. E anseiam, penso, todos os Deputados nesta Assembleia.

Portanto, teremos de saber e questiono: quando o Governo terá o projeto concluído? Quando irá lançar o concurso para a empreitada?

Sempre fomos remetidos para datas incertas, para respostas inconclusivas, porque primeiro era necessário reavaliar o projeto e retirar gorduras excessivas, palavras do anterior Secretário da tutela.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo da República não paga!

O Orador: Já se falou em 188 milhões. No Dia da Região, o Senhor Presidente do Governo falou em 160 milhões. Já não sei qual é o valor certo para aquela obra.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que o Governo cortou 20 milhões de euros?

O Orador: Digo apenas que os florentinos anseiam pelo seu porto, pelo arranque da obra.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Já anseiam há muito!

O Orador: Para não levar por diante e para não maçar muito, acho que a única palavra que me merece é que os florentinos merecem um Governo que fale a verdade e não os tente ludibriar. Merecem ser ouvidos e precisam que a obra avance o mais rapidamente possível, sem dilações e sem truques de política, pois são muitos os constrangimentos provocados e são significativos os impactos na frágil economia da ilha.

Uma última pergunta, Sra. Secretária: tem, ou não tem, o Governo o projeto concluído? E qual o valor daquela empreitada?

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Vieira.

(*) **Deputado Ricardo Vieira (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado José Gabriel Eduardo, até nesta minha curta experiência enquanto Deputado (está a fazer sensivelmente um ano), a Senhora Secretária já apresentou a calendarização das obras. Eu penso que não podia ser mais transparente do que isso.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: As obras estão a decorrer consoante a calendarização que foi apresentada.

Deputado Luís Soares (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ou não!

O Orador: Para além disso, o senhor faz esse exercício. E acho que está no seu direito.

Deputado Carlos Silva (PS): Ele fez perguntas foi à Sra. Secretária!

O Orador: Se acha que a defesa dos florentinos é por essa via, eu não concordo, mas pode ser sua, podemos ter opiniões diferentes.

É preciso também relevar que as obras do cais das Lajes das Flores estão a avançar sem o dinheiro da República e à custa do Orçamento Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se isso não é um Governo que está ao lado dos florentinos, então o que é?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: De salientar, também, que começou, há cerca de três dias atrás, a

colocação dos antiferes na proteção de emergência do molhe, que vêm, esperamos, colmatar as dificuldades que se têm sentido no abastecimento à ilha, mais uma vez antecipando o prazo que foi dado inicialmente.

Portanto, não vejo qual é o problema que este Governo possa ter para com o porto da ilha das Flores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Fica a minha questão, Senhor Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Senhor Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ainda aguardo pelas respostas da Senhora Secretária e do Governo às minhas questões, que foram muito concisas, muito precisas e muito dedicadas.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O senhor inscreveu-se antes de mim!

O Orador: Senhor Deputado Ricardo Vieira, eu fui a debate exatamente porque já sabia. Vou-lhe recordar as suas palavras em fevereiro: “As minhas palavras podem ter suscitado um ataque ou joguete político.” Quero desde já dizer, muito em particular ao Senhor Deputado Ricardo Vieira, que desta vez irei aceitar o desafio que nos lançou em fevereiro, para esta bancada, aquando da discussão sobre o abastecimento às Flores. Disse que a situação do abastecimento de

mercadorias não deve servir como joguete político. Eu retribuo essas palavras. Agora, para si e para a sua bancada, em relação às questões que têm sido colocadas ao Governo...

Deputado Marco Costa (PSD): Isso já estava escrito!

O Orador: ... em relação àquilo que agora tentam passar nas Flores como responsabilidade de outros, para a falta de conclusão e para a falta de avanço nas obras do porto das Flores...

Deputado Ricardo Vieira (PSD): E não é?

O Orador: É o que tem sido dito. Eu digo-lhe: não posso estar mais de acordo com as suas palavras de fevereiro. Agora, faça uso dessas suas palavras junto do Governo do seu partido, para que não vão por aí e para que não entrem em joguetes políticos.

Sobre as falhas de relacionamento e de pagamentos, acho que já foi dito hoje aqui, eu, sinceramente, não faria, e disse-o na Comissão, falava a Senhora Secretária sobre relações afáveis com o Governo da República. Senhora Secretária, quem não se sente, não é filho de boa gente.

Eu acho que depois da cimeira histórica, sem resultados, depois da visita do Governo da República (do Ministro) às Flores, sem resultados, acho que é preciso haver também, de vez enquanto, um ralhete à República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foram enganados, bem enganados!

O Orador: O Senhor Deputado António Lima questionou há pouco. Eu questionei, incessantemente, na Comissão, sobre quais foram as cartas, quais foram as missivas, quais foram os envios à República, para os tais adiantamentos que são referidos pela senhora e que são referidos pelo Senhor Secretário Duarte Freitas, na Comissão, em 26 de abril, no Grupo de Trabalho dos Fundos Comunitários. Perguntei-lhe por essas cartas. Disse-me: “quanto à documentação que pede, vou fazer chegar isso aos vários departamentos do Governo. Como deve calcular, eu posso enviar-lhe os documentos que nós entregámos e que foram

enviados ao Ministro.”

Deputado Carlos Silva (PS): Não recebemos nada!

O Orador: Está escrito, textualmente. Foi a senhora que o disse na Comissão. “A partir daí, há um conjunto de relacionamentos e interações verbais, outras escritas, outras em reuniões, outras em telefonemas, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que responderam?

O Orador: ... designadamente com os vários departamentos do Governo, das Finanças e Presidência do Governo. Portanto, sobre esse aspeto o que mais posso fazer é transmitir isso aos outros elementos.”

Eu, hoje, estava à espera desses documentos todos aqui, até para esclarecer as questões dos números que foram apresentados pelo Senhor Deputado António Lima.

Senhora Secretária, continuo à espera das respostas e dos documentos que, ansiosamente, solicito.

Deputado Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Vieira.

(*) Deputado Ricardo Vieira (PSD): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado José Gabriel Eduardo traz-me uma felicidade tremenda por grande parte da sua intervenção ter sido com as minhas palavras do último debate. E sabe o que é que me trazia ainda uma felicidade maior? Era se o Partido Socialista, dessa bancada, tivesse tido uma palavra de condenação à República pelos atrasos desse dinheiro.

Obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado José Eduardo, vamos então às questões que colocou e àquilo que é essencial, que tem a ver com o cronograma da obra do porto das Flores, que foi o que me colocou.

Esta questão do porto das Flores, a sua estratégia de reconstrução vem do anterior Governo. Nem discuto isso. A opção foi construir a ponte-cais, restabelecer rapidamente o abastecimento à ilha, considerando que ainda havia alguma proteção do antigo molhe.

Essa ponte-cais continuou praticamente toda já com este Governo. Está concluída. Entretanto, dá-se a depressão Efrain. A depressão Efrain destrói parte do molhe. E nós estamos, como é óbvio, com a maior urgência e com a prioridade máxima relativamente à construção do novo porto, a refazer um molhe, que não vamos fazê-lo por completo, mas que consiga proteger minimamente a ponte-cais. De outra forma, corremos o risco de voltarmos a não ter nenhuma situação que permita o abastecimento à ilha das Flores. Essa é a preocupação número um.

Temos, desde logo, aí a primeira situação imprevista relativamente ao cronograma

que nós apresentámos na ilha das Flores, em julho de 2020. E nesse cronograma o porto estaria concluído até 2028. O cronograma mantém-se o mesmo. Há fases intermédias que tiveram que ceder para a construção da proteção de emergência à ponte-cais.

Portanto, neste momento, refeita a programação intermédia, porque o calendário final continua a ser 2028, devo dizer que os últimos ensaios do novo molhe serão entregues na segunda semana de julho pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, proceder-se-á à revisão do projeto logo de seguida, porque é obrigatório por lei haver revisão do projeto, durante o mês de agosto, e lançamos a obra ainda no final de agosto ou no início de setembro, logo que tenhamos a revisão do projeto. A revisão do projeto leva mais ou menos um mês. Portanto, este é o cronograma neste momento, com os dados que temos na mão.

O preço da obra, Senhor Deputado, na conjuntura que nós vivemos, e sabe bem quão dinâmica e volátil ela é...

Deputado Carlos Silva (PS): Secretária, está a descer!

A Oradora : Ó Senhor Deputado, Deus o ouça! Isso é o que nós todos queremos aqui. Deus o ouça! Porque como ela não vai ser lançada a concurso já, pode ser que nessa altura seja muito mais barato. Deus o ouça!

Deputado Carlos Silva (PS): Eu disse exatamente o contrário!

A Oradora: O que eu estou aqui a dizer é que depois do projeto revisto é que teremos o valor base de lançamento da obra. Só depois da revisão do projeto é que teremos o preço base para lançar o concurso. Eu estou a falar de assuntos sérios...

Deputada Alexandra Manes (BE): E a gente está a brincar?

A Oradora: Não, quem está ali a brincar, não sei, é a primeira fila.

O que eu estou aqui a dizer ao Senhor Deputado José Eduardo é que, no dia em que tivermos a revisão do projeto concluída, nesse dia teremos o valor da obra. Tudo o mais são preços de 2020, são de preços de dois mil e não sei quê...

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Presidente do Governo disse isso no Dia da

Região.

A Oradora: A partir daí, o que interessa, aquilo que conta e o que vai ser lançado como preço base no concurso público é o preço da revisão do projeto. E toda gente sabe que é assim. E o Senhor Deputado José Eduardo, que acompanha estas matérias, sabe muito bem que é assim que as coisas se processam.

Portanto, em relação ao cronograma, temos o cronograma que acabei de lhe referir.

Em relação ao abastecimento, fomos às Flores, tivemos reuniões com as pessoas, fizemos aquilo que tínhamos a fazer, trouxemos o nosso trabalho de casa, procurámos conciliar e articular tudo aquilo que havia para articular.

O “Margarethe” vai continuar nas Flores, dedicado, para garantir o abastecimento às Flores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muto bem!

A Oradora: Isso é o que conta, porque nós já sabemos que há sempre imprevistos, nós já sabemos que há problemas de obra que não estão no nosso controlo absoluto. Por mais que o cronograma nos seja feito pelos técnicos com maior rigor, é o cronograma daquele momento.

E, por isso, não vamos ter aqui qualquer hesitação em manter o navio dedicado ao abastecimento das Flores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A obra de proteção de proteção de emergência está a decorrer a bom ritmo, já tem mais de 180 antiferes construídos, já tem quase 20, ou pouco mais do que isso, colocados em obra.

Estamos a fazer um enorme esforço para aproveitar o verão, o tempo bom, para, dentro daquilo que foi o calendário apresentado, até setembro, ter esta obra, se

não concluída, pelo menos praticamente concluída. É o que nós desejamos todos, mas já aconteceram outras depressões, podem acontecer ainda outras e podem acontecer outros imprevistos. Estamos cá para isso.

Agora, neste momento, está a decorrer a Efrain. Neste momento, temos um cronograma rigoroso, dado pelos técnicos, pelos projetistas. Assim, estes calendários do Laboratório Regional de Engenharia Civil e o calendário do revisor de projeto, que é outro projetista, obviamente, têm que cruzar. Considerando que tudo isto se vai verificar, e os tempos que aqui estão parecem razoáveis porque a revisão do projeto é um mês e os últimos ensaios terminam na segunda semana de julho, queremos lançar a obra no final de agosto ou no início de setembro.

Portanto, neste momento, penso que, dentro de todas as contingências e de todas as dificuldades que as Flores passaram e que os Açores passam, porque, quando passa numa das nossas ilhas, todos nós ficamos extremamente sensibilizados e debilitados, com toda a nossa atenção e com todos os nossos recursos alocados a esse problema, nós, nesse aspeto, temos a confiança de que este calendário, sobretudo, o final da obra, que desde o início foi anunciado o ano de 2028, vai ser cumprido.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Vamos fazer um curto intervalo. Regressamos ao meio-dia e vinte minutos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos recomeçar os nossos

trabalhos.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Vamos dar continuidade ao nosso debate sobre o Projeto de Resolução que estávamos a debater.

Estava inscrito o Senhor Deputado Carlos Silva, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária Regional, eu lamento que não tenha tempo, mas era importante também fazer um esclarecimento da nossa parte e realçar aquilo que é uma preocupação que temos e que já foi aqui referida também pelo Deputado José Eduardo. De acordo com o relatório que foi feito pelo Grupo de Trabalho, ainda em 2020, as obras foram inventariadas em 313 milhões de euros, das quais 188 milhões referentes ao Porto das Lajes das Flores.

Qual é que é a nossa surpresa quando no Dia da Região, no passado dia 29 de maio, o Senhor Presidente do Governo referiu que a obra do porto comercial das Flores estava estimada em 166 milhões de euros?

Daí a pergunta que o Deputado José Eduardo fez, e a Senhora Secretária não respondeu,...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Respondi!

O Orador: Aliás, respondeu com informação adicional que nos preocupa ainda mais, que é: se com a inflação há o aumento dos custos com matérias-primas, as empreitadas estão a custar mais, como é que, passados quatro anos, algo que custava 188, agora custa 166 milhões de euros? O que é que isso significa? Quais são os cortes que foram feitos no porto das Lajes das Flores?

Portanto, isso não foi esclarecido, Senhora Secretária.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Foi esclarecido!

O Orador: Aliás, revelou uma contradição entre aquilo que a senhora disse e aquilo que disse o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Essa parte é relevante e é mais um motivo de preocupação relativamente às obras que não estão a acontecer ao ritmo que deviam acontecer.

Muito obrigado.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): A preocupação do seu colega para que se cumpram os prazos, eu compreendo! A sua não compreendo, é demagogia!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Já só temos 1 minuto e 35 segundos. Portanto, esta será, provavelmente, a minha intervenção.

Eu quero aqui reafirmar aquilo que disse. Nesta luta para que o Governo da República cumpra as suas obrigações, para que o Governo da República cumpra as obrigações que assumiu perante os Açores, nesta luta nem todos estamos no pelotão da frente.

E o meu objetivo aqui não é culpar A ou B, é trazer toda a gente para o combate em defesa da Região Autónoma dos Açores e dos seus interesses.

Deputado Pedro Pinto (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é culpar, mas aqueles que não estão, não podem fazer de conta que estão. Isto aqui já foi mostrado...

(Neste momento o Senhor Deputado Paulo Estêvão mostra um documento à câmara)

O Senhor Deputado Francisco César dizia o seguinte: “Francisco César assegurou, esta segunda-feira, não haver qualquer dívida do Governo da República para com o Governo Regional, no âmbito dos montantes a pagar em relação à recuperação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo.” Isto é o que dizia o Partido Socialista. Nem sequer reconhecia que essa dívida existia.

E, portanto, o que é preciso aqui dizer é que esta é que é a verdade! Nunca existiu, nunca vi nenhuma condenação do Partido Socialista em relação ao Governo da República por o Governo da República não pagar aquilo que deve à Região Autónomas dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então votar este Projeto de Resolução – “Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 160/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar nos nossos trabalhos para o ponto 11: **Projeto de Resolução n.º 161/XII – “Recomenda ao Governo Regional que permita a liberdade de escolha na educação”**.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do IL.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A universalidade do acesso à escola e à liberdade de escolha dos estabelecimentos de ensino, sejam privados ou do Estado, onde os pais e encarregados de educação queiram colocar os seus filhos ou educandos, no primado de que “liberdade para escolher é liberdade para aprender”, é matéria cara à Iniciativa Liberal.

A educação e os cuidados para a primeira infância têm sido cada vez mais considerados como uma base para a formação ao longo da vida e tem sido reconhecida como um suporte da equidade em educação, aliás, conforme o comunicado da Comissão Europeia, sob o tema “Eficiência e equidade nos sistemas de educação e formação”.

Segundo dados recolhidos e publicados no citado documento, a participação num ensino pré-escolar de qualidade acarreta benefícios duradouros em termos de resultados obtidos e de socialização durante a escolaridade e a carreira dos indivíduos, na medida em que facilita a sua aprendizagem posterior.

As orientações pedagógicas para as crianças são essenciais para uma educação de qualidade, para combater a pobreza infantil, promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de todas as crianças.

A qualidade, a diversificação da oferta, a liberdade de escolha e o acesso à educação infantil garantem bem-estar a todas as crianças e às suas respetivas famílias e reduz o risco de pobreza e exclusão social, pelo que não devem, em caso algum, as entidades públicas definir e implementar políticas que coartem a opção de liberdade que garanta que tais princípios fundamentais sejam alcançados.

Na Região Autónoma dos Açores, desde o início do ano letivo de 2022-2023, que se regista um caso em que a decisão unilateral do Governo Regional determinou

uma limitação atroz da liberdade de escolha de pais e encarregados de educação, quanto ao jardim de infância, onde colocar os seus filhos.

Com tal decisão – não se sabe bem a que título, se experimental ou não – criaram-se constrangimentos antes não verificados e impôs-se uma vontade cuja maioria dos encarregados de educação continua a não concordar.

Se o princípio, genericamente aceite, de que todos os pais têm o direito de escolher em que estabelecimento de educação e ensino querem colocar os seus filhos serve como premissa, então quem deve adaptar a sua decisão política é o Governo Regional, a quem, numa sociedade livre e democrática, compete assegurar o financiamento da educação de todas as crianças e jovens, ao invés de tomar medidas que promovam o financiamento de entidades ou só de algumas instituições de ensino.

Por fim, e não de menos importância, o Programa do XIII Governo Regional dos Açores, e estou a citar, define “o aumento da natalidade como objetivo central das políticas públicas regionais, através de medidas concretas que reforcem o apoio às famílias, o aumento sustentado das prestações sociais, bem como a disponibilização de respostas sociais que permitam a conjugação da atividade profissional com o exercício da parentalidade”. Acabei de citar.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomende ao Governo:

- 1 – Reverta a política que coarta a liberdade de escolha dos pais e encarregados de educação no acesso às valências de jardim de infância nos Açores;
- 2 – Permita a plena liberdade de escolha dos pais e encarregados de educação em relação ao jardim de infância onde pretendem colocar os seus filhos na Região, permitindo tal opção até à idade de ingresso no ensino básico.

Disse.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Traz-nos aqui, a Iniciativa Liberal, um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que permita a liberdade de escolha na educação.

Depois daquilo que também foi a intervenção do Senhor Deputado Nuno Barata, queria também começar por fazer aqui um bocadinho o histórico daquilo que têm sido as medidas e as políticas implementadas por parte do Governo Regional, quer o atual Governo Regional, quer o Governo Regional que antecedeu este XIII Governo.

A 20 de junho de 2018, foi publicada a Resolução do Conselho de Governo n.º 72, que aprovou a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social para 2018-2028. E nessa estratégia, entre várias prioridades, está plasmada a prioridade de assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início da vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo, onde nessa prioridade, que é a 1.3, temos o aumento de acesso a crianças na primeira infância e de respostas sociais, onde nesse mesmo documento temos várias ações para alcançar esse objetivo, desde a sensibilização aos pais e educadores para a importância da integração das crianças em creches ou amas tendo em vista o seu pleno desenvolvimento e socialização, quer alargar a resposta de centro de atividades de tempos livres a crianças com idade inferior a 6 anos, quer seja garantir a frequência de jardins de infância a todas as crianças dos 3, 4 e 5 anos e, exatamente também nesse documento e no que no concerne à questão dos jardins de infância, conseguir atingir taxas de pré-escolarização a abranger as crianças de 3 e 4 anos, taxas semelhantes àquelas que existem para as crianças de 5 anos, que são perto dos 100%, isto também por via, e está plasmado nesse documento, do Plano

Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso. Ou seja, por via do ProSucesso, também implementar melhores taxas de implementação, documento este dirigido às escolas públicas, neste caso em particular aos jardins da escola pública.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em agosto de 2018, foi publicada a Resolução do Governo que prevê o Plano de Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social, avaliando esse Plano 2018/2019 e foram identificados vários objetivos específicos e várias ações, inclusive aumentar o número de vagas em creche.

Para além dessa estratégia que está atualmente em vigor, também no próprio PRR está prevista uma componente que prevê exatamente a implementação dessa Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que tem uma verba alocada de 35 milhões de euros, que está repartida pelo período temporal a partir de 2021 e que tem também como ação aumentar o número de vagas em creche, tendo como resultado e meta criar mais de mil vagas em creches até 2025, de forma a aumentar a taxa de integração na Região Autónoma dos Açores, com vista a aproximar-se dos 60%. É este o objetivo que está plasmado no documento.

A criação dessas vagas em creche pode ser feita de várias formas, desde construir ou ampliar equipamentos sociais, quer seja por rever acordos de cooperação com instituições que tenham capacidade instalada para esse aumento de vagas, ou então reconverter o espaço de jardim de infância e rede social. E claro que esta opção tem de ser avaliada pelo próprio Governo, na medida em que, infelizmente, na nossa Região temos cerca de menos 9 mil alunos, em que cerca de 1300 são menos alunos do pré-escolar. E também até o que tem sido feito e o que foi feito nos últimos anos naquilo que concerne ao investimento público na área da educação, na escola pública.

Para além disso, e até o Senhor Deputado Nuno Barata referenciava aquilo que estava plasmado no Programa de Governo, o que eram as medidas de incentivo à

natalidade, este Governo implementou as creches gratuitas...

Deputados Rui Martins (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... a todos os açorianos, que se tem revertido numa poupança familiar de cerca de 200 euros mensais. Também tem feito um trabalho naquilo que é o aumento do número de vagas em creches. Também a revisão daquilo que é o valor padrão das diversas valências, desde a ama, a creche, o jardim-de-infância, o ATL. Tem melhorado esses diversos valores padrão, para além de abrir novos cursos de formação para amas.

Tem sido este o trabalho desenvolvido. Todas as opções têm sido avaliadas de forma a agilizar todas estas medidas, quer seja a medida por parte do Governo Regional de abranger todas as crianças em regime de creche gratuita. E, claro, implementando esta medida de creche gratuita, tem que se disponibilizar vagas em creche, até porque não fazia sentido depois acusarem até o próprio Governo Regional de criar a medida, que era positiva, em que por um lado dava com uma mão, mas tirava com a outra, porque não existiam as tais vagas em creche.

Por isso, tem sido esse trabalho que tem sido feito, também tentando a boa execução do PRR, que tantas vezes é discutida nesta Casa a sua importância. E concordamos com a boa execução do PRR. A verdade é que até no relatório periódico de monitorização do PRR, referente ao primeiro trimestre, é favorável esta ação no que concerne às metas intermédias como já tendo sido atingidas, no que concerne ao aumento de vagas em creche. E esse aspeto também está referido no relatório.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do CDS respeita, como é natural, e é esse o nosso princípio de liberdade de escolha, a complementaridade entre os diversos setores, o público, o privado e o social, mas considera igualmente fundamental também reconhecer os problemas sociais que existem na Região em matéria de pobreza, aquilo que são os compromissos assumidos também no PRR, priorizando

assim o interesse público.

Compreendo que o Senhor Deputado Nuno Barata tenha trazido esta iniciativa, e é legítimo que o faça, até correspondendo àquilo que é o seu próprio manifesto eleitoral, que defende a liberdade de escolha dos estabelecimentos de ensino, sejam privados ou do Estado, verdade seja dita.

Quanto ao que concerne à iniciativa, o que não nos podemos rever é naquilo que é o ponto 1, que menciona que “reverta a política que coarta a liberdade de escolha dos pais”. É nisso que nós não nos revemos na iniciativa trazida por parte da Iniciativa Liberal, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... na medida em que consideramos que uma coisa é a liberdade dos pais em escolher, outra é o Estado ter de criar as várias opções de escolha.

O Estado tem, sim, de dar uma oferta de resposta pública, quer seja em termos de creche, quer seja em termos de jardim de infância, quer seja em ATL, seja uma resposta que se coadune com aquilo que é a vida profissional dos próprios pais. E público é no sentido de que é por via das IPSS, à semelhança do que são muitos dos ATL da nossa Região.

E tem de dar essa resposta também daquilo que é a vida profissional das próprias famílias. Essa resposta, nomeadamente do ATL, tem de ser de forma a ser possível a permanência das crianças durante horários mais alargados, durante as interrupções letivas e as férias escolares, que, muitas vezes, é esse o motivo que leva os pais a procurarem uma IPSS, também em termos de horários.

É isso que entendemos que deve ser, sem dúvida, a ação por parte do Governo Regional e que tem que criar estas respostas às famílias. Da mesma forma que tem que dar essas várias respostas às famílias, também que dar resposta às famílias que muitas vezes têm crianças em listas de espera para integrarem uma creche e que não têm mais nenhuma alternativa.

Todos nós conhecemos situações de mães que terminam a sua licença de

maternidade, que têm de apresentar muitas vezes até um atestado médico para ficar com a sua criança até abrir um lugar em creche. Neste momento, isso também acontece. E essas pessoas e essas famílias não têm mais nenhuma opção. Não há mais nenhuma opção para essas famílias. Por isso, isso também tem de ser salvaguardado.

E termino reiterando que o importante, no nosso entender, é efetivamente que, por parte do Governo Regional, seja dada a resposta.

No caso dos jardins de infância, que seja dada resposta no que concerne aos mecanismos que têm de existir de apoio às famílias, para garantir um alargamento maior dos horários, quer também seja na questão das férias e interrupções escolares.

Também, quero mencionar, e isso nem é referido na iniciativa da Iniciativa Liberal, que, ao longo de várias polémicas que surgiram em torno disto, no que concerne à qualidade do ensino que é prestado às crianças numa IPSS e no ensino público, queria dizer que, por parte do Grupo Parlamentar do CDS, nós não consideramos que esse seja um argumento, até pela qualidade do ensino que é prestado no pré-escolar nas escolas públicas da nossa Região, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... de todo o trabalho que aqueles profissionais na área da educação e as próprias educadoras desenvolvem com aquelas crianças, quer seja a integrar diversos projetos pedagógicos, de incentivo à promoção e de incentivo ao sucesso escolar.

Termino já, porque já percebi que gastei muito tempo.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Agradeço que se inscrevam.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Sobre esta iniciativa, passo o pleonasma, do Partido Iniciativa Liberal, temos algumas considerações a fazer antes de esclarecer a nossa posição de voto.

Deputado Nuno Barata (IL): A nossa é diferente da do CDS!

O Orador: Sem dúvida.

Deputado Nuno Barata (IL): É contra também, mas por razões diferentes!

O Orador: Por razões diferentes, Senhor Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Mudou opinião, e o senhor continua a manter a sua!

O Orador: Esta iniciativa acaba por partir de algumas situações particulares, mas é preciso que se diga que os seus pontos resolutivos não pretendem dirigir-se sequer a essas situações particulares, afirmam claramente que a liberdade de escolha, como lhe chama a Iniciativa Liberal, que se pretende abranja ou se estenda a toda a Região.

Vamos lá ver então se nos entendemos. Qualquer pai, nesta Região, pai ou mãe, quaisquer progenitores, melhor dizendo, têm o direito, que é seu, inalienável, de decidir em que escola...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há pais que não são progenitores, Sr. Deputado!

O Orador: Muito bem, Senhor Deputado. Encarregados de educação, tudo o que nós quisermos incluir, que tenham a responsabilidade pela educação dos filhos.

Se me deixarem terminar, eu tentarei...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas tem de ser coerente, ou então temos que concluir que vem para aqui com essa conversa só para distrair!

O Orador: O Senhor Deputado Pedro Pinto está nervoso. É sexta-feira, por isso dou-lhe um desconto.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados... Senhoras e Senhores Deputados, pelo amor de Deus, deixem o Senhor Deputado António Lima falar!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Ele pode falar!

O Orador: Eu posso falar se me deixarem, Senhora Secretária. Eu gosto que me respeitem quando falo, porque eu tento respeitar os outros (na quase totalidade dos casos, também falho).

Continuando, não há qualquer limitação à escola onde se coloca os filhos, seja pública, seja privada. Podem escolher, os encarregados de educação, se o seu filho vai para uma escola pública ou se vai para uma escola privada, desde que ela existe, como é óbvio. Ou seja, quando se fala de liberdade de escolha, na assunção real da palavra, ela existe, está protegida por lei.

Outra coisa é aquilo que está subjacente a esta iniciativa e aquela que é a ideologia, que é legítima, da Iniciativa Liberal, o projeto que tem para a educação e para a saúde que determina, neste caso na educação, que o Estado, neste caso a Região, deva pagar, deva dar uma espécie de “cheque ensino” para facilitar. E dizer ao encarregado de educação: olhe, coloque o seu educando na escola onde quiser, seja pública ou seja privada, que nós pagamos.

A Região garante que há escola pública, os recursos que são necessários, os professores, o pessoal de ação educativa, todos os técnicos que são necessários. E, depois, tem que duplicar esse financiamento, porque, na prática, garante dois sistemas de ensino paralelos: um público e outro privado.

Ora, o papel do Estado, em nosso entender, é garantir uma escola pública, universal e gratuita a todos os alunos, a todas as crianças, sem exceção.

Quando a escola pública não consegue chegar a todos – e durante a nossa história houve muitos casos em que isso acontecia e ainda hoje no pré-escolar poderá haver, mas já lá vamos, algumas situações em que isso acontece –, aí, como é óbvio, o Estado, neste caso a Região, tem que contratualizar e deve contratualizar de forma supletiva com outras entidades, seja do setor social, a garantia de que nenhuma criança fica para trás.

É essa a nossa posição de fundo, que não é de agora, vem de trás e que apenas reafirmo, ou seja, o que tem essa proposta subjacente, e temos essa discordância, é que seja a Região a pagar. Não é apenas na Graciosa ou em São Jorge, onde aconteceu a transferência de vagas do pré-escolar para as creches, uma opção do Governo que compreendemos, porque é preciso efetivamente aumentar a oferta de creches. Havendo oferta no pré-escolar, na escola pública, é uma opção correta. Tem é que se garantir, por exemplo, que com essa opção não ficam os alunos sem resposta depois do horário letivo, que isso é fundamental, porque senão estamos a criar o mesmo problema...

Deputado Nuno Barata (IL): O problema é esse!

O Orador: ... e isso tem que ser feito de forma concertada e bem planeada.

Agora, não podemos concordar que, de uma forma geral e abstrata para toda a Região, o Governo tenha que financiar dois sistemas: um público e outro privado. Para nós, como é óbvio, não faz sentido.

A Região tem é de garantir que nenhuma criança fique sem ir à escola. Isso é que é fundamental.

Sobre esta matéria, a nossa posição é bastante clara, historicamente, e não há aqui qualquer dúvida. Naturalmente, não podemos acompanhar de modo algum esta iniciativa, porque é exatamente o contrário do que nós defendemos por princípio e, ainda por cima, ela é geral para a Região. E, como é óbvio, é contraditória, totalmente, com o que nós pensamos e temos defendido ao longo dos anos.

Também, já agora, gostaria de um esclarecimento da Senhora Secretária, que aqui

está, e o problema que surgiu é no pré-escolar, é disso que estamos a falar mais em concreto: efetivamente, qual é a capacidade de resposta das escolas da Região neste momento, à data que falamos, das escolas públicas? E, também, em que ponto é que estamos de taxa de frequência dos alunos do pré-escolar, desde os 3 anos até aos 5 anos (dos 3 aos 6), esses três anos em que decorre o pré-escolar? Até para também termos uma ideia mais precisa do que estamos a falar a nível de realidade regional, porque este Projeto de Resolução, e termino, é efetivamente com uma abrangência regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução que aqui nos é trazido pelo Partido Iniciativa Liberal, utilizando mais dois exemplos que aconteceram na região, convida a que se generalize um procedimento em função de dois exemplos que, convenhamos, ficaram mal resolvidos ou não responderam àquelas que são as necessidades das populações a que serviam.

No entanto, temos que nos cingir ao documento. E o título do documento é: “Recomenda ao Governo Regional que permita a liberdade de escolha na educação.” Eu até concordo com o princípio, não tenho aqueles dogmas de que a escola tem que ser pública ou tem que ser privada.

Agora, o que me constrange, sinceramente, é a mentira em que possa consistir o direito de escolha entre o público e o privado. Daquilo que eu conheço dessa matéria (que até, confesso o meu pecado, não é muito), pode-se vender a ideia de que se tem o direito, mas, depois, o direito realmente não existe. É do tipo: eu

posso querer pôr um filho num determinado colégio, porque tenho o direito de escolha entre o público ou o privado. Mas, depois, chego à direção do colégio e vão-me dizer: temos aqui uns extras que são vendidos à parte (imaginemos o princípio do “cheque educação”), o kit de catequese custa 50 euros por mês, o kit de apoio auxiliar custa mais 70 euros por mês, o kit de não sei quantos custa mais não sei quê... Depois, aquelas famílias menos abonadas, que até alguém lhes disse que tinham o direito de escolha, depois perdem o direito quando lhes são vendidos os kits. Têm direito só ao pacote base e o pacote base, depois, incompatibiliza-se com aquilo que é a média do tal colégio.

É para evitar esse tipo de situação que eu gosto pouco da mentira do “tem direito à liberdade”. Não, não tem o direito à liberdade, vendem-lhe a ideia de que tem o direito à liberdade, mas, depois, na realidade, não funciona.

Eu gostava que funcionasse, porque, no dia em que funcionasse, era sinal de que toda a sociedade, independentemente dos seus recursos maiores ou menos, tinha direito a um serviço universal. Infelizmente, não tem.

E não vendo na oferta letiva que existe na Região a capacidade para implementar essa universalidade de direito, eu tendo a ir mais por uma visão, que não é bem a minha área, mais esquerdista sobre o assunto. Eu acho que, neste momento, abordar essa temática com essa ligeireza, de que tem o direito, mas que afinal não tem, pode induzir as pessoas em erro. Por isso, não vou acompanhar a iniciativa. Muito obrigado.

Presidente: A Mesa aguarda mais inscrições.

Então, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional que permita a liberdade de escolha na educação.”

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 161/XII foi rejeitado, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente; com 25 votos a favor do PS, 1 do IL e 1 do PAN; e 1 voto de abstenção do Chega.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Senhor Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Quando foi aprovada a urgência da tramitação desta iniciativa, demos-lhe o nosso apoio, porque, no nosso entendimento, era preciso travar esta deriva governativa de acabar com o ensino nos jardins de infância privados na Região, decisão que, como já é evidente e tem-se visto, vai prejudicar as ilhas mais pequenas.

O que está em causa aqui não tinha nada a ver com o liberalismo, antes tem a ver com os valores básicos da democracia.

O Presidente da Confederação Nacional da Formação e Educação, numa conferência intitulada “Liberdade de escolha da escola – os instrumentos de liberdade”, enunciou três princípios fundamentais daquela confederação. Vou citar dois: a defesa da equidade que garanta a igualdade de tratamento dos cidadãos e das instituições; a promoção da liberdade de ensinar e aprender e da liberdade de escolha da escola, como direitos fundamentais dos cidadãos.

E existem outros fundamentos que era bom visitar, o artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos seus filhos.”

O n.º 3 do artigo 14.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia diz: “São respeitados (...) o direito dos pais de assegurarem a educação e o ensino dos seus filhos de acordo com as suas convicções.”

E, ainda, o artigo 43.º da Constituição Portuguesa, que diz: “É garantida a

liberdade de aprender e ensinar.” E também diz: “O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes.”

Portanto, aqui fica declarada a nossa votação.

Por outro lado, é preciso desmistificar aquilo que foi dito aqui, que a desculpa é do PRR. Não é desculpa do PRR. O que o PRR diz é que se criem mais vagas nas creches. E isso não quer dizer que se fechem salas dos jardins de infância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é isto, Senhor Presidente? Agora não há regras?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isto é uma intervenção!

O Orador: Eu estou a justificar o voto do Partido Socialista nesta iniciativa.

Presidente: Faça favor, Senhor Deputado.

O Orador: Eu creio que é uma situação que incomoda, que incomoda muita gente. Eu sei que incomoda a Senhora Deputada, incomoda muito a Senhora Deputada, eu sei.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor é que está incomodado! Os apartes são regimentais!

(Diversos apartes)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, isso não são apartes!

Senhor Deputado José Ávila, não se pode dirigir às outras bancadas em declaração de voto.

O Orador: Senhor Presidente, eu queria fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faz favor.

O Orador: Senhor Presidente, eu respondi, em aparte, aos apartes que têm sido feitos por parte dos Senhores Deputados da bancada do CDS-PP e também do PSD, porque é a única maneira que eu tenho de me defender. Eu estou a fazer uma declaração de voto...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E para que é que foi o debate?

O Orador: Ó Senhor Deputado, tenha calma. Era só o que faltava!

Presidente: Senhor Deputado José Ávila, eu peço que continue a declaração de voto, se faz favor.

O Orador: Se me deixarem, eu gostaria de continuar.

Presidente: Vão deixar, com certeza.

O Orador: Nós votámos favoravelmente esta iniciativa, porque, recentemente, percebeu-se, através de declarações públicas, que não se sabia bem quantas crianças estavam em lista de espera para as creches, havendo a dúvida, em alguns casos, de poderem estar contabilizadas em duplicado e em triplicado.

Se assim é, porque é que se avançou para o encerramento das salas de 4 e 5 anos na Graciosa?

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Porque é que não perguntou?

O Orador: Segundo o que nos foi dito naquela altura pelas pessoas com responsabilidades, naquela ilha, na educação, era possível compatibilizar perfeitamente a integração da lista de espera da creche com a manutenção das salas do jardim de infância naquele edifício que foi construído exatamente para aquilo, para ser uma creche, um jardim de infância e um CAO.

Já agora, porque é que há um tratamento diferente entre ilhas dos Açores, que é o caso da Graciosa e de outras?

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Eu não ouvi a pergunta!

O Orador: Na Graciosa é bom, nas outras não presta.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E em Santa Maria?

O Orador: Por onde anda a justiça, a equidade e o diálogo, tão falados ultimamente, e até a humildade democrática? Será que são palavras vans?

O que se esperava deste Governo e o que se espera de qualquer Governo é o empenho em resolver os problemas, com o conhecimento exaustivo das situações e, sobretudo, em diálogo com os parceiros mais envolvidos nestas questões, pesando o custo e o benefício e, mais importante que tudo, colocando o superior interesse das crianças sempre em primeiro lugar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Senhora Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Por uma questão de respeito, obviamente, não vou fazer aqui a intervenção que tinha pensado fazer, que até me tentei inscrever, mas um dia havia de ser o dia de o Senhor Presidente não dar a palavra, depois de ter esperado tanto tempo. E foi precisamente comigo, poderia ter sido com outra pessoa.

De qualquer forma, quero justificar a posição do Partido Social Democrata em relação a esta votação e dizer que nós não estamos contra o princípio que está subjacente a este Projeto de Resolução. Aliás, faz parte da matriz ideológica do PSD a liberdade de escolha.

Neste caso, estamos a falar da liberdade de escolha dos pais e encarregados de educação em relação ao percurso educativo dos seus filhos. E nós consideramos isso muito bem, mas só há plena liberdade quando, de facto, há escolhas que possam ser feitas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E há várias ilhas nos Açores e até mesmo concelhos onde isso não é

possível.

Portanto, o que não pode acontecer e jamais poderá acontecer...

Deputado José Ávila (PS): Diga lá qual é o concelho?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No Corvo!

A Oradora: Senhor Deputado, faça o favor de me ouvir!

... é dar a possibilidade ou dar liberdade de escolha a uns, retirando a possibilidade de uma resposta a quem dela necessita! Isso nunca pode acontecer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O conceito de liberdade não vamos estar aqui a defini-lo, porque isso já foi definido e dissertado por imensos pensadores, filósofos, mas sabemos que liberdade é exatamente agir de acordo com o livre arbítrio de cada um, de acordo com a vontade própria de cada um, desde que não prejudique o outro. E é aqui que reside o busílis da questão, porque, em algumas situações que estamos a falar, isso parte de uma situação concreta para a generalizar, daí nós não acompanharmos este Projeto de Resolução, principalmente em relação ao seu primeiro ponto resolutivo, porque, se nós aceitássemos, estaríamos nós aqui a admitir que o que estava lá escrito era verdade. E este Governo não está a coartar absolutamente liberdade nenhuma.

Deputado José Ávila (PS): Está, está!

A Oradora: Não está a coartar! Há liberdade de todos na escolha, desde que haja essa possibilidade de escolha. Não está a coartar!

Mais, aqui parte-se de uma situação particular para a generalizar, porque numa ilha onde há um equipamento social que dá resposta de creche, a não haver vagas, a haver listas de espera, é preciso agir.

O que se pede de um Governo é que haja pragmatismo. E foi isso que este

Governo fez. Não só cumpriu com a sua missão social, como cumpriu com a sua missão educativa.

A instituição, por não ter capacidade de resposta para todas as situações, então canalizou os seus alunos mais velhos para outra resposta na rede pública.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi exatamente isso que fez. Portanto, não foi este Governo. Este Governo está a cumprir com a sua missão social e educativa em todas as suas vertentes!

Para terminar, eu gostaria de dizer que nós nada teríamos a opor se neste Projeto de Resolução constasse apenas o segundo ponto resolutivo, porque aí, já disse, nós concordamos. Se calhar, não nos mesmos moldes que a Iniciativa Liberal, mas o que é facto é que deve haver escolha, sempre que haja essa possibilidade.

O que se pede aqui é que haja também alguma empatia para com estes pais que se manifestaram muito insatisfeitos com essa decisão, poderem-se colocar no lugar do outro. E o lugar do outro são os pais que não tinham resposta para os seus filhos. E assim, com esta solução, ficaram todos abrangidos.

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

A Oradora: Senhores, isto, sim, é trabalhar para o todo e não para uma parte.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto, sim, é agir para acomodar todas as necessidades sem prejudicar ninguém. Isto, sim, é levar a cabo a verdadeira missão social e educativa que se pretende de um Governo.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

E permita-me dar-lhe os parabéns por ter cumprido muito bem a sua função neste ponto.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Chega absteve-se nesta votação pelo princípio de que nós defendemos a liberdade de escolha. É um princípio que nós temos.

Mas também defendemos uma coisa: não haver duplicação de investimentos. E tal como nós já fizemos no “cheque saúde”, primeiro o ensino público. Ou nós estaríamos a falar mal das nossas escolas.

Isto para dizer que, também, a opção de escolha ou a liberdade de escolha não pode ser um capricho. Imagine-se uma família que, por opção pessoal ou de capricho, quisesse optar por uma escola privada, lá teriam os contribuintes que pagar duplamente.

Deputada Alexandra Manes (BE): E na República?

O Orador: Eu posso falar, ou a senhora vai gritar? A gente fica aqui a hora de almoço. Se a senhora continua a gritar histericamente, ficamos aqui a hora de almoço.

Deputada Alexandra Manes (BE): Histericamente?!

O Orador: Histericamente! Quer que eu repita?

Presidente: Senhor Deputado, essa linguagem não é adequada.

O Orador: Esta linguagem é devido ao comportamento da senhora, Senhor Presidente. Não voltar a corrigir-me!

Presidente: Deixe-me completar...

O Orador: Isso é histerismo!

Presidente: Senhor Deputado, deixe-me completar. A sua expressão não é adequada, tal qual como não são adequados os apartes e a forma como a Senhora

Deputada Alexandra Manes está a dirigir-se ao orador que está no uso da palavra.
Faz favor.

O Orador: Eu dei-lhe os parabéns, mas agora retiro-lhe.

Muito obrigado.

(Aparte inaudível do Deputado José Pacheco)

Presidente: Ó Senhor Deputado, o senhor não aceita, mas o senhor está aí e eu é que estou aqui, tendo a responsabilidade de conduzir os trabalhos desta Assembleia e de achar que essa expressão que o senhor está a usar não é adequada para esta Assembleia.

(Aparte inaudível do Deputado José Pacheco)

Pronto, o senhor está no seu direito. E eu estou a exercer os meus deveres.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Fazer aqui a minha declaração de voto, não fazer o debate que não fizeram porque, legitimamente, não se inscreveram para tal. Dizer que a posição do Grupo Parlamentar, por aquilo que foi aludido aquando do debate da iniciativa, foi o nosso voto contra.

Dizer que o CDS, como disse e reitero, respeita o princípio da liberdade de escolha e a complementaridade dos diversos setores: público, social, privado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mas entendemos que, efetivamente, uma coisa é a liberdade de

escolha, outra é o Estado ter de criar as diversas opções de escolha.

E deve o Governo, deve o Estado, sim, dar as respostas às famílias, aos encarregados de educação, naquilo que é o complemento das respostas, para que possam ter as suas crianças no ensino e para que possamos, na nossa Região, alcançar as taxas que se pretende de frequência naquilo que são os primeiros anos de ensino.

E, só para terminar, dizer que o livro “Educação e Liberdade de Escolha”, de 2014, do Professor Paulo Guinote, lembra o seguinte: “A democracia regue-se sobre um intrincado jogo de equilíbrios, em que o valor absoluto da liberdade cede perante a necessidade de múltiplos compromissos, para que a liberdade de todos e de cada um se viva de forma que não limite abusivamente as liberdades individuais de outros.”

O que eu quero dizer com isto é que o Governo Regional deve responder eficazmente, também, às famílias que procuram uma vaga em creche. E não pode comprometer a não liberdade dessas famílias que não têm mais nenhuma opção para ter o direito a essa valência.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Votei contra essa iniciativa porque, embora acredite que a liberdade de escolha seja um direito dos cidadãos, uma Região e um País pobre como o nosso,

infelizmente, não pode proporcionar liberdade de escolha, porque a liberdade de escolha pressupõe, obviamente, que exista duplicação de recursos.

Eu, quando tiver que escolher entre duas coisas, tem que haver duas coisas disponíveis. Portanto, partindo deste princípio, se eu não tenho dois ratos, não posso escolher o rato, só tenho um. Percebe, Senhor Deputado? Portanto, esta é a razão.

É muito bonito falar de liberdade de escolha, mas a liberdade de escolha custa dinheiro. E o nosso País, a nossa Região, infelizmente, não tem recursos para isso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta iniciativa vem ao encontro daquilo que defendeu a Iniciativa Liberal junto dos eleitores durante a campanha eleitoral de 2020. Cumprimos esse desiderato de trazer esta Casa iniciativas que façam cumprir aquilo que prometemos aos eleitores.

Esta Região, este Parlamento, está cheio de gente, como eu já aqui disse ontem, que enche a boca com sustentabilidade e suja as mãos de betão, que fala de ambiente mas promove a sua destruição.

Também, em relação à liberdade, todos querem ser donos dela, todos defendem a liberdade de escolha, todos são pela liberdade, mas, quando chega a hora de aprovar um diploma que não faz mais do que defender a liberdade de escolha, há centenas de argumentos para restringir as famílias de ter essa liberdade de escolha. E essa liberdade de escolha é que permite que algumas famílias possam sair do estado de pobreza em que estão, possam sair do estado de acesso às mesmas coisas que outras têm.

Aquilo que está a ser feito na Região Autónoma dos Açores, perpetrado na Região

Autónoma dos Açores, relativamente à educação na infância, é coartar alguns de oportunidades que outros têm.

Disse.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Votei contra a iniciativa em causa, porque os seus pressupostos não se verificam e as suas recomendações partem do princípio de que é necessário estabelecer-se duas temáticas que são aqui referenciadas no âmbito do Projeto de Resolução, que passo a ler e são as seguintes: “Reverta a política que coarta a liberdade de escolha dos pais encarregados de educação no acesso às valências de jardim de infância nos Açores.”

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Muito bem, Senhor Deputado!

O Orador: Ora, eu não voto favoravelmente pela simples razão de que isto não é verdade que não esteja a acontecer, ou seja, já existe esta liberdade de escolha.

Ponto n.º 2: “Permita a plena liberdade de escolha dos pais e encarregados de educação em relação ao jardim de infância onde pretendem colocar os seus filhos na Região, permitindo tal opção até à idade de ingresso no ensino básico.” Ora, esta liberdade também existe nos Açores.

Portanto, este Projeto de Resolução parte do princípio e parte de uma acusação que não é verdade, ou seja, que estes pressupostos que aqui são propostos, passo a redundância, por parte da Iniciativa Liberal, não se cumprem nos Açores. Ora, não é verdade, existe liberdade de escolha nos Açores. E os pais podem fazer as diferentes opções.

Também quero, Senhor Presidente, aproveitando esta oportunidade, ligado ao tema e ligado à declaração de voto, dizer o seguinte: eu tenho esta posição há

muitos anos, é a posição do meu partido, que é a de privilegiar sempre as respostas públicas que a Região Autónoma dos Açores tem criado ao longo de todos estes anos, com os anteriores Governos e com este Governo. Privilegio sempre as respostas públicas do ensino público. É esta, claramente, a linha de atuação do partido.

E quero, também, finalmente, dizer o seguinte: é importante aquilo que está a ser feito nos Açores, a implementação de um sistema de creches gratuitas, que é fundamental, que significa um avanço civilizacional enorme e um apoio enorme para as nossas famílias. Estamos a criar muito mais vagas e estamos a fazer um esforço imenso para que isto possa suceder.

Este ano, por exemplo, prevê-se uma despesa de 3 milhões e meio de euros, um esforço que nada tem a ver com os 164 mil de um período anterior.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É um esforço colossal que este Governo está a fazer em implementar as creches gratuitas. Isto, sim, é que é criar a liberdade de escolha, é colocar ao serviço de todos a oportunidade de acederem às creches gratuitas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Qual é a liberdade que existe quando não são criados os meios? Fica apenas no papel. E nós estamos a concretizar. E estamos a concretizar com um esforço enorme do ponto de vista financeiro.

Portanto, existe liberdade. E esta iniciativa não se verificava nos seus pressupostos. Existe liberdade de escolha nos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Relembro que há a instalação da Comissão de Inquérito, às 14h30.

Eram 13 horas e 20 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Paulo Silveira ocupou o lugar de Secretário na Mesa)

Presidente: Muito boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados.

Eram 15 horas 05 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos entrando no ponto 12 da nossa Agenda: **Apresentação e discussão do Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avals a Empresas Privadas.**

Rege esta matéria o artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII, de 18 de setembro, e o artigo 132.º do Regimento. O relator da Comissão dispõe de 15 minutos para a apresentação do relatório. Cada Grupo Parlamentar, assim como o Governo, dispõe de 10 minutos e cada Representação Parlamentar de 5 minutos para participar no debate, que pode ser mais do que uma vez, não tem de ser, obrigatoriamente, uma única intervenção.

Tem a palavra a Senhora Relatora da Comissão, a Senhora Deputada Guilhermina Silva.

Deputada Guilhermina Silva (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

(Neste momento, a Sra. Deputada Guilhermina Silva procedeu à apresentação do Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avals a

Empresas Privadas)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições para o debate e apreciação do relatório.

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados...

Presidente: Senhor Deputado Joaquim Machado, peço-lhe que aguarde só um bocadinho, se faz favor.

O Orador: Aguardo o tempo todo que for preciso, Senhor Presidente.

Julgava que a necessidade de sermos mais expeditos nas inscrições não causaria nenhum problema à Mesa.

Presidente: Obrigado.

O Orador: Não tem de quê. Faço com grande disponibilidade.

Presidente: Faz favor.

O Orador: Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

A concessão de um aval de 5 milhões de euros à Angrasol foi um ato isolado e de contornos muito duvidosos. Mais nenhuma empresa dos Açores beneficiou desse apoio. Trata-se, por isso, de um favorecimento, que, ao mesmo tempo, também foi um prejuízo para muitas empresas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: De facto, apurou a Comissão de Inquérito, o Governo Socialista deixou à sua mercê 147 empresas, que deviam, dizemos nós, também elas ter tido a oportunidade de utilizar um aval como aconteceu com esta empresa, que, à data da concessão do aval, nem tão pouco tinha sede social nos Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: A este propósito, convém aqui lembrar o que disse na Comissão o Dr. Arnaldo Machado, que, à data da concessão, era o Presidente da Comissão de Seleção do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico e, simultaneamente, Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade. E passo a citar: “Houve desigualdade de tratamento e perda de oportunidades equivalentes para outros empresários que, provavelmente com o mesmo tipo de dificuldades, não tiveram a possibilidade de se servir desse mecanismo.” Fim de citação.

Deputado Carlos Silva (PS): E quem são os agentes?

O Orador: Podia dizer isto mais alto, mas não mais claro nem melhor do que o insuspeito Diretor Regional de então.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Perdeu-se o investimento e perdeu-se a criação de postos de trabalho, numa altura, convém também lembrar, que os Açores tinham mais do dobro da taxa de desemprego que têm hoje e, sensivelmente, o triplo dos desempregados que hoje se verificam.

Ficamos, portanto, todos a perder.

Da concessão desse aval resulta, até agora, um prejuízo para a Região de cerca de meio milhão de euros, por incumprimento dos compromissos financeiros da empresa. Os contribuintes são, por isso, também chamados a pagar mais esta fatura deixada pela governação socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes são os factos materiais que decorrem da concessão desse aval de 5 milhões de euros à Angrasol. Mas as envolvências do processo assumem

também contornos de duvidosa legalidade. A concessão de um aval de 5 milhões de euros nunca foi publicada no Jornal Oficial. E eu sublinho isto hoje, quando ontem aprovamos um Decreto que promove maior transparência, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... que vai duplicar as publicações em Jornal Oficial das nomeações dos membros de gabinete dos Secretários, Vice-Presidente e Presidente do Governo Regional. Mas este ato da concessão de 5 milhões de euros de aval nunca foi publicado no Jornal Oficial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

O Orador: O Governo de Carlos César escondeu dos açorianos este ato de gestão, sabe-se lá porquê. E escondeu, também, anos a fio, do Tribunal de Contas essa mesma concessão, não inscrevendo o aval na Conta da Região de 2014, 15, 16, 17, 18, 19 e 2020.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Que horror!

O Orador: Temos aqui bem definidas as fronteiras de um tempo de antes e de um tempo de depois.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Do que hoje é transparência e do que antes era omissão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais do que isso, em absoluto desrespeito pela lei, Vasco Cordeiro, então Secretário Regional da Economia, e Sérgio Ávila, Vice-Presidente, decidiram a concessão do aval através de um Despacho Conjunto, quando as normas legais, considerando o valor em causa, impunham que fosse por Resolução do Conselho do Governo. Portanto, mais um desvio ao cumprimento

da lei.

Lei que determina, ainda, que a concessão dos avales só pode ter lugar para empresas com sede na Região. E como disse, à data, a Angrasol tinha a sua sede social na Madeira.

A tudo isso juntou-se uma evidente falta de transparência e duvidosa intencionalidade, sendo paradigmática a emissão, em 2018, de três cartas de conforto a outras tantas cooperativas do setor de laticínios, sem que estas tivessem pedido e sem que estas, tendo recebido, tivessem tomado conhecimento que tinham as ditas cartas de conforto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A troco de?...

O Orador: Parece confuso, mas eu vou repetir.

Três cooperativas não pediram cartas de conforto ao Governo Regional. O Governo Regional tomou a iniciativa de lhas conceder, mas, quando as concedeu, não informou quem as recebiam. É uma coisa notável!

Antes de resumir, há aqui ainda mais um pormenor interessante relativamente a estas cartas de conforto, é que duas das cooperativas que as receberam só tomaram conhecimento desse ato durante os trabalhos da Comissão de Inquérito.

Estamos perante atos de transparência? Estamos perante atos de normalidade de governação? Eu creio que não!

Resumindo, os Governos Socialistas agiram à margem da lei, sem transparência, violando o princípio da equidade.

É verdade que do plano administrativo estes atos terão já todos prescrito. Politicamente ainda estamos cá para os ajuizar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Gustavo Alves, faça favor.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A 1 de junho de 2022 foi entregue na Assembleia Legislativa o processo de constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar – Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avals a Empresas Privadas, que teve como quesitos os já apresentados pela senhora relatora.

Na opinião do Grupo Parlamentar do PPM, foi aferido nesta comissão uma série de informações que não seriam públicas se não tivesse existido esta Comissão.

Existiram, e existem, avals e cartas conforto prestadas pela Região, sem que fosse público e sem que se soubesse se a Região teria responsabilidades financeiras futuras, o que se comprovou.

Já existem valores consideráveis que nunca vão ser recebidos, devido às insolvências em curso pelos visados dos avals. Estes valores, que nunca mais se verão, foram considerados empréstimos reembolsáveis pela empresa pública Ilhas de Valor, empresa esta que foi utilizada para dar cobro aos desmandos da governação de então.

O caso mais flagrante, em relação a avals concedidos, foi o atribuído à empresa privada Angrasol, que nesse âmbito foi a única beneficiária.

Foram passadas cartas de conforto a três cooperativas de laticínios regionais, em que estas nem sabiam da sua existência, como foi aferido nas audições.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Foi provado que o princípio da legalidade não foi cumprido, na medida em que a concessão de um aval de 5 milhões de euros pela empresa pública Ilhas de Valor à empresa privada Angrasol feria o regime de concessão de avals da Região Autónoma dos Açores, assim como a premissa de que os beneficiários dos avals necessitavam de ter sede social na Região e que, no

tempo, a Angrasol tê-la-ia na Região Autónoma da Madeira.

Foi violado o regime de concessão de avales no ponto referente a que a autorização de operações financeiras superiores a 100.000 contos, já que teria de ser autorizada pelo Conselho de Governo, em que foi concedido através de um despacho conjunto do Secretário Regional da Economia e do Vice-Presidente do X Governo Regional dos Açores.

Em termos de princípio de legalidade, foi também provado que a informação sobre o aval concedido pela Ilhas de Valor à Angrasol, em 2010, não foi publicado na Conta da Região durante uma década, ferindo, novamente, o regime de concessão de avales da Região Autónoma dos Açores.

A nível de transparência, esse mesmo aval ao não ter sido publicado na Conta da Região pelos XI e XII Governos Regionais confere a falta de transparência exigida aos governantes, sendo apenas divulgado publicamente pelo Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região de 2020.

O despacho conjunto suprarreferido também não foi publicado em Jornal Oficial da Região. Foi ocultado, lamentavelmente, assim como a concessão de cartas de conforto das três cooperativas de laticínios regionais.

Na questão do princípio da imparcialidade, foi por demais provado que não existiu o mesmo critério dado à empresa privada Angrasol relativamente ao aval concedido, em que todas as outras empresas candidatas ao SIDER poderiam também beneficiar do mesmo.

Para melhor esclarecimento de qualquer cidadão basta consultar as audições das Câmaras do Comércio dos Açores, do Núcleo de Empresários da Lagoa, entre outras. O tratamento entre candidaturas foi desigual e isso prejudicou, muito, o fomento da economia açoriana, onde só se descobriu anos depois.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Por último, aquando da aferição do princípio da igualdade, foi comprovado que não foi cumprido. A Angrasol beneficiou de um aval de uma

empresa pública regional e isso não aconteceu com outras 147 empresas açorianas.

Em suma, esta Comissão de Inquérito Parlamentar comprovou um tratamento desigual entre empresas açorianas, isto porque os governantes de então tinham a vontade de resolver o buraco do Cantagalo. Queriam o seu problema resolvido.

Foi a Angrasol que o resolveu, mas viu-se envolta durante esse processo todo com faltas de compromisso de um Governo Regional que provocou dificuldades financeiras graves, onde foram obrigados a hipotecar o hotel para ter o subsídio reembolsável, algo que não estava acordado e assinado. Durante a construção foram alvo de imensas inspeções de trabalho e fiscalizações permanentes, tudo dito pela Angrasol.

Mentiram-lhe também em relação às obras do Porto Pim e em relação às obras da estrada adjacente ao hotel, afetando a gestão turística inerente à sua atividade, que se tornou quase nula.

Parecendo não ser o fim do degredo, onde lhe provocaram grandes prejuízos, ainda lhe cancelaram um voo charter de Madrid-Terceira que estava com toda a programação feita, pela Secretaria Regional do Turismo de então.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Dito isto, a Angrasol foi beneficiada com um aval da Região, mas foi altamente prejudicada pelos governantes que lhe faltaram à palavra. Isso é condenável e foi tudo provocado pelo Partido Socialista dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Mais inscrições?

Senhor Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Secretária e Senhores Secretários Regionais:

O relatório que estamos aqui a apreciar não espelha, não representa, de forma nenhuma, aquilo que se passou ao longo dos trabalhos da Comissão.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não é verdade!

O Orador: É um relatório sectário, um relatório enviesado e um relatório que não tem a verdade relativamente ao trabalho que foi desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito e sobre os esclarecimentos que nós recebemos, quer tendo em conta os documentos que pedimos, quer tendo em conta todas as personalidades que foram ouvidas.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

O Orador: Lamento que este relatório, sendo sectário, preste um péssimo serviço a esta instituição parlamentar e um péssimo serviço à Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Relativamente ao trabalho desenvolvido por esta Comissão, tinha como quesitos, como perguntas, quatro. E eu passo a explicar cada uma delas. Primeira: “Identificar os avales, cartas de conforto ou quaisquer outras garantias concedidas a empresas e entidades privadas em que a Região ou empresas públicas regionais, no início da presente legislatura, mantinham as suas obrigações enquanto avalistas de empréstimos.” Senhoras e Senhores Deputados, as cartas de conforto eram conhecidas de todos, claramente conhecidas de todos. E se é certo que, em sede

de Comissão, vários dirigentes cooperativos disseram que não tinham conhecimento dessas cartas de conforto no âmbito das suas funções, também é certo que todos eles disseram que estas cartas de conforto representavam a confiança do Governo Regional ao apoio do setor cooperativo naquelas ilhas, fundamental para a manutenção de postos de trabalho e fundamental para a atividade económica das suas atividades.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Também é certo, Senhoras e Senhores Deputados, que esta Comissão quis analisar e avaliar os procedimentos adotados no âmbito dos avales prestados. Senhoras e Senhores Deputados, houve avales concedidos a várias empresas no âmbito do Programa de Estabilização de Emprego, avales esses conhecidos e públicos, e foi este o móbil desta Comissão: o aval concedido à empresa Angrasol.

E eu passo a explicar: esta matéria aconteceu há quase 15 anos. A empresa Angrasol, enquanto promotora do investimento, quis fazer um hotel em Angra do Heroísmo. Para isso concorreu ao SIDER. Foi-lhe concedido o apoio de 5 milhões de euros não reembolsável e o apoio de 5 milhões de euros reembolsável. Para que pudesse usufruir desse apoio, a Angrasol tinha que ter o apoio da banca. A Angrasol não teve o apoio da banca para conseguir esse valor.

O diploma legal que enquadrava o SIDER definia, inicialmente, que, se uma empresa não tinha a capacidade de ter esse apoio na banca, tinha o direito de ter esse apoio através, diretamente, do Governo Regional, tendo o Governo Regional que recorrer ao Orçamento Regional para apoiar essa empresa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Isso estava na lei.

O que é que fez o Secretário Regional da Economia, na altura, e a Secretaria Regional da Economia?

Deputado Flávio Soares (PSD): Que era quem?

O Orador: Disseram: não senhor, nós não aceitamos que isso seja feito dessa forma. Aliás, entendemos que essa disposição legal está errada.

E aquilo que exigiram ao promotor foi que conseguisse uma garantia junto da banca. Ou seja, o Secretário Regional da Economia e a Secretaria da Economia recusaram aquilo que estava na lei, para proteger e defender o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, garantindo que isso só era concedido com garantias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

A empresa não conseguiu esse valor na banca. E para que conseguisse levar em frente o investimento, a solução encontrada foi a concessão de um aval à Ilhas de Valor, S.A., para que esse investimento pudesse avançar.

Mas mesmo não sendo obrigatório por lei, aquilo que a Secretaria Regional e a Vice-Presidência exigiram na altura foi que o investimento feito fosse considerado como primeira hipoteca relativamente ao aval concedido, protegendo, mais uma vez, e sem que a lei assim o obrigasse, as contas públicas e o Orçamento Regional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, eu convido todos a ouvirem o vídeo da audição do Sr. Américo Gonçalves para perceberem que ele não foi beneficiado. Ele foi, sim, prejudicado, porque o Secretário Regional da Economia, na altura, violou a lei para proteger a Região, trazendo mais tarde a este Parlamento uma revisão do SIDER para que essa lacuna que permitia aos promotores recorrer aos apoios diretamente da Região, não pudessem fazê-lo e tivessem que fazê-lo através de aval e de garantias bancárias.

Outro quesito: “Porque é que foi omitido ao Tribunal de Contas informação

relativa a avales prestados?” Esta informação não foi omitida. Não constava da Conta porque não tinha que constar. Diz o artigo 25.º da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região que na Conta tem que constar as contas dos organismos públicos da Administração Pública Regional, com exceção dos organismos que não tenham natureza, forma e designação de empresas públicas. Portanto, não estava porque não tinha de estar. Mas, apesar disso, desde 2015 que a Ilhas de Valor entrega ao Tribunal de Contas as suas responsabilidades de crédito, onde consta também este aval prestado à Angrasol.

Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, isto é tudo muito claro. Esta Comissão de Inquérito foi criada numa tentativa de assassinato do carácter do Dr. Vasco Cordeiro e do Dr. Sérgio Ávila.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: E aquilo que nós tivemos de forma muito clara ao longo de todos os seus trabalhos é que isso não aconteceu. Foram cumpridos de forma escrupulosa todos os procedimentos legais de transparência, de imparcialidade que tinham de ser. Sendo que o ridículo da situação, depois das intervenções que aqui ouvimos, é que o Secretário Regional da Economia não quis cumprir a disposição que estava na primeira versão do SIDER para garantir que a empresa, para ter o apoio dos 5 milhões de euros reembolsáveis, tivesse que ter um aval, que tivesse que recorrer à banca e que esse valor não saísse do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e, assim, protegendo as contas públicas e o Orçamento da nossa Região. Os senhores bem que tentaram denegrir a imagem, a honra e o bom nome do Dr. Vasco Cordeiro e do Dr. Sérgio Ávila, mas quem acompanhou os trabalhos da Comissão percebe que não o conseguiram fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Poderão ter a opinião de fazê-lo. Fariam de forma diferente. Eventualmente, não faziam a mesma coisa. Isso é perfeitamente legítimo. Agora, os procedimentos que foram adotados em defesa do Orçamento da Região, do erário público e do Governo dos Açores foram escrupulosamente cumpridos pelo Senhor Secretário Regional da altura e pelo Senhor Vice-Presidente do Governo.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

O Senhor Deputado Berto Messias, do Partido Socialista, acaba de nos dizer duas coisas distintas, mas importantes: uma, que o relatório é sectário e enviesado; outra, que o Secretário Regional da Economia do tempo em que ocorreram estes factos – o, hoje, Senhor Deputado Vasco Cordeiro – violou a lei para proteger os interesses da Região e prejudicou a empresa a quem foi concedido o aval.

Eu creio que estamos perante um daqueles casos em que se pode aplicar aquele princípio de que “foram buscar o pior chinelo para bater o pé”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Esta matéria, eu acho que também deve ser enquadrada por mais dois factos que ainda não foram descritos: o investimento desta empresa Angrasol faz-se depois

de uma visita promovida pelo Senhor Deputado Carlos Pereira, da Assembleia da República, também envolvido na Comissão de Inquérito da TAP, conforme nos foi dito pelo empresário que beneficiou do aval, que com ele insistiu para fazer este investimento na Região. É um facto que não deve ser escamoteado.

O outro facto que nos surpreende é a circunstância de um empresário que quer fazer um investimento, a banca do país não lhe concede crédito e o Governo Regional substitui. E acha que isso é normal.

O relatório que é enviado, nas palavras do Partido Socialista, continua a constatar factos para os quais o Partido Socialista não deu, nunca, explicações, nem o Partido Socialista nem as personalidades que foram ouvidas. Porque é que o despacho de concessão do aval nunca foi publicado no Jornal Oficial? Porque, Senhor Deputado Vasco Cordeiro?

Porque é que o senhor, enquanto Secretário de Economia, não promoveu sessões de informação aos empresários dos Açores, dando-lhes a conhecer a possibilidade de também eles, concorrendo ao SIDER, poderem beneficiar de um aval?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Porque é que nunca o fez?

Porque é que mais empresas não puderam concorrer? Porque é que não fez a divulgação?

Porque é que o aval foi decidido num Despacho Conjunto, quando devia ter sido uma Resolução do Conselho do Governo?

Ficamos sem resposta para estas perguntas. E não tendo resposta para estas perguntas, elas levantam suspeitas de incumprimento em tudo o que diz respeito à igualdade, à transparência e à equidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros

do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mais inscrições?

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Concordo com o Partido Socialista, quando diz que o Sr. Secretário de Economia violou a lei. Pronto, estou de acordo.

O senhor empresário Américo Gonçalves foi fortemente prejudicado nesse processo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Até parece que isso foi uma coisa boa!

O Orador: Pronto não concordo.

Foram eles que afirmaram.

Eu ouvindo o relato do Sr. Dr. Américo Gonçalves (já lhe ia chamar outro nome), realmente pareceu-me que aquilo era tudo assim uma coisa muito estranha e até recomendei que ele recorresse ao Ministério Público e se defendesse, porque ele diversas vezes disse que tinha sido amplamente prejudicado e até se não me falha a memória, tinha perdido 1 milhão ou 1 milhão e meio nesse processo todo.

Depois temos o caso dos avales ou das cartas de conforto – eu não sou bancário, não percebo nada disto, mas foi o que eu ouvi – de empresas que não receberem. E ao contrário que dizia aqui o Sr. Deputado Berto Messias, do PS, com quem acabei de concordar, eu não ouvi todos a dizer que aquilo tinha sido bom e que a carta de conforto tinha sido boa. Eu não ouvi e estava lá sentado.

(Aparte inaudível da Deputada Andreia Cardoso)

O Orador: Oh minha Senhora, eu estava lá sentado no dia em que o Sr.

António... da cooperativa de São Jorge – o Tony – o Sr. António Aguiar que com muito esforço pessoal (o homem tinha acabado de ser operado, eu até é que lhe fui buscar uma cadeira) que disse que não sabia, que não fazia ideia e até a audição foi muito curta.

A Senhora é que está muito distraída, não está nas coisas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Estive muito atenta!

O Orador: E com um grupo tão grande, não é?

Deviam lá estar sempre, porque eu sozinho estou presente em várias coisas e quando não estou, tenho o cuidado de visitar os vídeos e ler as coisinhas, sozinho.

Os senhores que são os *super-homens*, afinal são uns incompetentes que não fazem o vosso trabalho e dizem coisas, como disseram aqui, que não correspondem à verdade!

O senhor que lá foi, a quem eu puxei cadeira, porque o homem estava *à rasca* das costas, afinal não disse nada disso. E nós vimos para aqui dizer uma data de mentiras.

Agora que é verdade que o Sr. Secretário da Economia violou a lei... olhe as palavras são suas, ok boa, vamos a isso.

E depois...quer dizer, o que é que os empresários acabaram por dizer no meio disso tudo?

“Eh pá, nós se também tivéssemos sabido que era assim, que o Governo era fiança, também tínhamos ido”.

Eu acho que é ridículo e é um péssimo exemplo que nós damos à sociedade e à economia dos Açores, ao fazer uma coisa assim.

Fazer um apoio que podia ser benéfico para os empresários, e é sempre benéfico, e eles não sabem, eles não fazem a mínima ideia?!

Quer dizer, é ridículo alguém chegar lá e dizer: “Eh pá eu não fazia ideia de que tinha tido um aval. Eu tive... paguei ... aquilo, era reembolsável”. Mas afinal de

que é que nós estamos aqui a falar?!

Nós estamos a dizer que nos Açores isto é tudo feito assim, *a la gardere*, é tudo feito assim com o *sapatinho à medida*.

É isso que nós estamos dizendo!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Coisas do tipo “ah eu já não sei se era... se é... se continua a ser...”, nós também vamos ter que apurar, porque eu já estou como São Tomé, tenho que ver! Somos todos sérios até ao dia em que nós provamos que há uns que não são, pronto, é assim mesmo!

Finalmente, a conclusão a que acabei por chegar no meio disso tudo, é que houve uma vontade muito grande de ter um empreendimento, fizeram-se os contatos, facilitou-se a vida – “olhe tá aí um avalzinho e não sei quê” – quando a coisa começou a correr mal, disseram “Eh pá, não foi nada disso que nós dissemos, vocês tenham lá paciência!”.

Esta é a mais pura convicção com que eu fiquei, de que foram falar com alguém para fazer um investimento e depois puxaram-lhe o tapete. Porquê?! Não sei!

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Deve ser assim que vocês fazem!

Deputado José Pacheco (CH): *Vocês é uma casa de família!*

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu para início de intervenção, devo dizer que este relatório - e digo-lhe a si, Sr. Deputado Berto Messias - teve a diferença de ter sido aprovado por uma comissão plural e não por uma maioria absoluta em comissão, como foi o caso da Comissão de Inquérito ao Setor Público Empresarial que decorreu na última Legislatura. Este relatório teve essa grande diferença, é que não foi uma maioria absoluta que

aprovou as suas conclusões. É uma comissão plural, com vários partidos em que houve uma votação, vários partidos votaram e têm estas conclusões.

Por isso, não vale dizer que houve que é um relatório *sectário*. Depois, no que concerne ao inquérito à prestação de avales por parte do Governo Regional através da Ilhas de Valor, verificou-se que os processos foram efetivamente tudo menos transparentes; no que concerne, sobretudo, à questão da igualdade de oportunidades, foi por demais evidente a desigualdade de tratamento das entidades açorianas que se candidataram ao programa de apoio SIDER.

Houve a viabilização de um empréstimo de 5 milhões de euros a uma empresa – a Angrasol - por causa dum aval concedido pela Ilhas de Valor. Sem esse aval, diga-se, a Angrasol não teria conseguido aceder a este capital que seria necessário até aliás, para o investimento e da própria empresa que seria necessário, aliás, para o investimento da própria empresa que configurava a componente não reembolsável do SIDER. Ou seja, não fosse este aval, a Angrasol não teria feito qualquer investimento nos Açores. Foi um tratamento desigual e houve pelo menos 9 empresas – e isto foi apurado no inquérito da Comissão - que desistiram dos seus projetos por não conseguirem recursos financeiros junto da banca, mas que se tivessem tido a mesma concessão que foi dada à Angrasol, poderiam ter desenvolvido os seus projetos na Região, isto é factual.

Em abono da verdade a Angrasol, Sr. Deputado Berto Messias, não quis construir um hotel em Angra do Heroísmo. A Angrasol, através do Sr. Carlos Pereira, foi apresentada ao Governo Regional dos Açores para resolver o já referido buraco do Cantagalo. Isto foi o que aconteceu.

Foram-lhe prometidas facilidades nessas reuniões, foi dito pelo Sr. Américo Gonçalves, cujas declarações o Sr. Deputado Berto Messias convidou toda a gente a ouvir e ver, e eu também convidado, foi prometido ao Sr. Américo Gonçalves inúmeras facilidades que depois, obviamente, o próprio cobrou essas promessas. E como isso não era prática nos serviços que atribuíam os apoios, isto é, haver

este tipo de avales ou ser o Governo Regional a avançar com o montante da componente não reembolsável destes apoios, o Governo Regional socorreu-se então dum parecer que, alegadamente, dá respaldo para que através da Ilhas de Valor fosse concedido esse aval. Não houve, no entanto, nenhuma resolução em Conselho de Governo. Não houve divulgação em jornal oficial, nem tão pouco houve a inscrição na Conta da Região destas responsabilidades.

Realço, também, que apesar de alegadamente o parecer justificar as decisões tomadas, esse mesmo parecer na sua última página e na alínea d), diz assim: “no sentido de acautelar os interesses da empresa” – Ilhas de Valor – “ao critério excecional de ajuda, deve acrescer a disciplina constante no DLR nº. 23/87/A de 3 de dezembro”, que é exatamente o DLR que impede que o Governo Regional possa conceder aval a entidades ou empresas que não tenham sede na Região Autónoma dos Açores. É exatamente esse parecer que diz que para acautelar os interesses da empresa Ilhas de Valor, a esse critério excecional acresce também a disciplina constante no DLR nº. 87, ou seja, é revelador do incumprimento legal dos preceitos aplicáveis a esta situação.

Por fim, registo apenas a afirmação do Sr. Deputado Berto Messias: o Sr. Secretário da Economia, Vasco Cordeiro, *violou a lei* para alegadamente proteger a Região e, deliberadamente, prejudicar um empresário.

Julgo que isto é suficientemente revelador da ação dos intervenientes neste processo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Eu uso da palavra novamente, porque de facto, a habilidade dos meus pares, nesta matéria, não deixa de ser curiosa relativamente à afirmação que eu fiz, porque há pouco estávamos a beneficiar um empresário, mas afinal, agora já estamos é a prejudicar um empresário. E, portanto, dizer o seguinte: eu quando digo que houve uma violação da lei, é porque a primeira versão do SIDER tinha definido no seu normativo que qualquer empresário poderia, recorrendo ao apoio reembolsável, recorrer à Região para conseguir esse valor, ou seja, para conseguir os 5 milhões de euros. E, mesmo assim, o Sr. Secretário Regional da Economia, mesmo estando isso em letra de lei, exigiu que houvesse uma garantia ou que fosse garantida a hipoteca do investimento que estava em curso e que valia, aliás, 4 vezes mais do que o aval que era concedido.

Relativamente ao trabalho que foi desenvolvido na Comissão, eu devo dizer, Sras. e Srs. Deputados, que nós fizemos propostas a todos os quesitos, com base naquilo que aconteceu: propusemos 18 conclusões com base naquilo que aconteceu e, infelizmente, a maioria chumbou todas as nossas propostas, com exceção duma conclusão que (curiosamente?) era igual a uma conclusão já apresentada. Ou seja, os senhores não quiseram discutir, não quiseram conversar, não quiseram dialogar; quiseram apenas reafirmar a narrativa que criaram no início desta Comissão, ou seja, tentar desmerecer e denegrir a imagem do Dr. Vasco Cordeiro e do Dr. Sérgio Ávila, mas não conseguiram, como se pode ver pelos vídeos da Comissão e lendo o relatório, bem como pela nossa declaração de voto, verão que isso não corresponde à verdade!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós acabámos, há coisa de hora e meia, de reunir e eleger a mesa de mais uma comissão de inquérito neste Parlamento dos Açores.

A minha experiência parlamentar, que não é muita, apesar do Sr. Deputado Paulo Estêvão insistir nesta coisa de que ando cá há muitos anos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Desde 96!

O Orador: ...diz-me que as conclusões que são escritas nos relatórios das sucessivas comissões de inquérito, nunca são consensuais. Eu fiz parte duma comissão de inquérito na Legislatura de 1996/2000, aos acontecimentos da Ribeira Quente e confesso que ao ler o relatório, fiquei na dúvida se tinha participado daquela comissão de inquérito.

Sobre a Comissão de Inquérito das Agendas Mobilizadoras, a primeira desta Legislatura, idem aspas.

Sobre esta dos Avais, matéria que conhecia sobejamente bem, a Iniciativa Liberal nem indicou o meu nome para lá estar presente, porque desde o início desconfiei que seria este o resultado desta Comissão de Inquérito.

Um relatório com o qual ninguém concorda, a não ser a maioria que o aprova e que tem de facto matéria grave. Não deixa de ter matéria grave. Mas é importante nós deixarmos aqui claro ao povo dos Açores, também, uma questão: o grande pecado que tem o empreendimento conhecido por Cantagalo, nem vai da solução que foi encontrada posteriormente para resolver o problema do empresário Américo Gonçalves, que comprou o empreendimento abandonado pelo empresário Fernando Barata. O grande problema foi a ferida que o empreendimento do Cantagalo, por excesso de voluntarismo de se querer quartos

construídos na cidade de Angra do Heroísmo, deixou na Baía de Angra e que está lá para toda a gente ver, com a incapacidade que tem de se auto sustentar.

Tinha razão a banca que não dava o dinheiro!

Tinha razão a banca quando não dava também à tal cooperativa, cujo responsável, veio dizer que não sabia sequer que tinha recebido um aval!

Razão tinha a banca!

Então um empresário que nem sabe que tinha recebido um aval, merece o crédito da banca?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se tivesse ido à Comissão já sabia como foi. Está a dizer coisas que não sabe.

O Orador: Foi o que disse o Sr. Deputado José Pacheco que diz que esteve lá sempre!

Deputado José Pacheco (CH): Eu falei foi da cooperativa de laticínios.

O Orador: É disso que eu estou a falar, é da cooperativa dos laticínios!

Tem razão a banca, quando exige ao Governo Regional uma carta de conforto ou um aval dum empresário que nem sabia que a tinha recebido!

A banca tinha razão no caso do Cantagalo e tinha razão nos outros casos todos!

Mas, dizia eu, o grande pecado - e já nem vou falar da questão estética, porque essa é de cada um, há de haver quem goste e há de haver quem não goste, eu pessoalmente, não gosto - é que o atropelo urbanístico está lá, a ferida está lá criada e isto vai ficar para as gerações todas que vierem a seguir.

Quanto aos avales, devo dizer que não é uma prática que a Iniciativa Liberal ache da melhor gestão. Mas também devo dizer que passados estes 2 anos e meio sobre a nova Legislatura e o novo paradigma do Governo, me parece estranho - e o Governo ainda tem 10 minutos e o PSD 35 segundos para responder – ou melhor, me parece muito estranho que perante todos esses problemas, o Governo ainda não tenha ativado as garantias que o empresário deu sobre esta vale, porque isto, sim, é insistir num ato de má gestão que foi começado no passado.

Se perante este aval foi exigido ao empresário uma garantia, há que executá-la, há que ser consequente com ela e não passarmos aqui a vida a atirarmos pedras uns aos outros, porque isto não vai resolver os problemas do Governo dos Açores, nem vai resolver os problemas dos açorianos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Com a criação da Comissão de Inquérito à Concessão de Avals a Empresas Privadas, os partidos da Coligação tinham o objetivo de provar a existência de um favorecimento por parte do anterior governo à empresa Angrasol, no âmbito da atribuição de apoios ao abrigo do Programa SIDER.

Concluído o trabalho da Comissão, que incluiu a análise de documentos e a audição dos intervenientes no processo, não ficou provada a existência desse favorecimento.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Eu queria ver se fosse o contrário.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A senhora nem esteve lá!

A Oradora: A Angrasol beneficiou de condições únicas junto da Região no acesso a apoios do SIDER, porque identificou uma lacuna na legislação, que apesar de contrariar o seu espírito, estava legalmente suportada e permitiu o acesso a um aval pela empresa Ilhas de Valor.

Confrontado com esta situação, o Governo Regional procedeu a uma alteração legislativa para corrigir a lacuna detetada, passando a determinar a obrigatoriedade da apresentação de uma garantia bancária pelo promotor em caso de pagamento, diretamente pelo Governo Regional, do subsídio reembolsável.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah e foi transparente não foi?!

A Oradora: O Bloco de Esquerda reconhece que pode ter havido uma

desigualdade de oportunidade no acesso aos apoios, mas isso não parece ter resultado de uma intenção do Governo, mas a partir da correção da lacuna legislativa identificada.

Em suma, o Bloco não votou favoravelmente a proposta de Relatório Final da Comissão de Inquérito, por considerar que as conclusões pecam por falta de objetividade e, acima de tudo, isenção na análise dos fatos.

Aliás, Sr. Deputado Joaquim Machado, permita-me que lhe diga, não é necessário estar nas comissões para acompanhar os trabalhos parlamentares...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ora bem!

A Oradora: ... ou seja aqui, ou seja nas reuniões de comissão.

Eu não preciso de estar na reunião para acompanhar os trabalhos. Além disso, deixo aqui bem claro que o Bloco de Esquerda esteve nessa Comissão. E não é necessário eu estar lá como deputada, para deixar de assistir aos trabalhos. O que eu assisti desde o princípio, aliás, o que nós assistimos desde o princípio até agora, foi que havia uma única intenção: era criar um caso e mais um casinho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto não é um casinho. É um *casino!*

Deputado Carlos Freitas (PSD): A irrelevância que se dá a 5 milhões!

A Oradora: No entanto, Sras. e Srs. Deputados, o que ficou provado aqui foi a falta de isenção e foi a vossa grande *alma* de querer a todo o custo culpar tudo o que vem do passado para não fazer no presente.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito breve, mesmo só para perguntar à Sra. Deputada Alexandra Manes se para o Bloco de Esquerda a não publicitação em Jornal Oficial, a não decisão em Conselho de Governo, o não apresentar as responsabilidades na Conta

da Região, haver nove empresários que viram os seus projetos negados, porque não conseguiram a componente não reembolsável no apoio do SIDER, se isto para o Bloco de Esquerda é transparência e igualdade de oportunidades?

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Bloco de Esquerda não defende a igualdade de oportunidades?

Deputado António Lima (BE): Ninguém disse isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos encerrar... Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor. Alerto-o de que tem muito pouco tempo.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu devo considerar-me chocado com aquilo que ouvi aqui, porque os senhores aprovaram um relatório em que claramente me atribuem um conjunto de comportamentos. E não vos deu um rebate de consciência, no sentido de dizer: “Vamos ouvir este homem. Vamos ouvir o que é que ele tem a dizer em sua defesa”.

Isso não ocorreu a ninguém?!

Deputado José Ávila (PS): Não dava jeito.

O Orador: Fazer este tipo de conclusões no relatório e não dizer a quem é acusado, seja ou não seja deputado desta Casa: “o senhor explique-se aqui na Comissão de Inquérito”.

Isso não vos ocorreu?!

Acham que é assim que se fazem as coisas?!!

Ficam sabendo que se na Comissão de Inquérito da SATA for para repetir esta brincadeira, fica já aqui dito que quem quer ser ouvido na Comissão de Inquérito da SATA sou eu!

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A última questão...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

A mim o que me parece é que quem está a beneficiar uma empresa, é claramente quem pode acionar uma garantia que tem sobre essa empresa e não o faz. Prefere que sejam os açorianos a pagar aquilo que é a falta dessa empresa, do que acionar a garantia que tem.

É por aí que querem ir?!

Os senhores acham que isso é maneira de tratar questões como a honorabilidade e a seriedade das pessoas?! Acham que é assim?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor pergunte ao Partido Socialista!

O Orador: Se os senhores acham que é assim, está tudo dito. Mas há uma coisa que eu vos garanto: eu posso amanhã deixar de existir, mas enquanto estiver aqui, com esta responsabilidade e à frente do Partido Socialista dos Açores, nós não seguimos esse caminho!

Seja com o Sr. Presidente do Governo, seja com qualquer outro Membro do Governo!

Por aí nós não vamos, porque nós fazemos diferente daquilo que os senhores estão a fazer!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Alerto-o de que tem muito pouco também.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Uma nota prévia.

Em sede de Comissão, o Sr. Secretário Regional das Finanças explicou porque é que não pode ainda ser acionada a garantia.

Deputado Carlos Silva (PS): Não explicou, não!

O Orador: Feita esta explicação, gostaria de dizer duas coisas ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

O senhor não foi ouvido na Comissão, porque ninguém propôs. E eu acho que o Partido Socialista não propôs a sua audição, porque ou o senhor não precisava de ser defendido naquela Comissão...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nós não tínhamos dúvidas!

O Orador: ... ou então porque não merecia ser defendido na Comissão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E superar uma decisão errada, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, acontece em política.

Esquecer factos de duvidosa legalidade, isso é que não!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor dizia que era tudo legal, agora já diz que é ilegal?!

O Orador: Não conte connosco para isso!

O relatório é objetivo, factual, rigoroso.

É que, além de tudo o que nós tínhamos apurado, hoje, ficou também apurado que o Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, violou a lei!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Confissão!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que disparate é esse?!!!

O senhor não tem consciência do que é que está a dizer!!

Isso é uma irresponsabilidade tremenda, seja ela política ou jurídica, esse disparate que o senhor acabou de dizer!!!

Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus, vá brincar com coisas sérias consigo ou com outros que lhe convenham!! Comigo não!!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão faça a sua intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem V. Exa., como qualquer um de nós, todo o direito de defender a sua honorabilidade, a sua honra e o seu passado, enquanto político e as decisões que tomou. Isso é algo que temos que conceder a qualquer deputado, a qualquer um de nós, independentemente do cargo que exerce. Mas, neste caso, não tem V. Exa. razão na vitimização que aqui realizou.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem toda a razão!

O Orador: Vou-lhe explicar porquê, Sr. Deputado.

Porque o Partido Socialista do qual V. Exa. é o líder da bancada tinha oportunidade de o chamar à Comissão para que V. Exa. tivesse oportunidade de se pronunciar sobre esta matéria. O Partido Socialista tinha esta oportunidade. Não pode V. Exa. dizer que os diversos partidos que constituíam esta Comissão não o quiseram. O Partido Socialista tinha essa possibilidade. Aliás, V. Exa. é líder regional do Partido Socialista.

Isto é uma evidência.

Não pode V. Exa. utilizar como processo de vitimização, o facto de não ter sido ouvido, quando o seu próprio partido tinha essa prerrogativa e não utilizou, Sr. Deputado!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Os senhores é que propuseram a Comissão!

Deputado Berto Messias (PS): Nós estávamos esclarecidos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, eu estou muito à vontade nesta matéria. Na política não persigo ninguém, não faço processos de intenção, já o demonstrei várias vezes nesta Casa, nomeadamente quando algumas inspeções regionais quiseram ouvir V. Exa. e o PPM opôs-se, porque nós queremos que este tipo de assuntos seja tratado nas comissões respetivas deste Parlamento ou por entidades como o Ministério Público, se assim o entender. Mas não entramos em processos de intenções e não perseguimos politicamente ninguém. Agora, o argumento que V. Exa. utilizou não colhe, na minha perspetiva, não me leve a mal, Sr. Deputado...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não levo a mal.

O Orador: ... mas há aqui um processo de vitimização nesta matéria. Mais: é um processo de vitimização que tenta condicionar já os trabalhos da Comissão de Inquérito em relação à SATA, que V. Exa. fez referência no discurso que aqui pronunciou.

Portanto, eu considero que é importante que os açorianos que nos estão a ouvir percebam que foi o Sr. Deputado que não quis ser ouvido, porque se quisesse ser ouvido, tinha manifestado essa vontade ao Partido Socialista que tinha essa capacidade de propositura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Desculpe, os senhores é que propõem a Comissão e eu é que ia dizer que queria ser ouvido?!!

O Orador: É evidente.

Quem propõe as comissões... não é o único que propõe audições. Em todas as comissões parlamentares...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Desculpe?!!!!!

Vocês é que propõem a Comissão e eu é que não quis?!!!

Pelo amor de Deus, há limites para tudo!!!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu gostava... Sr. Presidente se pudesse também parar o relógio, porque o Sr. Deputado não me deixa falar...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Peço desculpa!

O Orador: Não faz mal, acontece a todos.

Sr. Presidente, o que eu estava a dizer é que o processo de vitimização não colhe. Não colhe, porque o Partido Socialista tinha esta prerrogativa. Mas também para esclarecer as pessoas que nos estão a ouvir que não são apenas os partidos que propõem a comissão de inquérito que identificam as pessoas que querem ouvir em comissão e solicitam as audições.

Não é assim, há sempre os diversos partidos que fazem propostas de audição e, mais, têm essa faculdade de o propor, mesmo que não exista uma maioria e o Partido Socialista tinha essa capacidade, ou seja, se quisesse ouvir tinha ouvido. E, portanto, não colhe o argumento apresentado por parte do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. E eu achei importante que embora todos os Srs. Deputados saibam disto, a opinião pública também tivesse consciência que da nossa parte... até a questão seria a seguinte: o que é que teria acontecido se tem sido os partidos da oposição a chamarem V. Exa.?

Seria ao contrário, seria V. Exa. quem iria dizer “ah estou a ser perseguido, porque estes partidos querem ouvir-me a mim e querem acusar-me a mim”. Seria exatamente esse o argumento que seria utilizado, se os partidos tivessem chamado por isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, se é essa a perspetiva e se V. Exa. considera que deve ser ouvido na Comissão de Inquérito em relação à SATA, essa questão terá que ser discutida no âmbito da Comissão e há vários partidos que o podem fazer. Mas, repito, e termino, Sr. Presidente, este processo de vitimização não tem - peço desculpa pela expressão - *ponta por onde se lhe pegue*.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro... fugiu? Ah está ali.

Deputada Alexandra Manes (BE): É, ele fugiu com medo de si!

O Orador: Eu tenho um princípio na vida e quem me conhece sabe que sou assim, tenho o hábito de agradecer, independentemente de concordar ou não com as pessoas, o serviço que prestam e eu agradeço sempre ao Dr. Vasco Cordeiro, enquanto cidadão José Eduardo da Cunha Pacheco, agradeço sempre o serviço prestado e já o fiz a várias pessoas, independentemente do partido ou de estar ou não de acordo. Obviamente, isto não traz uma categoria especial. Nós aqui somos todos (supostamente) iguais.

Isto para dizer o quê?

Que se o Sr. Deputado Vasco Cordeiro sentiu-se atingido na sua honra, até lhe agradecia que me tivesse pedido a mim para o chamar. Agora, se ele não se conseguir entender que o seu próprio partido, imagine-se com os restantes, mas isso... pronto, sou eu a dizer.

Quanto ao restante da Comissão da SATA que não era para aqui chamada, fique descansado que vai ser chamado as vezes que tiver que ser chamado, porque é assim que deve ser, aliás esse é um princípio que eu também tenho e já o senti na pele, que é ser acusado e não se poder defender até, inclusive, já o senti nesta Assembleia.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já Sr. Presidente.

Até nesta Assembleia já houve uma série de disparates que me aconteceram e, simplesmente eu não consegui me defender. Mas é assim que deve ser.

No futuro, sempre que alguém se achar lesado, faça o favor de me dirigir a palavra. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Devo referir a V. Exa. três aspetos:

Primeiro - o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a exata legitimidade que qualquer outro partido presente na CPI para propor diligências, nunca propôs.

Segundo aspeto - não houve uma única diligência que tivesse sido chumbada por nenhum partido, fosse o Partido Socialista, o PSD, o PPM ou o CHEGA, ninguém chumbou nenhuma diligência proposta por quem quer que fosse.

Terceiro (para mim o aspeto mais relevante) - não há nada que o senhor pudesse dizer em Comissão em voz própria que o ilibasse de uma decisão que não foi alvo de resolução do Conselho de Governo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah a boca fugiu-lhe para a verdade!

Não valia a pena eu ir à Comissão, porque já estava condenado!

O Orador: Sr. Deputado, se eu achasse que havia dúvidas nestes aspetos, tê-lo-ia chamado, teria sido o CDS a chamá-lo.

A partir do momento em que há uma decisão que não passa em resolução do Conselho de Governo, não é publicitada em Jornal Oficial, provoca desigualdade entre os empresários no acesso a apoios no âmbito do SIDER e também há uma omissão das responsabilidades em que a Região incorreu nos anexos da Conta da Região, por isso se aferiu nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é que o responsável da tutela incorreu nestas falhas.

Infelizmente, para V. Exa., o senhor era o responsável pela tutela e, por isso, não havia nada que o pudesse ilibar destes factos. Isso é factual, tenho pena.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estava para falar, porque queria deixar os 5 minutos que tenho *limpinhos*, uma vez que não fiz parte da Comissão de Inquérito - fiz questão de não fazer parte desta Comissão – porque ou houve uma coincidência, ou então não gostei do timing que foi usado para essa Comissão de Inquérito.

Tenho a minha gestão do tempo, isto é, a gestão do tempo do Deputado do PAN sou eu que a faço e não gosto, nem admito, seja qual for o partido, que façam a gestão do tempo por mim.

Por isso é que eu fiz a recusa, até bati o pé ao Sr. Presidente da Assembleia, para que a minha fotografia saísse do site, porque eu não queria mesmo fazer parte dessa Comissão.

Obviamente, é válido que nós todos temos esse direito. Mas há uma coisa que eu tenho que dizer, porque me está aqui a moer e aquilo que é justo tem que ser dito e eu sentir-me-ia menos homem se não o fizesse, um aspeto que tem a ver com a justiça da coisa: quando se cria uma comissão de inquérito que tem como objetivo acusar alguém, nomeadamente o Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, que não é indissociável do ex-Presidente do Governo Vasco Cordeiro que, por sua vez, não se pode separar do Deputado e líder da bancada do PS, quando à partida queremos acusar, de forma válida ou não, e não se quer ouvir essa pessoa, não se está a dar sequer o direito da defesa a essa pessoa. Ou seja, se fizermos uma acusação, temos que chamar obrigatoriamente a pessoa acusada, a não ser que já esteja mais do que acusada, culpada e a acusação já esteja toda feita. Foi aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Rui Martins, isto é, que não valia a pena nem precisava sequer ouvir, pois a *cruz já estava marcada, os presos já estavam marcados*.

Para mim, não cola esse argumento. Mas também se eu fizesse parte do Grupo Parlamentar do PS, chegava ali, e fazia a diligência para que na audiência estivesse presente o Sr. Deputado Vaz Cordeiro. Mas isso não invalida nem anula a responsabilidade de quem quer criar uma comissão de inquérito, exatamente como a da SATA e não chame a administradora da SATA. Isso seria bastante complicado termos uma comissão de inquérito e não chamar o ex-administrador da SATA que agora é administrador da TAP ou a nova administradora da SATA. Isso para mim não teria qualquer lógica, por isso não cola esse argumento. Ficaria muito bem se a Comissão de Inquérito quer acusar alguém - é válido querer fazê-lo - tinha que chamar a pessoa, mas não concordo, sou convicto, com aquilo que estão a dizer de que não se chama a pessoa que nós acusamos.

Isso é completamente errado. E eu não posso falar tecnicamente nem jurista nem como advogado, mas obviamente nós temos dois dedos de testa para falar.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Neves:

Devo-lhe dizer uma coisa, aliás várias coisas.

Em primeiro lugar, quando o senhor começa a dizer “quando se pretende acusar alguém”, eu não fui para a Comissão de Inquérito para acusar ninguém – ponto um.

Deputadas Ana Luis e Andreia Cardoso (PS): Já tinham acusado antes!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Não fizeram outra coisa!

O senhor e o Sr. Deputado Joaquim Machado não fizeram outra coisa!

O Orador: O senhor é livre ter as suas convicções, agora não é livre é de pôr em causa aquilo que eu lhe estou a dizer.

Isso é que é diferente, estar a pôr em causa a minha honorabilidade, quando eu lhe estou a dizer que fui para a Comissão de Inquérito...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ahhh agora a honorabilidade já vale!!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Mas eu pus em causa a sua durabilidade?! Com um qualquer pressuposto está errado.

Dizer “quando à partida se ia acusar”, está errado.

O senhor está errado e não lhe admito que diga “como disse o Sr. Deputado Rui Martins que não valia a pena...”. Não é que não valia a pena. A Comissão de Inquérito apurou que não houve resolução no Conselho de Governo, que não houve publicitação em Jornal Oficial, que não houve publicitação das responsabilidades da Região na Conta da Região. E isso são os factos que eu mencionei em toda a minha intervenção e que obviamente, culpabilizam o responsável pela tutela.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não há nada que pudesse ser dito em contrário, porque são factos.

Não houve publicitação, não foi resolvido no Conselho de Governo e não apareceu na Conta da Região!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhor não tinha que estar na Conta!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há margem inscrições?

Vamos considerar apreciado o relatório desta Comissão de Inquérito.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

É para dar conta de que a Comissão de Inquérito reuniu 11 vezes e ouviu 22 personalidades.

O Partido Socialista não fez nenhuma proposta, nem das que podia fazer livremente nem das 5 protestativas a que tinha direito.

(Apartes impercetíveis trocados entre os Deputados Berto Messias e João Bruto da Costa)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

(Neste momento o Deputado Marco Costa foi substituído pelo Deputado Paulo Silveira no lugar de Secretário da Mesa)

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 13 relativo ao relativo ao **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Pedro Neves possa prestar depoimento na qualidade de testemunha.**

Essa diligência foi tratada pela Comissão habitual, o relatório foi distribuído por todos, vai no sentido de recusar a autorização do Sr. Deputado para prestar depoimento na qualidade de testemunha.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos pôr à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 14 é também relativo ao **Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado José Ávila possa prestar depoimento na qualidade de testemunha.**

Também foi distribuído por todos os Srs. Deputados. Vai no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar depoimento por escrito, Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos pôr à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto 15 da nossa agenda – **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 166/XII – “Extensão aos Açores e à Madeira de medida excecional de apoio ao setor**

agropecuário”.

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) Deputado Marco Costa (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PSD, o CDS e o PPM entendem que é urgente a fazer a recomendação à República para corrigir esta discriminação dos agricultores dos Açores perante a possibilidade de obterem ajudas de Estado, nesta situação, no momento atual de crise, de aumento dos custos de produção, nomeadamente os combustíveis e a energia.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo, vamos votar este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o Pedido de Urgência, dou a palavra ao Sr. Deputado Marco Costa para a apresentação da iniciativa.

Deputado Marco Costa (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura e a pecuária constituem motores fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico dos Açores.

Estas atividades, de forte expressão em termos económicos, são sustento direto de milhares de famílias, assim como têm um importante papel para a criação de emprego e fixação de pessoas na região, especialmente jovens nas zonas rurais.

A agricultura representa cerca de 6.8% da Região, sendo certo que tem efeitos multiplicadores na economia regional.

De destacar a importância do setor agrícola, particularmente na produção leiteira

nos Açores, onde, com apenas 2% do território nacional, tem uma produção de leite correspondente a 37% da produção nacional.

São vários os desafios com que estes setores de atividade primária se deparam no país, em geral, e nos Açores em particular.

Desde logo, a conjuntura Internacional desfavorável, resultante da subida acentuada dos preços dos fatores de produção, dos combustíveis e da energia, que colocam constrangimentos significativos ao rendimento dos produtores.

Na Região, as circunstâncias da ultraperiferia e da insularidade, a falta de mão de obra pessoal afeto à agricultura e pecuária, representam constrangimentos acrescidos a quem vive destas atividades económicas.

Face a estes desafios, o Governo da República previu, através do Decreto-Lei nº28, de 3 de maio, um regime geral de atribuição dos apoios financeiros ao setor da agricultura e pecuária e ao setor das pescas e prorroga a vigência do mecanismo do gasóleo profissional extraordinário.

Este diploma pretende implementar um regime de atribuição dos apoios financeiros de âmbito nacional, assim como prorrogar a vigência do mecanismo do gasóleo profissional extraordinário até 30 de junho de 2023.

Para tal, prevê regulamentar os supracitados apoios através de portaria dos membros do Governo da República, responsável pelas áreas das finanças e áreas setoriais, ouvidos os órgãos próprios dos governos das Regiões Autónomas quando aplicáveis.

Ora, apesar do Decreto-Lei nº28, de 3 de maio ser claro quanto ao seu âmbito, à luz do que está plasmado no Artigo 2º em que refere: “É aprovado o regime geral que rege a atribuição dos apoios financeiros de âmbito nacional, a setor agrícola e pecuário e ao setor das pescas”, a respetiva regulamentação do mesmo circunscreve a sua aplicação ao território continental, através das Portarias 120-A e 120-B, de 11 de maio.

Com efeito, a Portaria 120-A, de 11 de maio, com vista a criar e estabelecer as

regras gerais de uma medida excecional e temporária de compensação pelo acréscimo dos custos de produção da atividade agrícola e pecuária, refere claramente no n.º 2 do seu Artigo 2º que “o apoio financeiro estabelecido no âmbito da presente portaria, aplica-se a território continental”.

Por sua vez, a Portaria 120-B, de 11 de maio que visa regulamentar as medidas extraordinárias de apoio aos agricultores do continente, destinadas a mitigar o efeito da subida dos preços dos custos de produção para o ano de 2023, estipula “regulamentar as medidas extraordinárias de apoio aos agricultores do continente”.

As referidas portarias constituem um ato discriminatório – repito – **discriminatório** das Regiões Autónomas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Atentatório da igualdade e do respeito entre os agricultores do continente e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, atentatório da igualdade e do respeito entre os agricultores do continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, na medida em que excluem, repito, excluem os agricultores insulares do acesso a estes apoios financeiros. E vejamos alguns casos em concreto:

No caso dos bovinos de leite, o Governo da República nega um apoio de 185€ por animal. No caso dos bovinos de carne, o Governo da República nega um apoio de 56€ por animal.

No caso das pastagens permanentes, o Governo da República nega um apoio de 23€ e, no caso das culturas arvenses, negam um apoio de 25€ por hectare.

É por esta atitude de discriminação do Governo da República para com os agricultores dos Açores que ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que se pronuncie, por sua iniciativa, nos seguintes termos:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exige ao Governo da República que estenda às Regiões Autónomas o regime geral de atribuição dos apoios financeiros ao setor agrícola e pecuário e a prorrogação da vigência do mecanismo do gasóleo profissional extraordinário, procedendo a uma alteração das Portarias nos. 120-A e 120-B, de 11 de maio.

Propomos, ainda, que da presente resolução, se aprovada, deva ser dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos e Representações Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, à Ministra da Agricultura e Alimentação e ao Secretário de Estado da Agricultura.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Alberto Ponte tem a palavra.

Deputado Alberto Ponte (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por fazer uma pergunta aos Deputados do PS, visto que concordam e apoiam as medidas tomadas pelo Governo da República que excluem os Açores dos apoios aos agricultores.

Deputado Carlos Silva (PS): A gente ainda nem falou nem votou, mas os senhores já decidiram. Está certo!

O Orador: Qual é a diferença entre um agricultor português dos Açores com exploração nos Açores, da de um agricultor português do Ribatejo, Trás-os-

Montes, Lisboa ou Braga com explorações nestes territórios?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Agora vamos a números que, aliás, são públicos e são bem demonstrativos. Um horticultor português dos Açores, com uma exploração no arquipélago, com uma área de 10 hectares, não vai receber 1690€.

Um agricultor português dos Açores, com uma exploração de 100 bovinos de carne nos Açores, não vai receber 5600€. Mas tem mais. Mais números: um agricultor português dos Açores, uma exploração de 100 bovinos de leite nos Açores bovinos, não vai receber 18.500€.

Um agricultor português dos Açores, com exploração de caprinos ou ovinos nos Açores, e com 100 animais, não vai receber 700€.

Deputado Carlos Freitas (PSD): As contas são simples!

O Orador: Um agricultor português com uma exploração de suínos nos Açores, e com 100 porcas de reprodução ou porcos de engorda, não vai receber 2200€.

Mas houve quem tentou corrigir tão grave erro. Sabem quem?

Os Deputados do PSD na Assembleia da República.

Na reunião plenária nº. 136, de 02/06/2023, em que só houve um grupo parlamentar que votou contra os agricultores açorianos. Adivinhem qual...?

Pois, o Grupo Parlamentar do PS.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Incluindo os Deputados eleitos pelo PS nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu vou repetir, sem ser repetitivo: incluindo os Deputados eleitos pelo PS nos Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Como é que é possível?!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados do PS:

Não vos ficava nada mal neste Projeto de Resolução, despirem o casaco de socialistas e vestirem a pele de açorianos filhos de Portugal.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E quanto a este Governo Regional, está e vai continuar a apoiar o setor agrícola regional, sempre em consonância com os agricultores, associações e Federação Agrícola, a qual, aliás, e nas palavras do seu Presidente, Jorge Rita...

Deputado Carlos Silva (PS): Quem...? O *Secretário Regional*?

O Orador: ... que afirmou:

“Com as novas medidas anunciadas por este Governo Regional, está a ir mais além nos apoios, quer da República quer dos Estados-membros da União Europeia”.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais as inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda esta manhã falávamos nisto da *vingançazinha* que a República vai fazendo.

Desta vez, é sobre os nossos lavradores. E eles sabem o quanto isso custa.

Em jeito de aparte, dizia-me aqui o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal – para que fique registado – que já outro dia houve um outro *esquecimento* e já tinha havido um outro há um mês ou dois ou três.

Ou este Governo da República anda a comer muito queijo...

Deputada Patrícia Miranda (PS): É de S. Jorge!

O Orador: Que seja de S. Jorge.

Ou é isso ou realmente há aqui uma maldade.

Realmente o Sr. Deputado Alberto Ponte acabou de nos enumerar uma série de verbas que os agricultores/lavradores vão perder com essa maldade do Governo da República. E penso que mais ilustrativo de que isto não há e fica tudo dito:

Governo da República não gosta dos Açores!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura regional representa 6,7% do PIB regional, gera produtos de valor acrescentado. É responsável por cerca de 9% dos postos de trabalho em toda a Região. É um setor que vale a pena apostar. É um setor que vale a pena defender. São muitos postos de trabalho e o sustento de muitas famílias que tem que ser salvaguardado.

Defender a agricultura e tudo o que ela representa, é defender a nossa cultura, o nosso património, a nossa economia.

Quem defende a agricultura, tem de compreender o peso da sua responsabilidade e todos os efeitos que advêm e advirão da sua postura e das suas políticas, não só

no imediato, mas também no futuro.

Nos últimos tempos, o Governo Regional e os partidos que o suportam têm vindo a tentar esconder as suas falhas, procurando desesperadamente alguém a quem possam atirar as culpas dos seus feitos.

Nuns dias apelam à solidariedade nacional; noutros dias atiram pedras ao Governo da República e fazem dele o culpado de todos os males; noutros dias apelam à intervenção do Presidente da República e, por vezes, dão-se aos desvarios de tratar todos estes assuntos com comparações sobre quem é mais açoriano de que quem, ou quem é que tem mais experiência na agricultura.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Como é que é possível!

A Oradora: Se não fosse sério, até dava uma boa piada. O problema é que o assunto é sério e tem que ser olhado doutro prisma.

Onde fica, então, a autonomia desta Região Autónoma dos Açores?

É claro que temos direito à solidariedade nacional.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Estamos a falar de igualdade!

A Oradora: Isso foram vocês que disseram naquela tribuna, Sr. Deputado. E eu volto a repetir:

Então onde é que fica a autonomia desta Região Autónoma dos Açores?

É claro que temos direito à solidariedade nacional, disso ninguém discorda, incluindo o Partido Socialista. Mas e a solidariedade regional, a proatividade regional e a capacidade de implementação de medidas e apoios?

O problema é que à solidariedade regional por parte deste Governo Regional, sobrepõe-se algo muito maior, questões incómodas às quais o Governo se recusa a responder.

Por exemplo, em vez de culpar os outros, em vez de arranjar um inimigo externo, porque é que já não pagou este Governo Regional os 13 milhões de euros prometidos à agricultura desde 2021?

Em vez de culpar os outros, em vez de arranjar um bode expiatório, porque não faz este Governo mesmo que o Governo da República?

Porque não apoia este Governo a sua agricultura efetivamente? Quando os agricultores mais precisam de apoio, ao invés de culpar os outros, ao invés de arranjar desculpas na tentativa de desviar as atenções da sua inércia e da sua falta de solidariedade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto não é solidariedade.

Deputado José Ávila (PS): Há bocadinho não havia solidariedade, agora já há?

A Oradora: ... o que este Governo tem o dever e obrigação de fazer, é dar um passo em frente e apoiar os seus agricultores efetivamente.

Deputado Alberto Ponte (PSD): Ainda mais?!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mas centrando o debate na proposta que a Coligação nos apresenta, querem, então, os Srs. Deputados da Coligação aquilo que já têm reclamado desde há alguns dias: que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exija ao Governo da República que estenda às regiões autónomas o regime geral de atribuição dos apoios destinados aos agricultores do continente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Somos todos portugueses!

A Oradora: Argumentam dizendo que se trata de um ato discriminatório. Gritam a todos os ventos que é por justiça que este apoio deveria incluir as regiões autónomas. Fazem deste assunto um *engodo* para desviar as atenções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu já vou-lhe mostrar o *engodo* daqui a bocado!

A Oradora: Usam os agricultores açorianos e a situação frágil em que o setor se encontra para fazerem ruído e instalarem a discórdia.

Este Governo está descontrolado. A Secretaria da Agricultura está descontrolada. Eu diria mesmo que está desorientada e o setor começa a sentir essa instabilidade. Em defesa da desgovernança deste Governo está a Coligação que faz apelos ao

Presidente da República. O PSD faz projetos de resolução até na Assembleia da República. E, como não resultaram, os senhores, então, lembram-se da causa da autonomia do Parlamento dos Açores.

É essa a centralidade deste Parlamento tão proclamada e tão defendida?

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

A Oradora: O que não deixa de ser engraçado, porque *mudam-se os tempos e mudam-se as vontades*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Seja séria e veja as datas de entrada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é muito sério!

A Oradora: Recordemos, então, as palavras do Deputado Regional na altura do PSD/Açores, António Ventura, aqui na Casa-Mãe da autonomia.

Dizia assim:

“A livre administração dos Açores pelos açorianos não pode ser apenas uma retórica, tem de ser a nossa ação do dia-a-dia. Os açorianos esperam que o seu Governo se antecipe à crise, que não se limite a caminhar atrás da crise, que seja mais ativo do que reativo e que encontre soluções para os problemas, em vez de desculpas para os seus fracassos”.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Lembro-me perfeitamente disso!

A Oradora: O Sr. Deputado João Bruto da Costa batia palmas e dizia “muito bem!”.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Exatamente!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os mesmos protagonistas que hoje apelam à República, são os mesmos protagonistas que, em tempos, gritavam pela autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Respondendo, agora, à questão do Sr. Deputado Alberto Ponte, eu gostava de lhe colocar de volta uma questão, ou seja, os 185€ de que fala para os produtores de leite, são exatamente os mesmos 185€ que perderam à conta da redução voluntária da produção de leite em 2022.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

E agora faço-lhe a seguinte questão:

Essa atitude perante o Governo Regional é peso na consciência, ou será incapacidade de agir?!

Estão esquecidos, mas eu volto a repetir o excerto que acabei de citar:

“... que não se limite a caminhar atrás da crise, que seja mais ativo do que reativo e que encontre soluções para os problemas, em vez de desculpas para os fracassos”.

Sr. Secretário, estamos de acordo consigo.

Conte com o PS/Açores para o ajudar, assim que se decidir levantar dessa cadeira e agir pelos Açores, pelos açorianos, pela agricultura regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária *na sombra*, como diz aqui o meu companheiro Sr. Deputado José Pacheco, a Deputada Patrícia Miranda, para além do relambório que leu

ontem e voltou a ler hoje, pronto, é o costume também já estou habituado. Mas, depois, diz Sra. Deputada: “por um lado, solicitam a solidariedade nacional, por outro lado, só atiram pedras ao Governo da República”.

Isto é a sua lógica, ou seja, nós não podemos exigir aquilo que é de direito que é a solidariedade nacional, porque se estamos *a atirar pedras* ao Governo da República, não podemos ter solidariedade, quer dizer, temos que ser punidos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Devo dizer-lhe, Sra. Deputada, que uma coisa é a solidariedade e outra coisa é a autonomia, ou seja, não há aqui nenhuma mistura. E a questão da solidariedade regional, tem a ver com o esforço que se tem de fazer, dada também a natureza deste tipo de apoios, porque quando um agricultor se candidatou ao prémio da vaca leiteira, no passado, as receitas eram só de 50% daquilo que estava previsto, por causa dos rateios. E o facto deste Governo – eu sei que lhe custa um bocado ouvir, é como a tarifa Açores, mas temos que dizer isto todos os dias, porque parece Partido Socialista se esquece que ainda não havia esta crise que entretanto se intensificou, e este Governo acabou com os rateios e deu previsibilidade aos agricultores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E vou lhe dizer outra coisa, Sra. Deputada: sabe em que é que esta medida deste Governo se traduziu?

Esta medida traduziu se em não aparecerem notícias como esta que apareceu a

23/02/2018 que dizia assim:

“Mais de 60% dos produtores sem lucros em 2017

A Federação Agrícola dos Açores anuncia que mais de 60% dos produtores de leite nos Açores terminaram o ano de 2017 com receitas inferiores às despesas”.

Isto era o que acontecia no passado, sabe porquê? Por causa dos rateios. Deixou de acontecer com este Governo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E devo dizer-lhe, Sra. Deputada (já o tinha dito ontem), este Governo paga mais e mais cedo!

Os seus governos pagavam menos e mais tarde!

Peço-lhe que se tiver cuidado - já que é tão cuidadosa a elaborar os relatórios e do Partido Socialista - vá ver quantos atrasos é que houve em pagamentos calendarizados nos tempos do Partido Socialista!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É a única coisa que lhe peço!

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Patrícia Miranda pede a palavra para?

Deputada Patrícia Miranda (PS): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Faça o favor de justificar, porque eu não percebi em que é que a sua

honra foi ofendida.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Ah foi!

Já por várias vezes o Sr. Deputado Rui Martins se dirige diretamente à minha pessoa com ataques pessoais, em que me chamou *inapta, secretária-sombra...*

(Protestos impercetíveis da bancada do CDS-PP e de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada, eu não vejo essa necessidade de defesa da honra, porque não ouvi nas palavras do Sr. Deputado Rui Martins qualquer ataque pessoal a V. Exa.

Portanto, não lhe posso dar a palavra para a defesa da honra.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra prévia para lamentar que o PS continue um partido autista e afastado da realidade, não vive no arquipélago, vive em qualquer região, menos Açores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Lá está! Até uma doença serve!

O *autista* também é normal, Sr. Presidente?!

O Orador: Mas vamos aos factos.

Exclusão dos agricultores dos apoios nacionais é mais do que uma simples exclusão. É, sim, um incumprimento com o todos os portugueses, porque todos os portugueses são consumidores.

É o Governo da República em incumprir com os agricultores dos Açores e a incumprir com todos os portugueses. E já passo a explicar.

Ora, tal como já foi dito, foi publicado de facto, o Decreto-Lei nº.28/2023, de 3

de maio que deu origem às Portarias 120-A e 120-B, as duas no valor de 169,2 milhões de euros.

A Comissão Europeia aprovou um regime português, como está no seu comunicado, de cerca de 137 milhões de euros para apoiar os produtores agrícolas primários, no contexto da guerra da Rússia/Ucrânia. Nada tem a ver com a seca em Portugal.

Portanto, a Comissão Europeia não distingue geograficamente agricultores e não divide agricultores.

Mas a verdade é que este Decreto-Lei e essas duas portarias, têm por base um acordo nacional, um acordo de Portugal. E, efetivamente, foi estabelecido a 27 de março de 2023, um acordo para a estabilização e redução dos preços dos bens alimentares.

Este acordo foi estabelecido entre a CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) e a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição. Ou seja, as portarias e o Decreto nascem por via deste acordo.

Primeiro - propor à Assembleia da República a aplicação de uma taxa zero de imposto sobre o valor acrescentado num cabaz de bens alimentares;

Segundo - assegurar, desde já, o reforço de 140 milhões de euros nos apoios à produção agrícola.

Terceiro - assegurar um complemento à renovação imediata do apoio extraordinário ao gasóleo agrícola.

Quarto – rever o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum.

Quinto - promover a comunicação vertical entre todos os elementos da cadeia de distribuição e produção, agroindústria e distribuição. Ou seja, os agricultores e os distribuidores de Portugal assinaram com o Governo um pacto de 0% para uma parte do cabaz de bens alimentares e assinaram um pacto em que eram apoiados em 140 milhões de euros diretamente e apoiados no gasóleo.

Isto significa que foi um acordo assinado desde a produção ao consumo. Significa

que todos os consumidores estão aqui envolvidos.

Isto é mais grave do que o que parece, isto é, esta exclusão dos agricultores açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta exclusão dos agricultores açorianos é um incumprimento com todos os portugueses, porque foi assinado um pacto, por exemplo, com a CAP, da qual a Federação Agrícola dos Açores é Vice-Presidente.

Isto significa que este acordo não está completo e cumprido para Portugal.

Isto significa que não se cumpriu aquilo que é o Pacto de Estabilização dos Preços Alimentares, porque se excluiu os agricultores da Madeira e dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O incumprimento não é só com os Açores. Há incumprimento do Governo da República com todos os portugueses, morem eles onde morarem.

Esta é que é a grande gravidade da exclusão dos agricultores portugueses.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É que foi feito um pacto com a produção e com a distribuição para termos alimentos mais acessíveis, mais baratos em todo o território nacional. E ele não foi cumprido.

Portanto, o incumprimento é não parcial. É um incumprimento total com Portugal e com todos os portugueses, por parte deste Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que está em causa, em termos de gravidade, relativamente à

exclusão dos agricultores açorianos e madeirenses.

Mas, permita-me também dizer-vos que depois deste incumprimento, estão em causa mais de 15 de euros e, por isso, não se trata de *mão estendida*, não se trata de pedinchar à República, não se trata de solidariedade, trata-se, efetivamente, de um pacto nacional para todos termos alimentos acessíveis e termos mais rendimento nas famílias. É isto que está em causa.

Permita-me, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo, quanto àquilo que são as medidas regionais, questionar o PS, enquanto foi Governo Regional e também como Governo da República, se teve tantas medidas ou se teve algum exemplo de medida de antecipação à crise como as que nós já implementámos? Alguma vez os Governos do PS atribuíram 1.5 cêntimos diretamente por litro de leite aos produtores da Região durante 6 meses?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Nunca!

O Orador: Alguma vez os Governos do PS atribuíram por quilo de carne abatida um prémio na Região?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Nunca!

O Orador: Nunca isso aconteceu!

Alguma vez os Governos do PS apoiaram em 3 milhões de euros a compra em 80% de sementes de milho e sorgo,

Para diminuir a nossa dependência externa?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Jamais!

O Orador: Nunca, jamais!

Alguma vez os Governos do PS atingiram uma taxa de execução de fundos comunitários de 75%?

Nunca, jamais!

Quando as taxas eram de 14% e de 20% da utilização dos fundos comunitários.

Alguma vez os Governos do PS terminaram com os rateios aos apoios comunitários, o que correspondia a cortes de mais de 10 milhões de euros por

ano?

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Nunca!

O Orador: Isto aconteceu. E, portanto, está tudo explicado. Aliás, permitam-se só dar um exemplo daquilo que nós pagamos e que os Governos do PS continuaram a dever aos agricultores açorianos.

Ora, em 2015 e 2016 atribuiu a Comissão Europeia um apoio aos agricultores de leite em que havia um complemento de 45 euros por vaca leiteira. Diz a Federação Agrícola dos Açores que no orçamento de 2017, esse apoio de 2015 e 16 não foi pago. E tem toda a razão, porque ele não foi pago em 15, em 16, em 17, em 18, em 19, em 20 e foi pago em 21 por nós!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Oito anos de atraso a um prémio a que os agricultores tinham direito em 2015 - 45 euros por vaca leiteira - foi pago em 2021 por nós. Não há um único apoio das medidas extraordinárias regionais em atraso - está tudo planeado e articulado; não há um único apoio em atraso do POSEI e do PROPRUAL +, pelo contrário, pagámos mais cedo e pagámos mais, como disse o Sr. Deputado Rui Martins e muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A confiança dos agricultores no Governo Regional nunca foi tão elevada. A credibilidade do Governo nunca foi tão elevada, porque eles sabem que os apoios que são anunciados são os apoios que são pagos e pagos a tempo e horas, aliás, são pagos mais cedo daquilo que é habitual.

Esta é a grande diferença, por isso é que nós temos resultados de produção muito

superiores que nunca foram atingidos. Sim, nós estamos num caminho de sucesso. Mas permita-me também recordar uma situação que eu acho também muito grave relativamente ao Governo da República e ao Governo Regional.

Em 2016 foi assinada uma declaração conjunta do Governo da República com Governo Regional, por ocasião da visita oficial do Primeiro-Ministro à Região Autónoma dos Açores. Era, então, Presidente do Governo Regional o atual Deputado Vasco Cordeiro e continua atualmente o Primeiro-Ministro, como na altura já era Primeiro-Ministro de Portugal. E dois dos pontos dessa declaração conjunta, diziam:

“Assumir como sua a pretensão do Governo Regional dos Açores de defender junto das instituições europeias a criação do envelope financeiro adicional, no âmbito do POSEI, que permita ajudar a fazer face à situação existente e difícil”.

Nunca isto aconteceu.

O que é que fez o Governo Regional?

Manteve-se em silêncio relativamente ao acordo aqui estabelecido.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nunca houve mais um cêntimo do POSEI.

Há 14 anos que o POSEI não tem mais um único cêntimo!

Foi acordado, não foi cumprido e com a cumplicidade silenciosa do Governo Regional de então!

Calou-se para não exigir ao Governo da República o cumprimento do envelope adicional do POSEI.

Mas tem mais.

Neste mesmo Memorando de Entendimento, diz o Governo da República em 2016:

“Reforçar as ações ao nível da atuação comercial junto dos mercados prioritários e externos, com vista a apoiar o escoamento dos stocks de laticínios dos Açores para fora do espaço da União Europeia”.

Digam-me quando é que isto aconteceu?!

Digam-me quando é que foi exportado, a mais, quilos de manteiga, de leite em pó e de outros produtos lácteos para fora da União Europeia a partir de 2016?!

Pelo contrário, não aconteceu. mais um incumprimento.

Podíamos estar muito melhor se esse Memorando de Entendimento tivesse sido cumprido.

A reivindicação de um plafond adicional do POSEI que nunca aconteceu e, pelo menos, estarmos nas negociações multilaterais e bilaterais da União Europeia para um produto sensível como é os laticínios.

Aliás, recordo que propusemos nesta Casa em 2012, até foi por proposta minha enquanto deputado regional, que o leite dos Açores tivesse uma indicação geográfica protegida, porque esses acordos multilaterais e bilaterais da União Europeia, os únicos produtos que podem ser contemplados são os produtos sensíveis com qualificação comunitária. De 2012 até agora - nós já iniciámos o processo, porque leva tempo - perdemos anos de mercado, anos de quota de mercado e da afirmação dos mercados, porque o nosso leite nunca foi IGP.

Na altura, toda a Assembleia aprovou a manteiga, o chá, a banana, o queijo de São João e o leite dos Açores, eu propus, e foi tudo aprovado. Ora, a manteiga ainda não está e o alho da Graciosa. Mas o leite nunca foi realizado, ou seja, a principal matéria-prima dos Açores e que cada vez mais tem uma excelência, quer no âmbito da saúde humana, quer a nível do rendimento queijeiro, não mereceu uma qualificação comunitária.

Isto significa que nós perdemos acordos com o Japão e outros países asiáticos. Houve aqui um retrocesso, houve uma falta de iniciativa e de ação que levou a que a agricultura nos Açores, que o mesmo é dizer que a economia dos Açores, não avançasse.

Por isso é que havia os atrasos nos pagamentos, os cortes nos apoios comunitários e não havia resultados.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Um momento só Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Esta interpelação à Mesa tem a ver com dois factos que sucederam, a propósito da condução de trabalhos.

A Sra. Deputada Patrícia Miranda pediu a palavra para a defesa da honra, na sequência de afirmações aqui proferidas e o Sr. Presidente optou por não lhe dar a palavra para esse efeito.

Sucedem que, de seguida, o Sr. Secretário da Agricultura inicia a sua intervenção dizendo que o PS “é autista”.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sim, sim!

“Autista”, politicamente.

A Oradora: E eu gostava de lhe transmitir, Sr. Presidente, que não considero que a utilização dessa palavra seja adequada, por respeito a todos aqueles que padecem desse problema, às suas famílias e que, como nós, assistem às sessões plenárias e merecem todo o nosso respeito.

Esse qualificativo existirá com certeza com muitas alternativas, Sr. Presidente, com outra correção e, por conseguinte, não tendo isso merecido da sua parte nenhuma advertência ao Sr. Secretário Regional, eu gostaria, não em defesa da

honra porque não me parece que ela tenha ficado manchada pelo uso dessa palavra, mas não nos revemos, de facto, na apreciação e no qualificativo que foi utilizado aqui.

Consideramos que o mesmo é desadequado e que é merecedor do nosso reparo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Está registada a sua interpelação.

Devo-lhe dizer o seguinte: em primeiro lugar, não dei a palavra à Sra. Deputada Patrícia Miranda para a defesa da honra, porque ela não conseguiu me justificar uma única expressão que tivesse atacado a sua honra.

Em segundo lugar, se o Partido Socialista...

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu estou no uso da palavra!

Se o Partido Socialista se sentiu tão ofendido com essa palavra, e eu acho que sim, a figura regimental que a Sra. Deputada usou foi a errada, devia ter pedido a palavra para um protesto.

Deputada Ana Luis (PS): A defesa da honra não exige justificação, porque ninguém consegue avaliar quem e como se sente afetado na sua honra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já expliquei porque não o fiz!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso para mais uma interpelação.

Deputada Ana Luís (PS): O Sr. Presidente devia ter advertido na altura do uso da palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, eu expliquei porque é que não usei a figura da defesa da honra e interpelei a Mesa diretamente, porque já vi e já assisti V. Exa. a advertir um Sr. Deputado pelo uso inadequado duma palavra neste plenário. E, portanto, se aplica a sua... correção quanto às Sras. e Srs. Deputados, também deve fazê-lo quanto aos Membros do Governo.

Portanto, parece-me que não foi uma palavra adequada e que não deve ser repetida.

Fica, assim, aqui expresso perante si, o nosso desagrado quanto à utilização desta palavra, seja em relação ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista seja em relação a qualquer um ou uma das Sras. e Srs. Deputados aqui presentes.

Presidente: Tem razão, Sra. Deputada, essa palavra não deve ser utilizada. Eu não me apercebi dessa palavra e, por isso, achei que o Grupo Parlamentar do PS tinha o fundamento para fazer um protesto, em vez de uma interpelação.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, esta iniciativa que aqui nos é trazida, tem por objetivo dar mais alguma liquidez aos agricultores açorianos.

Eu acho que isso é justo, porque uma Região como a nossa, onde o setor primário é fundamental para o sucesso da economia, é importante que uma iniciativa destas seja aprovada e seja posta em prática pelo Governo da República.

Por isso, vou votar favoravelmente a mesma. Mas tenho, obviamente, que fazer algumas observações.

Se calhar o problema é meu, devido ao cansaço da 6ª feira à tarde, mas permitam-me que vos diga que se a agricultura açoriana agora está bem, porque já não há rateios e porque tem a qualidade da governação deste Governo, então para que é que precisa dos apoios suplementares da República? Se calhar já nem precisa. Mas ao que parece, afinal, acho que precisa.

Vamos lá ver se vai ser preciso o dia todo, porque ainda há mais uma iniciativa a falar sobre agricultura, portanto esperemos que as necessidades de apoio à agricultura açoriana sejam agora e, pelo menos, até ao final do dia.

Relativamente ao facto da República ter-se esquecido, de forma deliberada ou não, de incluir os Açores e a Madeira neste apoio aos agricultores, eu acho que

sim, que foi deliberada, mas se calhar por parte do Governo da República, pode sempre haver a justificação de que era uma medida experimental, porque às vezes as medidas experimentais, ou um projeto-piloto, servem de explicação para a eliminação de determinadas áreas da população em relação a determinadas medidas. Portanto, se calhar um dia vamos ouvir a expressão de que esse apoio à agricultura é um *projeto piloto* ou uma *medida experimental*.

Da minha parte, eu não gosto de *medidas experimentais*, ou *experiências piloto*, porque acho que esse tipo de situação, se é para experimenta, deve ser abrangente à totalidade do território. Mas cada um saberá como pensa sobre este assunto. Eu tenho as minhas convicções.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma breve, gostaria de começar por dizer que o enquadramento legislativo deste apoio já foi aqui referido. Já foi também explicado o seu enquadramento político e económico. A verdade é que o País e a Europa em geral, passam por uma fase em que os custos de produção, não só na agricultura mas nos mais diversos setores, subiram muitíssimo no último ano, o que se agravou, efetivamente, com a guerra, mas que já se vinha a sentir de forma algo acentuada anteriormente.

Ora, este apoio extraordinário que foi criado pelo Governo da República com a perspetiva de ser um apoio extraordinário para uma situação específica, na nossa opinião, deve ser alargado às regiões autónomas. Já o referimos anteriormente, noutros contextos e na Assembleia da República também, que este alargamento é, na nossa opinião, de ajuste ou essencial e é aquilo que deve ser feito, porque

efetivamente, o seu contexto económico e até legislativo, indica que deve ser um apoio para todos os produtores, inclusive das regiões autónomas, por isso é fundamental, na nossa opinião, que ele seja alargado.

Outra coisa é, naturalmente, a competência. E é importante também clarificar esta matéria, para que fique bem assente que nós estamos a falar numa área como tantas outras da economia, agricultura, pescas, indústria, turismo. São matérias que são da competência do Governo Regional. E é preciso não esquecermos que, a bem da nossa autonomia, não podemos ficar nem dependentes do Governo da República para qualquer tipo de medida, nem muito menos, permitir que medidas que possam prejudicar a Região, sejam aplicadas, porque o inverso pode acontecer. Ou seja, este apoio é importante, mas nem sempre o que o Governo da República decide nos beneficia.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Conforme os casos.

O Orador: Depende dos casos, sim.

Por isso, é preciso ter algum cuidado com a forma como nós colocamos as questões, garantindo que as competências que são da região, não são beliscadas por nenhuma decisão do Governo da República ou doutro órgão de soberania.

Por isso, feito está alerta, o Bloco de Esquerda acompanha a proposta e irá votá-la favoravelmente, não deixando de dizer duas coisas: em primeiro lugar, que estes apoios, não só aqueles que são para a região, têm que garantir que serão refletidos – e ainda estamos para ver ao longo dos próximos meses se terão esse efeito – no bolso de quem compra. Porque, efetivamente, subsidiar custos de produção, tem que se refletir no bolso de quem compra, para que quando vai ao supermercado, veja refletida uma baixa de preços; doutro modo, nós estamos a aumentar as margens de lucro. E não estou a falar da agricultura em específico, estou a falar de toda a cadeia de produção e distribuição.

Isso é naturalmente fundamental.

Por outro lado (não estou a dizer que já fez), não pode o Governo Regional deixar

os agricultores dos Açores sem apoio, se o Governo da República decidir não apoiar.

Nesta matéria, Sr. Secretário, temos pena. Se o Governo da República não resolver este problema... bem, os agricultores dos Açores não têm culpa.

Deputado Nuno Barata (IL): E os consumidores.

O Orador: Muito menos os consumidores.

Por isso, Sr. Secretário, chegue-se à frente, e traga o *livro de cheques*.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mais do que aquilo que eu disse?!

Nunca houve igual na história dos Açores!

O Orador: Também, não posso deixar de dizer – e peço desculpa, Sr. Deputado Carlos Furtado, mas não ouvi a sua intervenção com muita atenção na sua totalidade, mas ouvi uma parte muito interessante, é que a Coligação colocou esta questão numa lógica de discriminação de portugueses de primeira e portugueses de segunda.

Estou de acordo, acho que não pode de maneira alguma haver portugueses de primeira e de segunda. Mas também não pode haver açorianos de primeira e açorianos de segunda.

Já disse isto neste plenário algumas vezes e vou dizer as vezes que forem necessárias: não pode haver açorianos que nuns concelhos têm um determinado tipo de apoios, subsídios ou apoios à natalidade, como o Governo já criou, e outros porque têm o azar de viverem na rua ao lado, como tantas vezes acontece, não têm.

Por isso, antes de abrirem a boca para criticar os outros por discriminação e por criarem portugueses de primeira e portugueses de segunda, olhem para aquilo que fazem e para as medidas que criam para a vossa sobrevivência e para a vossa paz interna na Coligação, discriminando açorianos.

Isso também é preciso que se diga e é preciso que ponham a mão na consciência

e corrijam essa grande injustiça e grande discriminação que não só fizeram, mas que prolongaram.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Olhe, deviam ter aprovado a minha iniciativa de há bocado!

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor devia ter dito isso na República quando o BE assinou o contrato com o Partido Socialista!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discriminação por razões políticas, por razões exclusivamente políticas e partidárias, confesso a esta câmara, confesso aos açorianos, deixam-me muitas vezes colérico, porque não há nada que me enerve mais neste mundo e que me deixe fora de mim que é a injustiça, a perseguição política, a intimidação, esse tipo de atitudes.

Por isso, eu vou fazer um esforço para não levantar muito a voz e tentar não exteriorizar tanto a cólera que este assunto me traz. A injustiça, a perseguição política a um povo, ao Povo dos Açores, por razões estritamente políticas, é algo que me entristece profundamente, em termos de cidadania e, evidentemente, em termos daquelas que são as minhas funções no Parlamento.

Eu quero dizer-vos, racionalizando a questão, que é evidente que o quadro político que emergiu depois de 2020 é um quadro político novo.

Pela primeira vez, desde 96, as duas regiões autónomas deixaram de ser governadas pelo Partido Socialista. E é preciso ter em conta que, entre 1996 e 2020, o Partido Socialista governou 17 anos. E durante esse período, teve uma Região Autónoma governada pelo PSD e outra governada pelo Partido Socialista.

O que é que se alterou?

O que se alterou é que a partir de 2020, o Partido Socialista já está a legislar contra as autonomias, porque as duas não lhe são afetas do ponto de vista político.

É isso que está a acontecer e é isto que mostra a agressividade do Governo da República, do Partido Socialista e as posições exclusivamente partidárias que está a tomar contra as autonomias. Antes era mais difícil, porque se legislava no sentido de as excluir - estava a excluir uma governada pelo PS e outra governada pelo PSD. Agora, passou a ser fácil atacar a autonomia, como conceito, e atacar as duas regiões autónomas, porque é isso que está a acontecer com total irracionalidade. E eu vou demonstrar a que ponto chega essa irracionalidade. E todos os que estiverem nesses assuntos, podem verificar a absoluta irracionalidade.

Por exemplo, a Portaria nº. 120-B/2023, de 11 de maio, o que é que estabelece? Uma das coisas que estabelece é a prorrogação Decreto-Lei nº. 79/2022, de 23 de novembro. É isso que faz. E vejam bem, neste Decreto-Lei que cria um apoio extraordinário, com vista à mitigação do impacto do aumento dos preços de combustível no setor agrícola, a Região Autónoma dos Açores estava excluída? Não, não estava excluída.

E a Sra. Deputada Patrícia Miranda dizia na altura, celebrando este apoio extraordinário numa forma triunfante, com vista à mitigação do impacto do aumento dos preços de combustível no setor agrícola:

“Patrícia Miranda saudou o Governo da República por avançar com este apoio de 10 cêntimos que irá abranger a abranger todos os agricultores do país e, naturalmente, os agricultores açorianos”.

Então se antes era *naturalmente abrangia* o conjunto dos agricultores portugueses e, naturalmente, os açorianos, agora já não é *natural*?!

Agora já não é natural que se apoie também os agricultores açorianos?!

Deixou de ser natural Sra. Deputada?!

Como é que explica isso?!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O que é que mudou?

O Orador: Veja bem, aconteceu qualquer coisa no território continental que é exclusivo do território continental?!

Veja a explicação que é feita no texto que é a seguinte: *porque é que estas medidas são necessárias?*

Estas medidas são necessárias, devido à agressão militar russa contra a Ucrânia e os seus efeitos diretos e indiretos, incluindo as sanções impostas e as contramedidas tomadas.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Nada tem a ver com a seca.

O Orador: Ou seja, tudo é explicado num quadro internacional que tem uma grave repercussão, diz o texto, também na agricultura nacional, não diz agricultura *do continente*, é agricultura *nacional*.

Que eu saiba, a Região Autónoma dos Açores integra o todo e a agricultura nacional.

Então porque é que fica excluída?!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Quando antes tinha reconhecido!

O Orador: E porque é que fica excluída de algo que é especificamente um cenário internacional que afeta em especial também as regiões mais periféricas, porque qualquer crise internacional tem sempre um efeito devastador obviamente nas zonas mais industrializadas e mais centrais da Europa, mas tem um efeito ainda maior nas zonas periféricas que estão mais dependentes do abastecimento, do ponto de vista do abastecimento de matérias-primas e energéticas. Ou seja, porque é que um apoio do Estado em circunstâncias tão excecionais como a crise internacional, exclui as duas regiões autónomas deste País?! Porquê?!

Quando antes as medidas estavam a ser de âmbito nacional?

Eu vou dizer-vos porquê:

Não tem racionalidade.

Não tem uma noção de patriotismo.

Não tem uma noção de sentido de Estado.

A única explicação - eu tenho a certeza absoluta que é por isso que o estão a fazer - a única motivação, é perseguir as regiões autónomas, retirar-lhes meios financeiros para que os respetivos governos não tenham êxito nesta conjuntura de crise e para que o Partido Socialista possa retirar, depois, créditos eleitorais disto. Quero dizer-vos, que os senhores falharam e não foram capazes. E agora o que estão a fazer é asfixiar as regiões autónomas .

Estas são as medidas que os senhores estão a tomar com absoluta falta de sentido de Estado!

E depois este cinismo, (eu disse desde o início desta intervenção que me ia conter) do Sr. Deputado João Castro, de quem fui colega aqui no Liceu da Horta e de quem sou amigo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Imagine se não fosse!!

O Orador: Ouça, os amigos também são cínicos, algumas vezes e, neste caso, são do ponto de vista político.

“De acordo com o Deputado do PS/Açores à Assembleia da República, não é aceitável que se recomende ao Governo da República uma ingerência nas competências das regiões autónomas”. Ou seja, o que aqui se está a dizer é “não, então, mas vamos dar estes apoios aos Açores e à Madeira?! Não, isto é, estar a meter-nos nas competências das regiões autónomas. Eles vão protestar”.

Eu prevejo uma *revolta* do povo dos Açores e dos agricultores dos Açores por receberem apoios de Estado, a partir de agora, numa conjuntura tão difícil.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah pois é, mas é isso que os senhores estão a fazer!

O Orador: Eu já vejo que o povo dos Açores iria ficar *revoltado* contra este tipo

de ingerências.

Mas, Srs. Deputados, eu tenho aqui a legislação do Estado Espanhol e estive a ler os apoios que são concedidos e que são da mesma natureza.

Deputado Francisco Coelho (PS): Devia ler a portuguesa antes!

O Orador: As Canárias estão excluídas?!

As Baleares estão excluídas?!

Há regiões excluídas no Estado Espanhol?!

Não. Estas são ajudas de Estado que chegam a todos. E aqui o que existe é uma política diferente da que está a ser aplicada nos outros Estados europeus. É uma política em que existe a segregação, do ponto de vista territorial, em relação aos Açores e à Madeira, porque são governadas por partidos que não são afetos à governação do Partido Socialista nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, a perseguição aqui tem única e exclusivamente um carácter político e significa uma asfixia propositada do Partido Socialista em relação às regiões autónomas .

Os senhores não se preocupam se o atingido é o povo dos Açores e os agricultores dos Açores. O que os senhores perseguem são os seus objetivos políticos. Mas digo-vos uma coisa, estão a cometer um erro político colossal, porque as pessoas percebem o que está em causa, porque as pessoas percebem racionalidade disto. E percebem a falta de solidariedade do Estado nestas questões e não vão esquecer nem vão perdoar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, acho que há uma linha muito ténue entre aquilo que o Sr. Presidente do Governo diz sempre que é andar de *mão estendida* e autonomia. É preciso ter cuidado.

Nas intervenções de vários colegas Deputados, foi dito que isto não é solidariedade nacional. Mas para o PAN, esse seria o único argumento para nós votarmos a favor, porque o nosso posicionamento relativamente a esses apoios, seria de forma diferente. E nós queremos votar a favor, apenas e unicamente pelo propósito de ser a solidariedade nacional, porque é uma exceção.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Espere a minha segunda intervenção!

O Orador: Porque nós temos autonomia, é competência pura e dura do Governo da Região Autónoma dos Açores, e não podemos ser submissos à espera da Assembleia da República para conseguirmos fazer alguma coisa. É preciso ter cuidado com essa subserviência e ação de gestão das regiões autónomas com o governo próprio. E espero que os autores desta proposta vejam isto como uma solidariedade nacional, porque para mim é completamente irrelevante que a Federação Agrícola e o Sr. Jorge Rita, que devia ser o Sr. Vice-Presidente deste Governo, esteja na CAP. Isso a mim pouco me interessa para eu tomar uma decisão política sobre a Região Autónoma dos Açores, é-me completamente indiferente.

A única exceção que aconteceu tem a ver com os preços de produção – ponto final, parágrafo. A mim não me interessa quem é que está ou deixa de estar na CAP. Aliás, se eu fosse falar da CAP, então, entre essa e a Associação Agrícola, as duas juntas no liquidificadora... a coisa seria muito complicada, por isso nem sequer vou por aí. Vou pela solidariedade nacional, não vou, obviamente, por

aquilo que nós temos que é a autonomia. E se, porventura, o Governo da República dentro da... cabala que querem asfixiar o Governo por ser do PSD, se (República) não pagar, obviamente espero que o Sr. Secretário Regional não deixe na mão as empresas familiares que necessitam deste apoio, devido ao aumento da produção e da inflação também.

Aí é evidente que é o Governo que tem de trabalhar e tem de tratar das empresas açorianas, porque nós estamos a ver que será mais um apoio, como o das freguesias, que a Assembleia da República ou faz-se de esquecida ou então não vai pagar.

Obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Nós estamos a fazer a nossa parte!

Quem não faz a sua parte é a República!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves acabou de tocar num ponto que me parece importante realçar.

As questões da agricultura são, de facto, questões que são da nossa especial e única responsabilidade. E se acaso fosse este um assunto não especial ou específico e que não diz apenas respeito à agricultura, estaríamos a cometer aqui um atropelo às nossas próprias competências, o que seria de todo lamentável.

Em relação ao esquecimento da República - e já aqui falámos esta semana de agricultura, e vamos voltar a falar, já falámos de centralismo e acho que vamos ter que falar sempre de centralismo - é precisamente aquilo que nos classifica como uma região periférica (e eu não vou entrar no jogo da cabala).

As regiões periféricas são, por natureza, regiões esquecidas pelos estados centrais,

muito mais uma ultraperiferia. Mas cabia ao Estado Português, dentro deste acordo que fez com os agricultores e com a grande distribuição para baixar o esforço das famílias com a inflação, alargá-lo à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Exatamente! Já estava assinado!

O Orador: Mas já dizia o outro (um que queria ser Primeiro-Ministro mas não chegou lá!), isto são 12 mil eleitores.

Este centralismo disfarçado que agora vem pela mão de um Governo da República - e eu não vou entrar na tal cabala da perseguição com as autonomias - mas um Governo da República distraído com casos e casinhos internos, com problemas partidários e do próprio Governo, em que a própria Ministra da Agricultura nem sabe bem se tem assento no Conselho de Ministros ou não, não é mais senão o reflexo daquela que é a decadência que o Estado Português, neste momento, está a apresentar a todos os portugueses, incluindo aos portugueses que residem na Região Autónoma dos Açores.

Não. A Iniciativa Liberal votaria contra esta resolução, se ela fosse um pedido de esmola. Não, este Projeto de Resolução é uma exigência ao Estado Português, para que cumpra com os açorianos e com os madeirenses, aquilo que tem que cumprir com todos os portugueses.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Cumpra aquilo que assinou!

Deputada Nídia Inácio (*PSD*): Apoiado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quando pedi a palavra foi no início da intervenção do Sr. Deputado António Lima, porque queria saudar a intervenção do Bloco de Esquerda, porque efetivamente mostra uma diferença relativamente ao Partido Socialista, de mais responsabilidade e, no fundo, a forma como apreciou a iniciativa numa perspetiva da justiça desta exigência.

Obviamente, fez alertas com os quais eu concordo de que o Governo Regional, tendo obviamente autonomia, ainda por cima nestas áreas, não pode ficar refém das decisões ou não decisões da República. Mas neste particular, continuo a saudar, apesar de achar também que depois *estragou* um bocado *a pintura*, quando tentar misturar coisas que não dá para misturar.

Deputado António Lima (BE): Falei contra o Governo!

O Orador: Não é falar contra o Governo, mas quando fala especificamente num programa, como Nacer Mais, devo dizer que os programas têm critérios - e vamos discutir isso a seguir, por isso nem me quero alongar muito - mas há critérios como a diferenciação de apoios para quem vive no interior, para quem vive no litoral; e os critérios é que definem, no fundo, a abrangência dos apoios. Por isso, na verdade, eles nunca são universais, nem que seja pela idade ou zona geográfica, ou o critério do orçamento familiar, ou seja, há sempre apoios e todos eles acabam por ser discriminatórios de alguma forma, daí eu achar que o Sr. Deputado mistura um bocadinho de forma enganadora aquilo que é uma (boa) avaliação que faz, bem como os alertas que também julgo são pertinentes. Mas, no fundo, reforço e vejo com muito agrado o posicionamento do PAN, que não é uma questão de agradar ao Governo, é uma questão de reivindicação justa, até porque, do ponto de vista da agenda, obviamente isto não interessa nada ao PAN - seria sempre contrário a este tipo de apoio - mas, obviamente, na medida justa da defesa da autonomia e daquilo que é um direito que deve ser transversal, do ponto de vista nacional, faz essa defesa e, aliás, como também disse e muito bem, o Sr. Deputado Nuno Barata, na sua última intervenção.

Também intervenho para reforçar esse aspeto. É que quem formula pedidos de ajuda de Estado é o Estado-Membro, não é a Região Autónoma dos Açores. Ou seja, isto é um pedido que é feito pelo Estado-Membro; mesmo que fosse a Região Autónoma que quisesse eventualmente fazer este tipo e de ajuda, teria que ser sempre por via do Governo da República, porque é o Estado-Membro que faz este pedido. E atendendo até também àquilo que foi o apoio anterior dos 10 cêntimos por litro de gasóleo, que foi, ainda para mais, escrito e desenhado nos exatos termos, ou seja, é definido que é um apoio nacional. E aí incluía os Açores e o PS saudou; agora é escrito exatamente um apoio nacional, mas a Sra. Ministra diz que afinal não chega aos Açores, porque estes têm um orçamento próprio, mas agora o PS já não repudia essa dualidade de critérios. E isso é que é interessante ver na postura do Partido Socialista; interessante ou, neste caso, desinteressante...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E lamentável.

O Orador: ... porque não defendem e acautelam os interesses dos Açores.

Por conseguinte, a minha intervenção vem exatamente nesse sentido, isto é, para reforçar e aplaudir também as intervenções tanto do PAN, como da Iniciativa Liberal e do Bloco de Esquerda, justamente porque independentemente até do próprio teor do apoio, relevam aquilo que está em causa e que é esta diferenciação negativa que está a ser feita e um garrote que está a ser feito pelo Governo da República, bem como uma discriminação que não se justifica quando o apoio foi escrito nos mesmos termos com aplicação nacional, sendo que um teve aplicação nos Açores e o outro não tem. Isso é injustificável e o Partido Socialista não deveria acompanhar esse tipo de comportamento do Governo da República.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Secretários Regionais, Sra. Secretária Regional:

Eu gostava de começar esta minha intervenção, dizendo que há questões na nossa vida, em que umas partem de decisões nossas, outras que têm a ver com condições quase que à nascença. Eu, de facto, sou mãe e mulher com muito orgulho nisso, sou terceirense e açoriana e sou socialista. E não dispo aqui nenhum destes três casacos ou peles. Orgulho-me das três condições. E é também com redobrado orgulho que, por via dessas condições, fui eleita para exercer as funções de deputada nesta Assembleia.

Dentro destas três condições, digo-vos também que há uma de que muito me orgulho: é que sou neta de agricultores e filha de agricultores, condição esta que é transversal a muitos dos presentes e dos açorianos que ouvem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu também.

A Oradora: Assim sendo, queria também dizer que o facto de podermos ter, em determinados momentos, entendimentos iguais ou diferentes, ou as nossas opiniões serem mais ou menos unânimes, o que não é (pelo menos para mim) admissível, acho que isto não nos traz nada de bom, é que ponhamos em causa que quando qualquer um dos deputados desta Assembleia se levanta, não tenha como prioridade máxima os Açores, os açorianos e a defesa dos interesses dos Açores e dos açorianos.

Portanto, não é nem tão pouco regular que eu me pronuncie aqui sobre assuntos da agricultura e, muito menos, sobre assuntos da autonomia, quer um quer outro, assuntos exigentes que implicam conhecimento de causa em cada uma das matérias, mas mesmo assim, vou tentar pronunciar-me sobre este assunto e sobre o que eu entendo sobre ele.

É com muito orgulho que todos os que aqui se sentam dizem que já levamos quase 50 anos de autonomia e que muitas vezes falamos no aprofundamento, no alargamento, nas nossas conquistas ao longo de quase 50 anos e ainda aqui há uns plenários atrás, debatemos formas de aprofundar a autonomia, leis e legislação,

regional e nacional, com esse com esse propósito.

Acontece que de repente, parece que nos esquecemos ou queremos minimizar ou, de alguma forma subalternizar, o papel da Região e dos seus órgãos de governo próprio.

Deixem-me que partilhe convosco que também não me parece que ganhem nada em tentar, de alguma forma, manipular a opinião daqueles que naturalmente vivem dias difíceis, dias muito difíceis, sejam eles famílias, empresas ou agricultores, não desmentindo coisas como o seguinte:

Estes apoios que foram excecionalmente instituídos pela República provêm de fundos comunitários.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não provêm!

Mas quem é que disse isso?

A Oradora: Não é verdade. Não provêm de fundos comunitários.

Eu vou citar, porque isto é público. Mas eu não disse que foi algum dos senhores. Mas o entendimento de associações de agricultores com as quais nós reunimos que se questionam, e nos questionaram, se esses apoios, Sr. Secretário, advinham de fundos comunitários e nós informamos que não.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Eles sabem que não!

A Oradora: É importante que em primeira instância se esclareça o seguinte: não é o facto de se chamarem *ajudas de Estado* ou por ter uma autorização da União Europeia que vai resultar daí que sejam fundos europeus.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não são fundos europeus - primeiro facto.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): A senhora tem um desconhecimento atroz!

Deputada Patrícia Miranda (*PS*): É, só o senhor é que sabe!

A Oradora: Segundo facto: advêm única e exclusivamente do orçamento de Estado, única e os e exclusivamente, e das receitas do orçamento de Estado.

De acordo com a Lei das Finanças Regionais e de acordo com o seu Estatuto, a Região tem competências próprias, entre elas a agricultura e receitas próprias que a Lei de Finanças das Regiões Autónomas determina, de todos os impostos sem exceção.

É importante também que se diga que em janeiro o Sr. Secretário da Agricultura, definiu um apoio, também ele excecional, que as associações de agricultores dizem que são os *apoios da guerra*, apoios esses que no seu preâmbulo dizem que “pretendem contribuir para resolver os problemas de liquidez das explorações agrícolas e que advêm dos aumentos de custos de produção”.

O senhor estabeleceu esse apoio em janeiro, Sr. Secretário. E a minha pergunta é: Este apoio tem finalidade idêntica àqueles que foram definidos a nível nacional, isto é, *apoiar os custos de produção das explorações agrícolas*.

O que eu lhe pergunto, Sr. Secretário, é se apoio definido em janeiro já foi pago?
Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Foi pago nalgum Estado-Membro?

A Oradora: O apoio que consta da Portaria nº. 4/2023, de 2 de janeiro, foi pago ou não foi pago?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Que desconhecimento!

A Oradora: É urgente ou não é urgente esse apoio?

É ou não é relevante para o equilíbrio financeiro das explorações?

Terceiro ponto que lhe coloco, Sr. Secretário: foi aprovada nesta Assembleia a 20 de fevereiro de 2023, uma resolução que recomendava ao Governo que no prazo de 30 dias, elaborasse um plano de poupança de energia, que criasse um sistema de apoio às famílias e às empresas - as empresas agrícolas também para compensação dos aumentos de custos de energia - e tinha a Região 30 dias para

definir; 30 dias, a contar de 20 de fevereiro que é a data da publicação. Já passaram estes 30 dias.

Desde abril para cá, Sr. Secretário, o que é que foi feito da sua parte para compensar os agricultores?

Qual é o contributo da sua Secretaria para esta determinação da Assembleia Legislativa Regional em termos de aumentos de custos de produção, designadamente custos de energia?

Qual foi a ação do Governo nesta matéria?

Eu sei que o Senhor Secretário Regional é sensível a palavra *atrasos*. O Sr. Secretário é sensível à palavra *atrasos*.

Então, em relação a estes dois aspetos, e não referindo a palavra *atrasos*, destempo, procrastina, adia, delonga, é lento, é moroso, mas não chega aos agricultores.

O senhor não só não definiu os apoios para a energia, como não pagou os apoios que o senhor definiu. Não fomos nós! Foi o senhor e o seu Governo que definiu!!

O que é que falta, o que é que falta?!

O orçamento está em execução.

O que é que falta para fazer chegar este apoio aos agricultores?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E quando os senhores não pagavam?!

A Oradora: Mais Sr. Secretário: aos agricultores não basta que o senhor diga que vai pagar nesta Legislatura. As dificuldades fazem-se sentir desde que a guerra começou ou até antes disso, Sr. Secretário!

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Isso é uma postura enganadora!

A Oradora: Eu não estou aqui para desmerecer a ação de ninguém, nem para desqualificar a ação de ninguém, mas também não estou aqui para ser acusada, como já fomos hoje, de estar a brincar com assuntos sérios!

Deputados Marco Costa e Paulo Gomes (*PSD*): Ah está, está!

A Oradora: Eu peço duas respostas a duas questões simples: Primeiro: *aumento de custos de produção*, uma portaria definida por si, quando é que vai ser paga afinal?

Depois: *aumentos de custos da energia elétrica*, já passaram mais de 3 meses do prazo que foi conferido por esta Assembleia para o estabelecimento desse plano e das medidas de combate aos custos energéticos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Quando foi o contributo da sua Secretaria e quando é que os agricultores podem ver apoios no âmbito desse plano de combate aos custos energéticos?

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Que desconhecimento!

Esse desconhecimento é grave!

Nós pagámos vários milhões de atrasos, dos senhores!

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Secretário menos Facebook e mais governação!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. Deputadas Andreia Cardoso e Patrícia Miranda:

Obviamente que todas as questões que coloquem ao Governo e a todos os partidos que aqui estão presentes são legítimas, mas também têm que explicar a todos os que aqui estão, bem como a todos os agricultores, porque é que em março

defendiam que as medidas da República deveriam ser, naturalmente, para todos os agricultores açorianos e, entretanto, o que é que vos fez mudar de ideias?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Segunda questão: as portarias foram publicadas a 11 de maio...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E a de janeiro...nada?!

O Orador: ... e a partir daí, além da nota pública do Partido Socialista/Açores ter vindo logo a seguir à dos Deputados da Assembleia da República – desta vez vieram sincronizadas, não vou insinuar que foram combinadas, mas pelo menos foram sincronizadas, os senhores começaram a cruzada de confundir os agricultores açorianos e a sociedade açoriana.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Vocês é que estão a tentar confundir!

O Orador: E a cruzada foi à procura dos apoios supostamente em atraso, pois ninguém refere que estão em atraso a não ser o Partido Socialista, aliás já foi aqui referido por estes dias o que é que está calendarizado. E, além disso, confundem o que são ajudas transversais, anuais, resultantes de candidaturas e medidas de reestruturação ou ajustamento do setor, como existiram para São Jorge, e para os produtores de leite e como devem existir, porque o Governo quer reformar, logo, está disponível para aceder e corrigir.

Ao que os senhores fogem sempre é ao que se passava com a vossa governação. Eu tenho aqui a Portaria de 2023 para o POSEI.

Os agricultores açorianos sabem, quando acabarem por estes dias as candidaturas, exatamente os valores que vão receber.

Deputados Carlos Freitas e Paulo Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que acontecia com as portarias que os vossos governos publicavam é que levavam cortes e os agricultores nunca sabiam o que é que iam receber no final da campanha?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era conforme a cara!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Sr. Secretário, aquando doutro debate aqui sobre a ilha do Pico, recordou a ajuda Prorural +, *zonas afetadas por condicionantes específicas - apoio às zonas com condicionantes naturais*. E eu pergunto se os senhores entendem ou não que os Açores têm estas condições naturais?

O que é que acontecia quando os Governo do PS estavam em funções?

Primeiro, chegavam a negar a possibilidade da candidatura. E daí, os gráficos levavam a que o recebimento fosse gradualmente menor, não dando sequer a possibilidade que novos agricultores entrassem e usufruíssem dessa ajuda (que é do Prorural+). E, portanto, estes são mais dados que provam que com os senhores as ajudas eram menores e as ferramentas para as corrigir estavam nas vossas mãos e os senhores não utilizavam!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputados Carlos Freitas e Paulo Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais: estamos aqui a falar da falta de equidade no tratamento dos agricultores de todo o país perante uma medida nacional. Nós temos o reconhecimento da União Europeia para as nossas particularidades, para as nossas dificuldades, como por exemplo o POSEI.

Na última semana, foi aprovado pela Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu um relatório que admite e conhece as dificuldades e as particulares dos Açores. Todos os partidos – acho eu - defendem o reforço dos plafonds. Todos sabemos que tem sido este Governo a não implementar rateios, porque as verbas

não são suficientes, mas digam-me uma coisa, quando o relatório da Comissão Europeia diz que o plafond tem que ser utilizado, quando é o país (não a região) quem vai negociar um aumento desse plafond, qual é a legitimidade que tem o Governo português para fazer aumentar o plafond do POSEI, se o próprio Governo desse país corta a igualdade de tratamento dos seus agricultores?!

Deputados João Bruto da Costa e Paulo Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh Sr. Deputado, haja paciência!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, é este vosso registo de lidar com o setor e com a irresponsabilidade que vos torna, na nossa leitura, cada vez mais isolados nesta discussão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Isolados pelos partidos e isolados nos argumentos.

Portanto, nós estamos ao lado dos agricultores e este acho que é um ponto de viragem na defesa dos agricultores dos Açores sobre quem está ao lado deles e quem anda com muitas interrogações sobre este setor.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Para além do acordo que invoquei e que é um incumprimento com todos os portugueses, não é só com os agricultores dos Açores, acordo esse assinado a 27/03/2023, um acordo de fileira para apoiar as famílias e, portanto, há aqui um incumprimento com todos os portugueses e não só com os agricultores, há uma outra razão - essa não está escrita e assinada - que foi sendo entendida entre os dois Governos.

Em 2022, a Comissão Europeia acionou a *reserva agrícola* que é um fundo de crise para toda a União Europeia.

Em 2023 não quis acionar a *reserva agrícola* para todos os Estados-Membros, acionando só para os países periféricos. E, recentemente, acionou para os países onde tem seca. Ou seja, isso significa que os Açores ficaram de fora, em 2023, daquilo que era a aplicação da *reserva agrícola*..

Foi entendido - e esta é também a base dos 134 milhões de euros - entre os dois Governo que este apoio do Estado pedido e aprovado à Comissão Europeia, iria substituir aquilo que era a não aplicação da reserva agrícola do Fundo de Emergência. E, portanto, esta é mais uma razão, para incluir os agricultores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Onde é que isso está escrito?

O Orador: Isto não está escrito, mas foi várias vezes acordado e várias vezes falado com o Ministério da Agricultura. Era este o entendimento e, por isso, é que eu ontem disse que a Sra. Ministra faltou à verdade, porque incumpriu também com o Governo Regional aquilo que era um entendimento para a não aplicação da reserva agrícola ser por via de fundos do orçamento nacional. Era este o entendimento.

Portanto, temos aqui duas razões fundamentais, pelas quais se exige que os agricultores dos Açores sejam abrangidos por esses apoios.

Por outro lado, relativamente à questão que me foi colocada sobre o apoio à guerra...

Deputado Berto Messias (PS): Apoio à guerra?!

A gente aqui apoia é a paz, Sr. Secretário!

O Orador: O apoio às consequências da guerra, peço desculpa. Somos todos contra a guerra, obviamente.

O Regulamento da União Europeia 22033 do Conselho do Parlamento Europeu que institui uma ajuda aos agricultores, diz que o pagamento do apoio, do qual nós podemos utilizar 5% dos nossos fundos comunitários, na parte do desenvolvimento rural, pode ser feita até ao dia 15 de outubro de 2023.

Neste momento, não há nenhum Estado-Membro que tenha pagado este apoio na União Europeia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E então?! Isso não impede de o

O Orador: E porque é que não o fizeram?

Porque este montante ainda não foi disponibilizado financeiramente do PEPAC em todos os Estados-Membros, este este montante. Ou seja, nós vamos todos cumprir, dentro daquilo que é a legislação em vigor. Até 15 de outubro vai ser pago em todos os Estados -Membros e por cada Estado-Membro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não há nenhum atraso.

Estamos dentro da legislação, até 15 de outubro, podemos pagar e vamos certamente pagar, como vão pagar outros Estados-Membros, como no continente vão pagar – porque ainda não pagaram, ou seja, não há nenhum atraso. Só os Srs. Deputados do PS é que acham que há um atraso, por puro desconhecimento da legislação é que dizem que há atraso, porque não há atraso nenhum atraso. atraso.

Deixem-me dizer que atraso havia quando de 2015 a 2020 não pagaram os 45 euros por vaca leiteira e quando em 2021 tivemos de pagar 625 mil euros, porque

os senhores nunca pagaram. Isto é que foi um atraso que prejudicou os produtores de leite e os agricultores dos Açores. Esse sim foi um atraso em 2021.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais: em 2018, os senhores fecharam as candidaturas aos apoios comunitários, nós abrimos em 2021 e em 2022, a *superfície agrícola útil candidatada* era de mais de 6000 hectares, passou de 19.450 hectares para 25800 hectares. Ou seja, os senhores prejudicaram de 2018 a 2020, 6000 hectares nos Açores, porque impediram que as ajudas chegassem aos agricultores no montante de 6000 hectares. Vejam o prejuízo que provocaram aos agricultores e aos seus rendimentos nos Açores.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas se os Srs. Deputados do PS estivessem mesmo interessados na agricultura e se estivessem mesmo preocupados com a agricultura...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, só o senhor é que está!

O Orador: ... se quisessem influenciar mesmo o Governo da República, tinham influenciado uma proposta resolução desta Casa do dia 22/03/2022 que recomendava um regime temporário de isenção total ou parcial no pagamento das contribuições para a segurança a todos os produtores dos Açores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Qual foi que foi a aplicação? Zero!

O Governo da República nunca aplicou isso parcialmente!

Os senhores não tiveram influência nenhuma esse foi mais um desrespeito pela Assembleia Regional, porque o Governo da República não aplicou a isenção

temporária da segurança social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, permitam-me continuar relativamente àquilo que foi a votação da iniciativa do PSD na Assembleia da República.

Ora, na Assembleia da República, mesmo sendo um acordo contra todos os portugueses, votaram a favor da resolução, o PSD, o CHEGA, o IL, o PCP e o Bloco de Esquerda. O PS votou contra.

Mas tendo o PS votado contra, ainda há um novo entendimento, é que dentro dos Deputados do PS, os Deputados do PS do PS/Açores podiam ter votado de maneira diferente da bancada. Por exemplo, nós quando tivemos na Assembleia da República a famosa Lei do Mar, os Deputados do PSD dos Açores votaram de modo diferente dos Deputados do PS na Assembleia da República.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E quantas vezes isso já aconteceu com vocês?!

O Orador: Ou seja, os Deputados do PS nem votaram de maneira diferente na Assembleia da República, votaram ao lado dos centralistas! Isso é que é importante dizer. Ou seja, nós quando vimos que os Açores são prejudicados, votamos de maneira diferente da bancada que representamos na Assembleia da República. Os senhores não. Mesmo que prejudiquem os Açores, votam cegamente ao lado dos centralistas na República.

Esta é que é grande diferença para se ver quem é que defende os Açores ou não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Secretários Regionais:

Uma intervenção breve apenas para dar nota de que, em primeiro lugar, Sr. Secretário, de facto, é importante que tentemos nos circunscrever ao facto de que há a necessidade de apoios aos agricultores da Região, por efeito daquilo que são os aumentos dos custos dos fatores de produção.

Há bocadinho comecei e não concluí, a defesa de que os agricultores merecem o apoio, diz o Sr. Deputado Paulo Gomes. É claro que merecem.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Mas os senhores não assumem se querem ou não!

A Oradora: Os agricultores dos Açores merecem que o Governo Regional tenha atenção às suas necessidades e acomode no orçamento da Região aquilo que possam ser ou vir a ser os apoios à atividade agrícola – primeiro.

Deputado Marco Costa (PSD): Agora é a minha vez de dizer que o PS está a tentar evitar.

A Oradora: Eu já dei a minha e a nossa opinião, sendo que isso já tinha sido transmitido antes por um conjunto de Sras. e Srs. Deputados presentes (e ausentes) nesta sessão, do que é, no fundo, o entendimento do Partido Socialista sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora ainda não disse claramente!

A Oradora: Sem prejuízo disso, o Sr. Secretário que é um homem muito informado sobre o presente e o passado, faz questão de evidenciar, como evidenciou aqui, o fato Srs. Deputados na Assembleia da República eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores, terem votado contra uma iniciativa a este propósito. É verdade que sim, tal como o senhor reconhecerá que os mesmos votaram em dissonância com aquilo que foi o resto da bancada, num conjunto de iniciativas que já passaram na Assembleia da República, quer agora quer antes. Não é novidade nenhuma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas são os agricultores que estão em

causa aqui!

A Oradora: Tal como o senhor já acompanhou a sua bancada na Assembleia da República em muitas circunstâncias e noutras não, em função daquela que é a natureza dos assuntos que estão a tratar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é noutras circunstâncias!

A Oradora: Portanto, não vale a pena também dizer que é sempre assim ou sempre assado. É em função da natureza dos assuntos que estão em debate e, portanto, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, sobejas vezes já mostraram votos dissonantes com a restante bancada, em defesa do interesse dos Açores, quando as questões assim o justificam.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não foi o que aconteceu agora.

A Oradora: O senhor já me disse que vai ser pago até 15 de outubro - era o que já tinha dito na sua conferência de imprensa - mas ainda não percebi porque é que não paga já?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Oh senhora que desconhecimento!

A Oradora: Essa portaria já saiu, se é uma questão urgente, se as necessidades são urgentes, porque é que não paga o quanto antes?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Posso dizer-lhe que vai ser pago na última semana de setembro!

A Oradora: Depois, há uma outra questão que eu gostava de lhe perguntar:

No Artigo 10º da sua portaria, o senhor diz que “os apoios previstos no presente diploma não são acumuláveis com outros apoios atribuídos para a mesma finalidade”.

Como é que o senhor, então, entende que isto pode ser ou não compatibilizado com as portarias que foram publicadas ou com o eventual alargamento dessas

portarias à Região?

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E na República como é que fizeram?!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Como é que vai votar esta Resolução?!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra Sr. Secretário Regional da Agricultura.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu fico assustado com o vosso desconhecimento - peço imensa desculpa!

Fico tanto mais assustado, porquanto o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que foi Presidente do Governo e a Sra. Deputada que foi Secretária Regional, deviam saber de facto como estes temas de apoio são processados. No caso em concreto, já disse, e vou dizer mais uma vez, a verba do PEPAC não está disponível para nenhum país e quando tiver, será paga na última semana de setembro.

É isto que está entendido em toda a União Europeia, portanto não há atraso nenhum relativamente a isto.

Eu disse, e volto a dizer, porque os senhores é que teimam, porque não percebem, ou não querem perceber, o que é ainda mais grave, não querer perceber ainda mais grave do que não perceber. Ou então querem iludir, o que é ainda é muito mais grave.

(Aplausos dalguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, quanto aos Deputados do PS à Assembleia da República, no caso em apreço - não estou a falar de outras situações - em que estavam várias situações de risco em jogo, desde logo, o acordo assinado com todos os portugueses em março, e agora com aquilo que foi o entendimento de não assinar a reserva agrícola, dos Deputados do PS à Assembleia da República votaram ao lado dos centralistas, não votaram contra e podiam ter votado contra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não tem nada a ver com centralismo!

O Orador: Ouça, essa questão é muito mais grave e muito mais ampla do que simplesmente excluir os agricultores.

É uma situação de desrespeito pelos portugueses, acima de tudo.

É uma situação de desrespeito por quem produz, por quem transforma e por quem vende.

Trata-se dum apoio de fileira para termos alimentos mais acessíveis. Esta que é a filosofia-base desse apoio.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: E é esta filosofia-base que não foi respeitada na Assembleia da República, porque todos os partidos votaram a favor, exceto o PS que votou contra.

Qual foi a motivação do PS foi para votar contra?

Ainda hoje não percebi.

Votou contra...porque simplesmente votou contra!

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem de terminar.

O Orador: Mas os Deputados do PS podiam ter votado de maneira diferente e não votaram.

Este é que é o facto: votaram ao lado dos centralistas, contra os agricultores dos Açores que é o mesmo que terem votado contra os açorianos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nem aqui nem na República, nem os seus Deputados, aqui ou na República, estão contra os agricultores dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não é verdade, peço desculpa!

Na República estão.

A Oradora: Não é admissível que o senhor diga isso!!

Entendemos que deve ser o Governo Regional a implementar esta tipologia de apoios, para os fins que aqui estão a ser debatidos. Coloquei-lhe uma outra questão, Sr. Secretário (já antes):

Desde 1 de abril que o Governo Regional tem obrigação de ter implementado um plano e medidas à compensação pelos custos de energia.

O que é que o Governo fez até hoje?

Rigorosamente nada, Sr. Secretário, nada!!

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Posso explicar quando for a discussão do Projeto do PS!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Sr. Presidente, para dizer que, de facto, a Sra. Deputada Andreia Cardoso colocou a questão e eu não respondi, mas vou responder quando for a discussão do Projeto do PS, porque efetivamente a Senhora continua a andar muito distraída relativamente àquilo que são os apoios aos agricultores!

Presidente: Sr. Secretário, isso não é uma interpelação.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos votar este **Projeto de Resolução “Extensão aos Açores e à Madeira de medida excecional de apoio ao setor agropecuário”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 166/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou a favor desta Proposta de Resolução, não ignorando os riscos que a mesma traz para os Açores. E não ignorando também que ela se traduz naquilo que é, de certa forma, uma postura do Governo Regional de incapacidade de assumir as suas opções.

Tenho pena que o Sr. Secretário Regional da Agricultura não esteja na sala neste momento... (mas já está de volta). E os riscos que esta Resolução encerra têm a

ver, fundamentalmente, com aquilo que já nesta Casa foi referido esta manhã e que é: tendo em conta que os apoios nacionais são apoios financiados exclusivamente com verbas dos impostos, os mesmos impostos que na Região...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é isso que está em causa!

O Orador: ... são receita dela, e tendo em conta que o Governo Regional também já tomou opções com essas verbas regionais para ajudar os agricultores, aquilo que seria perfeitamente compreensível era que fosse tido outro tipo de cuidado e atenção em relação a estas matérias, sob pena de se cair naquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata, hoje de manhã, alertava como sendo a *mão estendida* à República.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é o caso!

O Orador: E, portanto, a lógica que daquilo...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O senhor está numa declaração de voto! Não pode fazer referências às outras bancadas!

O Orador: E...? Eu posso fazer referências, não posso é interpelar as outras bancadas.

Portanto, em relação a esta matéria, parece-me clara aquela que é a posição que nós temos. Mas não me parece clara aquela que é a posição que o Governo Regional tem. E sobre este assunto, temos a oportunidade de, numa proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tornar também clara esta incongruência.

No fundo, aquilo a que se assiste com esta Proposta de Resolução é, mais uma vez, à transformação da nossa autonomia naquilo que ela não deve ser.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E o senhor vota a favor disso?!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Ainda bem que vou voltar a falar!

O Orador: Voto a favor, não ignorando os riscos que a mesma encerra. E desse ponto de vista, faço votos que, na discussão que teremos da Proposta de Resolução apresentada pelo Partido Socialista, o Governo Regional possa esclarecer aquilo que nesta Proposta não foi capaz de esclarecer.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nós, convictamente, mas mesmo com toda a convicção, votámos a favor desta resolução. E votámos a favor, sem termos necessidade de justificar nenhum pedido de desculpas a António Costa por fazê-lo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não temos que justificar nem pedir desculpa a António Costa por ter votado a favor desta resolução, porque ela defende a autonomia, porque ela afirma a autonomia e porque ela exige respeito pela autonomia.

Deputada Nídia Inácio e Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Foi isso que fizemos.

Não o fizemos com vergonha de o afirmarmos em defesa dos agricultores açorianos e não o fizemos, nunca, por motivo algum, para pedir desculpa nenhum

Primeiro-Ministro, por contrariarmos a sua vontade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votou favoravelmente este diploma que subscreveu, dizendo que para nós, não colhem os argumentos de que este diploma configura um qualquer pedido de esmola.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem!

O Orador: Não é nenhuma esmola, é um direito, é uma reivindicação justa, até porque as ajudas de Estado são objeto de pedido de autorização pelo Estado-Membro à Comissão Europeia. Logo, quem faz o pedido de autorização é o Estado-Membro e não a Região Autónoma.

Da mesma maneira que o apoio dos 10 cêntimos por litro de gasóleo que foi atribuído e aplicado a nível nacional também se aplicou aos Açores, também este apoio que foi redigido exatamente nos mesmos termos, devia ter a mesma aplicação.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E por isso, muito estranhámos quando, por um lado, um apoio foi aplaudido pela sua aplicação na Região e, por outro, um outro apoio é considerado um risco para a autonomia.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso, nós não partilhamos dessa opinião.

A nossa argumentação é sólida, pois é uma reivindicação justa e efetivamente a não aplicação deste apoio na Região é, nada mais nada menos, do que uma discriminação feita pelo centralismo de Lisboa.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo?

Vou cumprir o Regimento e não vou fazer qualquer tipo de referência às posições e intervenções dos outros partidos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas custa, custa muito. Mas é esta a disciplina parlamentar que é preciso ter.

Portanto, o PPM votou favoravelmente este diploma...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque é proponente, ponto!

O Orador: ... porque se identifica em absoluto com o que ele propõe. E o que propõe é o seguinte:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exige ao Governo da República que estenda às regiões autónomas o regime geral de atribuição dos apoios financeiros ao setor agrícola e pecuário e a prorrogação e vigência do mecanismo do gasóleo profissional extraordinário, procedendo uma alteração das

portarias que aqui estão identificadas.

Nós votámos favoravelmente, porque esta é a posição que nos parece justa. E porque não temos dúvidas em relação a esta matéria de que o Estado, no âmbito das suas funções, deve integrar as regiões autónomas neste tipo de apoios, como aliás, já se fazia, porque isto é a prorrogação de outras medidas em que a Região já estava incluída, até foi felicitada por deputados que aqui estão presentes neste Parlamento e que não do PPM, na altura, mas que é a posição que o Estado deve ter. E, por isso, votámos com toda a convicção.

Nós o que fazemos aqui é política com coragem, com frontalidade. Nós votámos favoravelmente aquilo com que concordamos. Não votamos por motivos táticos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque do ponto de vista político, votar contra uma proposta destas, poderia ser muito mal recebido pelos agricultores açorianos. E isso assusta muita gente.

Por isso, nós tivemos aqui a coragem de dizer “nós concordamos”, “nós exigimos”, “nós estamos de facto, entre aqueles que exigimos”.

Agora, parece que somos 57 a exigir, mas antes desta iniciativa não éramos tantos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E só por isso, esta iniciativa já valeu a pena ser aqui votada, porque apresenta a vontade do povo açoriano.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que esta é a vontade e a interpretação da maioria esmagadora do povo açoriano.

Por isso, nós fazemos a política, tomando as nossas posições com sentido de responsabilidade em defesa da Região Autónoma dos Açores, em defesa do povo dos Açores e com coerência. Votamos favoravelmente aquilo com que concordamos.

Se nós tomássemos uma atitude - e vou terminar, Sr. Presidente - de votar favoravelmente com o medo das repercussões que isso poderia ter na opinião

pública, então que género de política é esta em que se não se tem a coragem de assumir as posições? Que género de política é esta?

Que género de políticos somos nós, quando não assumimos integralmente aquelas que são as nossas responsabilidades?

Não concordamos, votamos contra!

Concordamos, votamos a favor!

A apolítica, tem que ser clara e transparente. Tem que ser feita com coragem, com coerência. E foi isso que o PPM fez aqui. Votou uma iniciativa com a qual concorda.

Deputado José Ávila (PS): O senhor lembra-se dos encaminhamentos?

O Orador: Por isso, espero bem, que tendo o apoio unânime deste Parlamento, isso seja um sinal muito forte que chegue às diversas entidades que vão ter desta resolução conhecimento, como o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e os grupos e representações parlamentares nela representados, também o Primeiro-Ministro, a Ministra da Agricultura e Alimentação e o Secretário de Estado da Agricultura.

Por isso, a quem ela se dirige, já vão ter uma mensagem do povo dos Açores:

Os 57 Deputados, a unanimidade do Parlamento dos Açores, exige que os pagamentos sejam feitos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Não havendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um ligeiro intervalo, eu preciso e a Mesa também.

Regressamos às 18h35.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 41 minutos.

Vamos entrar no ponto 17 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 91/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março de 2022 – Estabelece medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para justificar a urgência.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo (está aqui sozinho, mas com boa companhia):

Para tentar justificar a nossa urgência. Mais do que uma urgência, é uma emergência, uma emergência climática. Uma redução de plásticos relativamente ao consumo individual, daquilo que nós podemos ainda reduzir mais.

Tendo em conta o findar da prorrogação neste mês relativamente a este diploma, urge também verificar os cadernos de encargos que o próprio Governo tem com algumas entidades relativamente à Administração Regional, nomeadamente, e é em apenas um único ponto que nós queremos fazer essa alteração. Por isso, nós queremos justificar essa urgência como sendo essencial que fosse neste mês.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para o debate do pedido de urgência.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para a apresentação da iniciativa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É tempo de reiterar que a defesa do ambiente é parte integrante do ADN do PAN e tem servido de bússola política à governança regional, colorindo de verde as decisões políticas. O PAN assume a missão de defensor da sustentabilidade da nossa casa comum.

Temos por objetivo contagiar mentalidades e inflamar a transição para comportamentos eco sustentáveis, alterando o modelo relacional da sociedade com o ambiente.

Vigora um novo paradigma nos padrões de consumo, destinados a reverter a pandemia do plástico, enquanto derivado dos combustíveis fósseis, na origem da crise climática e, respetiva, emergência do seu combate.

O mundo discute a celebração de um tratado global para combater a poluição proveniente do plástico, com imposição de limites à produção de plástico, através de criação de quotas.

A produção de plástico aumentou 200 vezes desde o século XX. Em 2022, a produção mundial de plástico era de 450 milhões de toneladas por ano, perspetivando-se a sua duplicação até 2045 e triplicação até 2060.

Daqueles 450 milhões, 9% é reciclado e cerca de 11 milhões de toneladas por ano despejadas nos oceanos.

Os resíduos de plástico são um problema ambiental premente, com largo impacto nos oceanos, temos um “mar de plástico”.

A aposta deve incidir no primeiro R da política da ecologia: reduzir. Prevenir a produção de resíduos, reduzindo a sua produção.

Em Portugal, o uso de plástico em maior escala ocorre em embalagens – cerca de 40% – com uma vida útil de poucos minutos, mas que pode levar centenas de anos a decompor-se e, mesmo quando são reciclados, libertam microplástico ou nanoplástico – 6% a 13% do plástico reciclado é libertado na água ou no ar.

Temos de «pensar global, agir local», automatizar o gesto de reduzir a produção de resíduos, despertando a consciência individual para a importância de pequenos contributos com impacto global. É esta a mensagem que devemos passar, agindo em consonância. Não seguindo o exemplo do passo atrás dado pela República no combate aos plásticos.

Urge um comportamento racional na redução imediata do consumo de produtos compostos por plásticos, alterando o modelo de consumo linear, reduzindo o tráfico ilegal de resíduos, a falta de transparência na declaração das embalagens existentes, e a incineração.

Um dos objetivos do *Pacto Português para os Plásticos* passa pela eliminação, até 2025, dos plásticos de uso único, como a película aderente em PVC, utilizada no embalamento de produtos alimentares.

É por isso que hoje vos propomos reduzir o plástico nas cantinas e refeitórios dos órgãos da Administração Pública regional, através do fim do embalamento do pão em plástico, com a respetiva redução dos encargos para o erário público.

O pão é comercializado nos estabelecimentos comerciais sem necessidade de embalamento individual, não levantando problemas de higiene. O seu transporte a granel ou em sacos de papel e a utilização de instrumentos para o manuseamento, evitando o contacto direto, através de tenazes, não colide com a higienização do pão e com os preceitos de saúde pública.

Esta medida, apesar de ser apenas uma pequena alteração, transmuta-se num grande impacto para a Região. Um impacto positivo e bastante significativo na

redução de plástico.

É tempo de acelerar a mudança! É agora Senhoras e Senhores: «pensar global, agir local».

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que nos é apresentada pelo PAN, consideramos que permite, realmente, melhorar o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022, de 4 de março, e impedir que ainda possa acontecer o acondicionamento do pão em embalagens não reutilizáveis de plástico. Mesmo que estas depois sejam corretamente encaminhadas, não deixa de ser uma produção de resíduos de plástico que não é necessária.

São vistas, por nós, no dia a dia, as nossas alterações de hábitos, a substituição de plástico de palhinhas, de palhas, de colheres, de pratos, de pacotes individuais de molhos, por outro material que não plástico. No entanto, verificamos, daí a necessidade desta alteração, que ainda é requisitado, contratualizado ou, pelo menos, não impedido pela Administração Pública a utilização destes produtos de utilização única de plásticos.

Como já referimos aquando do PEPGRA, consideramos que, desde a colocação em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022, deveria ser retomada, realmente, a prevenção e a proibição da utilização dos sacos de plástico, com mais destaque desde o dia 1 de junho, e que esta mesma devia ser acompanhada com a sensibilização geral para o comércio e a restauração, para que tal não aconteça, neste caso para a Administração Pública, para que tal não seja utilizado.

Concordamos com a proposta. Iremos fazer algumas questões, pelo menos, de

sensibilização e de calendarização ao Sr. Secretário, mas que colocarei posteriormente, uma vez que já não se encontra.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN apresenta-nos aqui uma proposta para que, nos órgãos da Administração Pública Regional, no Serviço Regional de Saúde, em estabelecimentos escolares, seja proibida a dispensa de pão em embalagens de plástico e a sua substituição por embalagens de papel ou embalagens cujo componente principal não seja o plástico.

É uma medida que é coerente, está em linha com aquilo que é a propositura do Governo e desta coligação, que é o nosso compromisso com o cumprimento das metas ambientais nacionais e europeias.

E obviamente que devemos começar pela nossa casa a dar o exemplo. Esta medida vem, obviamente, dar esse exemplo, não só da atitude que devemos ter enquanto cidadãos, do comprometimento que temos ou que devemos ter enquanto sociedade, mas também um exemplo nas escolas aos mais jovens. É mais um reforço nesta consciencialização ambiental, na qual estamos todos comprometidos. E, portanto, somos favoráveis à proposta do PAN.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vieira.

(*) **Deputado Ricardo Vieira (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta alteração que o PAN promove é, no nosso entender, um bom aporte ao Decreto Legislativo em vigor.

E por vir ao encontro do que são os princípios e linhas orientadoras do Partido Social Democrata nesta matéria de ambiente, iremos acompanhar com naturalidade esta iniciativa com o nosso voto favorável.

Obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Chega acompanha este projeto. Tal como falamos ainda esta semana, como dizia o meu colega ainda há pouco, temos que começar a dar o exemplo. E começar a dar o exemplo pelas escolas é talvez o caminho, talvez seja este o caminho. Se nós queremos fazer alguma coisa para mudar, pois que seja assim, comecemos pelas escolas e demos o primeiro passo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Traz-nos a Representação Parlamentar do PAN um diploma que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março, relacionado com medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única. Com este diploma, aprovado a 13 de janeiro de 2022, os estabelecimentos de venda ao público ficam sujeitos a novas regras, não podendo disponibilizar vários produtos de utilização única, onde se inserem os sacos de plástico, ficando proibido aos comerciantes disponibilizarem ao consumidor sacos de plástico de utilização única para

embalagem primária de produtos vendidos a granel, com exceção da carne, peixe e seus derivados.

O proponente tinha uma alteração a um ponto do artigo 6.º, mas que, entretanto, foi retirado, o que a nosso ver foi uma boa opção. Fica a alteração ao artigo 9.º, acrescentando um ponto em que notamos, sim, ser um melhoramento significativo da legislação, relacionado com um produto embalado por um plástico, na medida em que o pão, na nossa vivência, sempre foi disponibilizado sem esse invólucro desnecessário.

Assim sendo, votaremos favoravelmente a alteração do diploma.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu prometo que só vou falar 10 minutos.

Nós temos, reiteradamente, falando aqui de metas de reciclagem, de resíduos urbanos e de uma série de coisas, que, às vezes, até parece que num passado ainda não longínquo nós produzíamos esse tipo de resíduos. E este dos plásticos microperfurados para acondicionamento do pão é um belo exemplo daquilo que as gerações que não estavam sensibilizadas para essas questões não faziam.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa parte é importante!

O Orador: Porque nós já comemos mais pão do que comemos hoje, porque já foi mais base da nossa alimentação do que é hoje. Nós já fomos muitos mais do que somos hoje, mas com o pão poluíamos muito menos do que poluímos hoje.

Este diploma que nos traz o PAN ou esta alteração ao diploma que nos trouxe o Governo é, de facto, um bom exemplo, quando nos fala aqui dos plásticos microperfurados, daquilo que foi o retrocesso civilizacional a que assistimos nos

últimos 20 anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E, portanto, associe-me claramente, Sr. Deputado Pedro Neves, a essa sua iniciativa, porque ela vem ao encontro daquilo que todos temos andado aqui a falar: produzir menos resíduos, ou seja, o primeiro R – reduzir. E só assim podemos concluir o resto do ciclo dos outros 2 R's.

Bem haja pela sua iniciativa. E terá o voto favorável da Iniciativa Liberal.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Alexandra Manes, tem a palavra.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabemos bem da importância da necessidade de reduzir a utilização de plásticos, pelos efeitos nocivos que estes trazem ao ambiente, aos oceanos e, por consequência, à nossa própria saúde. No entanto, embora a maioria das pessoas já tenha conhecimento destes efeitos nocivos, é necessário que se mudem hábitos e mentalidades, de forma a que haja uma verdadeira consciência do quão importante é reduzir o plástico nas nossas vidas, bem como aumentar a sua reutilização e reciclagem.

A maioria dos plásticos demora anos a decompor-se, acumulando-se, o que resulta em riscos para a saúde das pessoas, animais e plantas.

Não podemos omitir os vários estudos que apontam danos provocados por micro e nanoplásticos em plantas e animais marinhos, bem como em humanos. Sendo que as principais causas da contaminação por essas partículas ocorrem através das vias aéreas, contacto com produtos de uso pessoal e por meio do consumo de alimentos e água, provocando danos no organismo, ou seja, os impactos ocasionados pelos plásticos afetam todo o ecossistema.

E não necessitamos de ir muito longe, aqui nesta ilha, por exemplo, há uma enorme acumulação de microplásticos no areal do Porto Pim.

Na verdade, o uso obsessivo destes materiais tem trazido inúmeros problemas ao meio ambiente. A ONU estima que todos os anos 8 milhões de toneladas de plástico vão parar aos oceanos, levando 100 mil animais marinhos à morte. Além disso, esta instituição afirma que, caso o ritmo de consumo continue o mesmo, em 2050 pode haver mais plástico do que peixe no oceano.

Sendo os oceanos responsáveis pela maior parte do oxigénio na atmosfera do planeta, regulando o clima e garantindo a alimentação de milhões de pessoas e animais, é realmente necessário e urgente haver uma responsabilidade social de todas e de todos, para que, embora já numa luta contra o tempo, se possam minimizar os danos.

Portanto, reconhecemos a grande importância do Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime de redução de consumo de produtos de plástico de utilização única nos Açores, pelo papel importante que tem. Aliás, não só reconhecemos a importância deste regime, como temos mostrado ao longo dos anos a nossa preocupação com esta matéria em diversas iniciativas e ações públicas.

Como tal, vamos acompanhar a proposta que nos traz aqui a Representação Parlamentar do PAN, pois contribui fortemente para a diminuição da utilização e, conseqüentemente, da produção de produtos plásticos, reduzindo a produção de resíduos.

Não quero terminar sem antes fazer um agradecimento a todos os movimentos sociais que limpam as nossas costas, as nossas praias, as nossas ribeiras, mesmo quando estes ativistas são considerados ativistas simplórios.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu não vou conseguir ter a mesma hipocrisia que têm aqueles senhores que vão para as cimeiras do clima, cada um no seu jatinho particular, discutir como é que os outros hão de não poluir. Eu não vou conseguir fazer isso.

E também não vou conseguir fazer isso aqui nesta sala, porque eu, bastas vezes, já tenho falado em redução de consumíveis, em redução de energia, em redução de tantas outras coisas que nós, enquanto parlamentares, se calhar, estaríamos moralmente obrigados a tal, que não fazemos e que agora queremos impor à população em geral, nesse caso aos funcionários das escolas, que não usem aquele saquinho de plástico, aquela miséria daquele saquinho de plástico. Não, eu não vou fazer isso. Eu compreendo o princípio. Eu sou 200% de acordo que é preciso reduzir o consumo de plástico, mas, acima de tudo, é preciso é dar bom destino ao plástico.

E, por isso, eu não consigo ter a hipocrisia dos tais senhores das cimeiras do clima e dizer: faz o que eu não consigo fazer. E, por isso, vou-me abster nesta votação, porque a convicção que tenho é que não temos moral para impor às pessoas que deixem de usar o saquinho plástico, porque se elas derem um bom destino ao saco de plástico, Sr. Deputado, eu continuo a achar que não é a pior das soluções.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, nós não estamos a impor nada às pessoas. Neste caso, as únicas pessoas de que nós estamos aqui a falar é dos Membros do Governo, quando fazem os cadernos de encargos, que, às vezes, é por defeito, porque é similar em termos das entidades, para ser retirado isso, porque isso não ajuda.

Aliás, nós não estamos sequer a obrigar as panificadoras. A maior parte das

panificadoras pedem-nos isto, porque estamos a falar de quilos e quilos, estamos a falar de centenas de quilos. Se juntarmos todas as panificadoras dos Açores que dão às cantinas da Administração Regional, são centenas de quilos por dia. Não é assim tão pouco.

Não estamos a ser nem fundamentalistas, nem radicais, nem absolutamente nada. Estamos simplesmente a dar o exemplo. Estamos a pedir ao Governo. Neste caso não é pedir, é um DLR.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Para não falar dos custos!

O Orador: Já para não falar dos custos, muito obrigado, Sr. Deputado Rui Martins, do custo para as empresas e do custo também para o Governo, que vai ter que pagar esse serviço, que era usado e foi continuado apenas por causa da Covid. Agora já é desnecessário.

Tanto que, se for a uma padaria, não lhe vão dar num invólucro individual, agarram numa tenaz e dão, obviamente, ao Sr. Deputado, que, provavelmente e pela sua conversa, deve ter um saco plástico e não um saco de pano.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça o favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, eu, de vez em quando, vou à padaria da minha terra, que não digo aqui o nome para não fazer menção à empresa em questão, mas, quando vou lá buscar pão, e sou das poucas alminhas que vai lá buscar pão, porque, normalmente, as pessoas vão lá buscar doces e, depois, percebe-se os problemas de obesidade que a nossa Região tem, mas eu sou das poucas alminhas que vai lá buscar pão e sou ainda das poucas alminhas que leva a saquinha de pano para ir buscar pão.

Portanto, o senhor não vá dar essa lição, porque eu não aceito! E, se calhar, até na próxima vez que eu vier para este Parlamento, trago a saquinha com que costume

ir comprar pão, para mostrar ao senhor. Ela está lá, estimadinha. E todas as vezes que vai buscar pão, ela vai e vem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura... e Ambiente.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): O Sr. Presidente da Assembleia, às vezes, também gosta de dizer uma piadazinha, engraçado...

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também, dar o nosso contributo enquanto órgão executivo e dizer que essa alteração é concretizável. É, de facto, um exemplo e toma a dianteira daquilo que é uma progressiva eliminação dos produtos de origem do petróleo, no caso os sacos de plástico.

Vem de encontro àquilo que temos defendido no âmbito da sustentabilidade ambiental. E será aplicada logo que seja publicado o Decreto Legislativo, porque isto é um Decreto Legislativo. E, portanto, mal seja publicado, obviamente que o Governo tem que executar.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos então passar à votação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 91/XII. Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 91/XII foi aprovado por maioria, na generalidade, com 24 votos favoráveis do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para uma tomada de atenção, tanto à Mesa, como também às Sras. e aos Srs. Deputados, relativamente ao artigo 4.º, na alteração, porque eu vou pedir uma correção em sede de redação final, para que não houvesse outra alteração. Eu fiz uma eliminação relativamente a uma alteração. Essa eliminação não aparece aqui. Mas, depois, houve um esquecimento da parte do PAN na entrada em vigor. E é só para tirar o artigo 6.º. Então, na redação final poderá ser retirado. Eu pedia essa atenção. Era uma entrada em vigor no imediato e não, obviamente, falar sobre o artigo 6.º, n.º 3, que nós retirámos e eliminados.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Peço que tenham então em atenção essa questão na redação final.

Vamos votar o primeiro artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O primeiro artigo foi aprovado por maioria, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Em relação ao artigo 2.º, há duas propostas de alteração, uma de eliminação e outra de alteração. Pergunto à câmara se posso votá-las em conjunto.

Estão à votação a proposta de eliminação e a proposta de alteração, apresentadas pelo PAN, ao artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: As alterações introduzidas ao artigo 2.º foram aprovadas por maioria, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º do diploma com as propostas que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação os artigos 3.º e 4.º em conjunto. Estão à votação os artigos 3.º e 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 3.º e 4.º foram aprovados, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação global, foi aprovada, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 abstenção do Deputado independente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar na nossa agenda para o ponto 19: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 167/XII – “Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo para a construção de uma estrada alternativa de acesso à Ribeira Quente”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Chega.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para justificar a urgência.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se pelos recentes acontecimentos que tivemos e pelo facto de o estudo nunca ter sido feito. Há que dar este começo, por isso achamos que era oportuno. E sendo tão em cima do acontecimento, não ficar mais uma vez o assunto esquecido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para o debate da urgência. Não havendo, vamos votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado

por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame e Comissão, dou a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco para a apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A passagem da depressão Óscar (penso que é depressão, tempestade ou depressão...), recentemente, mostrou a fragilidade da estrada da Ribeira Quente, que não é novidade para quem mora em São Miguel e frequenta aquela zona. É tudo uma questão de tempo.

Nós entendemos que sim, o semi-túnel é uma solução. Não é a solução, mas é uma solução. Mas a verdade é que o semi-túnel é curto, é bastante curto.

Mas, na nossa proposta, nós também apontamos não só a criação da estrada alternativa, que está prometida desde 1997, e há documentação sobre isso e os vários relatos que foram feitos ao longo dos anos, mas também é certo que temos que manter aquela estrada.

E observando e estando lá no local, como eu estive e, se calhar, mais algum Sr. Deputado, nós percebemos claramente que é um barril de pólvora, digamos assim, o que ali está feito. E facilmente aqueles 300 metros de escarpa, que já estão na vertical e alguns deles sem vegetação, vão acabar por cair. É uma questão de tempo.

A verdade é que uma freguesia não pode ficar isolada. Tanto é certo que, durante este período, houve até ali 60 pessoas, algumas crianças, etc., que ficaram condicionadas. Nós temos que ter uma alternativa.

Aqui falamos da Ribeira Quente, mas podemos falar, dentro de São Miguel, dos Mosteiros, por exemplo, que não com o mesmo grau de gravidade, mas que também é uma estrada que, acontecendo algo, ficará completamente isolada a freguesia.

No caso da Ribeira Quente é dramático. É dramático porque nós temos o dever de garantir a segurança das populações. Tanto é certo que o que aconteceu em 1997 estava identificado e não se fizeram as devidas diligências.

Estamos aqui de boa-fé para começarmos a fazer aquilo que é certo, que é prevenir. Existem alternativas. Elas existem. Eu não sou engenheiro, não as vou dizer, mas houve quem as promettesse e houve até quem dissesse que ia ficar pronto. A verdade é que não ficou.

Também é certo que ao lado da Ribeira Quente, na freguesia de Água Retorta, houve uma estrada construída que criou a polémica que criou. E a pergunta, às vezes, nestas coisas, é: mas o que é que era mais importante, proteger uma freguesia ou proteger meia dúzia de casas de veraneio?

Bom, esses dois pontos são bastante importantes. Um é estudarmos, e aqui não pedimos a construção, mas sim fazer o estudo da alternativa à Ribeira Quente e perceber, sendo que a construção há de vir no seguimento disto, que é dever do Governo Regional. E o segundo é nós termos que proteger aquela estrada.

E por tudo aquilo que eu vi, e perdoem-me também a franqueza, eu acho que não é com semi-túneis. Eu acho que os semi-túneis podem proteger as pessoas em caso de catástrofe, que estão ali a circular, mas não vão proteger o resto. E o resto é a ribeira e o que está ali à volta, que nós vamos ter um problema mais tarde. E o problema mais tarde é a pouca-vergonha que vejo naquelas ribeiras, completamente entupidas de lenha, de canas. E não há limpeza, não há absolutamente nada. Aquela é visível. O que me preocupa são as ribeiras que são invisíveis, aquelas que nós não temos acesso ou que não vemos do caminho ou que é muito difícil o acesso. Há que ter cuidado com isto. Se nós queremos fazer diferente, temos que começar hoje.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Contente, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu bem sei que nós vivemos num tempo em que alguns gostam de transformar os defeitos em qualidades, a inexperiência como uma grande qualidade também de quem está fora dos sistemas, a incompetência como autenticidade e, também, as chamadas *fake news* como quem não se preocupa e tem grande liberdade de espírito.

Mas é bom que se reponham algumas verdades aqui em relação a este assunto. Quem anunciou, depois da catástrofe da Ribeira Quente, que era importante haver alternativas para a Ribeira Grande, está aqui, como Deputado Regional, passados esses anos todos. E não está arrependido! Não está arrependido porque foi uma atitude proativa perante as calamidades que se iniciaram nesse ano e que, já agora que se fala tanto em calamidades, chegaram a importar, até 2001, 500 milhões de euros.

E com muita incompreensão, também, da República. Basta dizer, entre parentes, que o sismo do Faial pediu um orçamento rectificativo em 2002, e estava lá sentado na Presidência da Assembleia da República o Dr. Mota Amaral e o Deputado Joaquim Ponte, e chumbaram esse orçamento rectificativo para o endividamento do sismo do Faial.

Portanto, a história não é feita de 24 anos. A história é feita de 23 anos, dos quais 20 foram com maioria absoluta...

Presidente: Sr. Deputado José Contente...

O Orador: ... e quatro foram sem maioria absoluta, como os senhores têm agora. Portanto, quando falarem em 24 anos, lembrem-se que estão a 16 meses de 24 anos, porque eu acho que esse argumento não só é falacioso, como não faz sentido nenhum quando falam nos legados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto não é um Governo do PSD, é de coligação!

O Orador: Bom, sobretudo, em relação à Ribeira Quente, eu devo dizer que foram feitas obras num montante de quase 6 milhões de contos, que agora são 25 milhões de euros. Quais obras? O porto, o heliporto, a avenida marginal, a reposição de todas as casas destruídas, um loteamento novo, obras de reparação e de contenção nas ribeiras, situações de reparação nas próprias estradas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó tempo, volta para trás...

O Orador: E foram feitos, à data, dois estudos, um pelo gabinete chamado COBA e outro, também, que foi encetado, depois, pela Secretaria da Agricultura e Pescas e pelo Governo Regional, ...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: ... no sentido de poder fazer uma alternativa pelo Agrião, que, quem conhece a zona, nos últimos 800 metros os taludes são muito abruptos e se verificou que só passava lá uma moto 4 e, portanto, era impossível fazer essa dita estrada alternativa. Portanto, não foi por falta de vontade nem de investimento que houve um trabalho grande e aturado na Ribeira Quente.

E houve outra coisa que devia ser retomada neste momento e que foi feita em parte naquela zona, que foram as chamadas valas de crista naquela zona superior, que descarregaram a água para algumas linhas de água, para impedir que a lixiviação da água, ou seja, que o descarregamento de água nos taludes levasse a novas *landscapes* ou escorregamentos, como queiram.

E isso deve ser entendido e atendido, provavelmente, nos estudos técnicos e nas obras que vão ter que continuar. Mas também se chegou à conclusão e pôs-se em marcha um projeto mais definitivo, de maior segurança para a estrada, que, aliás, tem uma história curiosa: o Sr. Deputado Paulo Estêvão, como é monárquico, pode querer saber que foi a partir do Rei D. Carlos, em 1901, que a estrada começou a ter alguns desenvolvimentos. Eu depois posso-lhe contar a história, particularmente.

E é importante que se saiba que aquele túnel e semi-túnel que foi construído é, para o Partido Socialista, e isso já foi dito pelo Presidente do PS/Açores, a solução que este Governo, e bem, está continuando e que vai servir para, em termos de rapidez e de realismo financeiro, poder dar maior segurança àquela via de 6 km. Por outro lado, já foi dito aqui, e era importante que as nossas ilhas todas tivessem essa possibilidade, mas eu conheço várias localidades em que há só uma possibilidade para lá chegar. E as pessoas continuam há 500 anos a lá viver. E, portanto, sejamos sensatos e realistas. E eu penso que a solução sensata, realista, financeiramente adequada e possível é continuar, de facto, não só a melhorar as obras de contenção do curso da ribeira, fazer algumas obras para encaminhar a água para linhas de água para que não haja escorregamentos e continuar nas zonas mais críticas esses semi-túneis.

E como é que se sabe quais são as zonas mais críticas? Sabe-se vendo qualquer carta orográfica, alguns saberão isso, quando as curvas de nível são muito apertadas, obviamente, isso significa um talude mais abrupto e, portanto, é aí que, normalmente, quando chove muito... E já há, felizmente, no CIVISA, métodos para poder dar informação de grande pluviosidade, que normalmente condiciona e implica esse tipo de situações. Isso também deve servir para que se tomem as devidas precauções em termos de colocação de maquinaria no princípio ou no fim da freguesia e para que também haja a possibilidade de, mais facilmente e mais depressa, acorrer a essas matérias.

Portanto, sem demagogias e sem aquela discrição, que agora muitos gostam de falar de narrativa da estrada da Ribeira Quente, eu não me preocupo nada de ter avançado por isso, porque também sou responsável, nessa estrada em particular e nessa freguesia, pelos 6 milhões de contos ou quase 30 milhões de euros de obras que foram lá feitas.

E, por isso, em relação a situações que têm a ver com estradas, com segurança, que têm a ver também com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos

Açores, que foi modernizado face a essas calamidades, em que o investimento passou de 250 mil contos para 1 milhão de contos no tempo da altura, em que houve mais formação e sensibilização dos bombeiros, em que houve uma grande percentagem de situações em todos os corpos de bombeiros relacionadas não só com as viaturas, como também com novos equipamentos – hoje, toda a gente fala que é importante haver desfibriladores automáticos de emergência, pessoal ligado a situações de pré-salvamento em termos hospitalares, pois, eles aí estão! –, há um novo Plano Regional de Emergência que foi construído nessa situação, tudo isto é importante, tudo isto tem a ver com a estrada da Ribeira Quente, tudo isto tem a ver com a segurança dos açorianos. Mas não sejamos demagógicos, porque a segurança é um bem inacabado. E qualquer Governo que seja vai ter que continuar a aprofundar a segurança, até porque as questões que impendem sobre a Região Autónoma dos Açores, sob o ponto de vista climático, mas também sismo-vulcanológico, assim o obrigam a qualquer Governo responsável, agora e no futuro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Srs. Deputados:

Falar da Ribeira Quente, do acesso à Ribeira Quente, necessariamente, convocamos, sempre, para a evocação da memória daqueles que faleceram no trágico dia 31 de outubro de 1997. Nesse dia, como em tantos outros dias e momentos da história daquela freguesia, fustigada ao longo da história por situações que a

natureza, que tanto beneficia aquela localidade, também lhe impôs ao longo do tempo.

Mas isso não significa, todavia, que não façamos a avaliação do que ali foi feito e do que ali falta fazer. O acidente de 1997 abriu portas para um investimento grande, estrutural, determinante, para alterar, eu diria, até a configuração da freguesia, nomeadamente com a construção da sua avenida litoral, com todas aquelas obras que o Sr. Deputado José Contente teve a oportunidade de dizer e às quais eu também acrescento, porque não referiu, o desbaste dos taludes da praia, que também melhoram significativamente a segurança naquela zona balnear, muito procurada durante o verão.

Dito isto, há um outro lado, também, para nos determos. Eu gostava de falar da promessa, gostava de falar do disfarce, gostava de falar também das mentiras, gostava de falar do resultado, do descaramento e do futuro.

Indo por partes, a promessa. A promessa é uma estrada alternativa prometida aos ribeiraquentenses, no dia 31 de outubro de 1997.

O disfarce. Passados quatro anos, em 2001, precisamente nesta Casa, um Deputado do Partido Socialista, o Deputado João Ponte, já dizia: “Só faz sentido falar-se numa via alternativa no caso de situações de emergência, porque a atual via que liga a Ribeira Quente não está saturada do ponto de vista de circulação automóvel. É preciso não esquecer [dizia] que vão existir duas vias alternativas à Ribeira Quente, uma por mar, que é o porto, outra por ar, que é o heliporto.”

Vamos às mentiras. Passados 10 anos sobre a catástrofe, Carlos César anuncia, como um compromisso pessoal, “que até ao fim do ano de 2007 seria lançada a empreitada de construção de um caminho florestal entre a Povoação e Ribeira Quente”. Nesse mesmo ano, numa cerimónia invocando os 10 anos da catástrofe, o então Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, o Deputado José Contente, dizia que “o projeto tem vindo a ser maturado ao longo do tempo”. Já tinha 10 anos de maturação. Dizia o Sr. Secretário Regional: “O projeto da estrada

alternativa está, neste momento, nos últimos 800 metros, para se tomar uma de duas decisões sobre o seu traçado, ou pela zona dos Tambores ou pelo lado do Agrião, sendo esta última, pelo lado do Agrião, de acordo com os projetistas [estava bem escudado em projetos e em estudos], aquela que será a mais adequada para finalizar um primeiro traçado, que já está traçado [a redundância é do Sr. Secretário Regional] e que tem vindo a ser trabalhada.” E, depois, acrescentava: “Ficando os últimos 800 metros para 2008.”

Quatro anos depois, em 2012, Boletim da Junta de Freguesia da Ribeira Quente: Carlos César salientou, numa visita à freguesia, “que aguardam uma opção técnica exequível e disponibilidade financeira para o investimento”.

Em 2015, vamos com 18 anos sobre o trágico dia 31 de outubro de 1997, na apreciação de uma petição entregue a este Parlamento por um residente da Ribeira Quente, acompanhado, depois, da subscrição de mais de mil cidadãos, dizia o Sr. Deputado José San-Bento: “A ideia de construção de um acesso alternativo à Ribeira Quente foi abandonada após diálogo entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Povoação, tendo-se concluído [vejam só isto!] que qualquer solução alternativa à atual via não garantia mais segurança.” Faltavam 800 metros, iam ser construídos em 2008. Em 2015, tinham chegado à conclusão de que nenhuma estrada alternativa daria mais segurança.

Na audição para essa mesma petição, o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, Carlos Ávila, do Partido Socialista, dizia: “Toda esta reflexão tem resultado de um íntimo diálogo entre o Governo Regional e a Câmara Municipal.” Estão todos de acordo quanto ao abandono de uma estrada alternativa.

E dizia: “Todas as soluções estudadas foram abandonadas por se revelarem tecnicamente inviáveis.” O traçado estava definido, faltavam os 800 metros, os projetistas até diziam qual era a melhor das alternativas... Agora, tecnicamente, tudo inviável.

E, depois, acrescentava o Sr. Presidente da Câmara: “Hoje em dia [2015], há

muito maior facilidade em chegar à Ribeira Quente, que não havia em 1997, nomeadamente por via aérea e por via marítima.”

Ainda na mesma petição, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Quente, Gualberto Rita, dizia assim, e esta declaração é muito importante, para chegarmos depois a 2023: “Atualmente, já não se fala em via alternativa. E no que a Junta está empenhada é na solução que está a ser implementada, isto é, de se fazer uma intervenção na estrada atual.”

Resultado: de 1997 a 2020, o tempo não foi suficiente para que se fizesse a estrada alternativa. E as intervenções realizadas na estrada existente foram muito pouco significativas, ainda que melhorando nalgumas zonas a montante do túnel, sobre a Ribeira Suja, mas deixando toda a zona mais frágil, mais vulnerável e mais insegura para tempo depois.

Vamos ao descaramento. Dia 7 de junho, há nove dias atrás, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Quente... Reparem que o anterior, em 2015, diz que está abandonado, o que interessa é a estrada atual. Diz o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Quente: “Insistimos na necessidade de um acesso alternativo à freguesia, que é reivindicado pela Junta há muitos anos.” O que é que mudou? O Governo, que agora não é do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Comunicado do Partido Socialista, no dia 9 de junho: “Considera-se ser fundamental estudar soluções técnicas. A solução para ali [ali é a estrada da Ribeira Quente] é prologar a solução técnica que está já em execução. É isso que é urgente” – diz-nos, terça-feira, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Finalmente, passada a promessa, passado o disfarce, passadas as mentiras, passado o resultado, passado o descaramento, vamos ao futuro. O futuro imediato é continuar a trabalhar naquela estrada, como, aliás, o Governo Regional já se comprometeu, mas isso não dispensa um estudo técnico sério, profundo, e não uns rabisquinhos que foram feitos no tempo do Sr. Deputado José Contente, ex-

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... que este Parlamento requereu cópia, e até hoje se foi entregue.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser mais rápido, vou ser mais breve, mas só porque o essencial já foi dito pelo Sr. Deputado Joaquim Machado. Esta descrição da história é muito importante, porque mostra um conjunto de incongruências do percurso político do Partido Socialista nesta matéria. E, portanto, isso é bastante importante. E como bom professor de História, veio aqui recordar, documentadamente, ou seja, fez aqui um conjunto de referências a um conjunto de documentos.

Sr. Deputado José Contente, eu valorizo muito, também, apesar de V. Exa., às vezes, sofrer de alguma partidarite aguda e daqueles devaneios no Açoriano Oriental, aquela coluna apocalíptica, mas, apesar disso, Sr. Deputado, valorizo a sua experiência, o seu percurso, as responsabilidades que teve nesta Região e considero que a sua opinião deve ser valorizada com a experiência que tem e a experiência que teve no âmbito do desempenho destes cargos.

Mas, no essencial, V. Exa. concorda com a iniciativa que aqui é apresentada, ou seja, que é uma iniciativa que eu não considero que não seja sensata, porque, vamos ver os dois pontos, os dois pontos são: “Realize um estudo de viabilidade

para a construção de uma estrada alternativa de acesso à Ribeira Quente”. Portanto, o que se pede é que se faça um estudo para saber se é tecnicamente possível e se garante maior segurança. Portanto, o que aqui é recomendado, eu penso que é sensato.

E, depois, a seguir, o segundo ponto é: “Que, no mesmo estudo, se averigue de que forma é que se pode melhorar, substancialmente, a estrada existente.”

Parecem-me dois pontos resolutivos cheios de sentido comum, com muito pragmatismo. É preciso fazer.

E da parte do PPM, esta iniciativa do Chega, que, eu repito, é sensata, nós vamos viabilizar.

É preciso, realmente, fazer um estudo, um estudo que tem que ser mais completo do que aquele que terá sido realizado e que nunca foi divulgado junto do Parlamento. E, portanto, o que aqui é preciso é que este estudo seja feito por técnicos qualificados, que tenham o rigor que é necessário, para se saber se é possível fazer esta estrada alternativa, porque a verdade é que se continua a demonstrar, ano após ano, que aquele acesso é um acesso muito perigoso. Voltou a ficar bloqueado. Pode acontecer no futuro muito pior, por aquilo que me é transmitido.

E, portanto, temos que fazer alguma coisa. E o que é preciso fazer, desde já, com celeridade, é promover as melhorias que é possível fazer e, ao mesmo tempo, em simultâneo, preparar um estudo para se verificar se esta aspiração das populações pode ser concretizada e se, sendo concretizada, significa, de facto, que é um acesso que garante maior segurança às populações.

Este é o nosso objetivo fundamental: preservar aquela comunidade e garantir a sua segurança. E, nesse sentido, tudo o que puder ser feito por parte do Governo Regional e por este Parlamento nunca é demais.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou alongar muito, até porque o Sr. Deputado José Contente (numa versão até quase inflamada) e o Sr. Deputado Joaquim Machado fizeram o obséquio de nos elucidar o longo processo que envolve o acesso à Ribeira Quente, sobretudo depois dos eventos de 1997 (o Sr. Deputado Joaquim Machado foi um bocadinho mais contido na emoção).

Mas há algo que é factual: as características geomorfológicas da nossa Região e, nomeadamente, as vias de acesso a determinados lugares têm características de risco acrescidas e que são tanto mais graves quando essas vias são vias de acesso único, como é o caso da Ribeira Quente e como é o caso de inúmeras fajãs na nossa Região.

No entanto, fiquei a saber que houve dois estudos. Confesso que não sabia que existiam esses estudos, até porque fui, talvez, induzido em erro aqui pelo Sr. Deputado José Pacheco, que disse que não havia nenhum estudo.

Deputado José Pacheco (CH): Eu não conheço os estudos!

O Orador: Eu, na verdade, também não conheço os estudos, mas o Sr. Deputado José Contente garante que há dois estudos.

De qualquer das formas e não obstante, eu suponho que atualmente possam existir soluções de engenharia que à época até impossibilitassem alguma solução e que hoje em dia possam trazer alguma luz sobre este processo. E, por isso, talvez se justifique, então, na mesma este estudo. Por isso, obviamente, o Grupo Parlamentar do CDS vai acompanhar esta iniciativa.

E deixo uma pergunta, já agora, porque há aqui pessoas conhecedoras desde o início do processo, que é: o heliporto ainda tem certificado de utilização? Eu faço isso, porque, na verdade, a Sra. Secretária não está. Ela talvez até pudesse dizer, mas se alguém souber... Se o heliporto tem certificado utilização, isso quer dizer que continua viável esta via aérea, pronto, de retirar as pessoas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu vou ser breve. A mentira, Sr. Deputado Joaquim Machado, é que a petição não foi aquilo que o senhor disse. A petição era para a realização de obras que criem condições de segurança à circulação na estrada e não, naturalmente, para via nenhuma alternativa, como V. Exa. disse. Portanto, fique lá com a sua mentira.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu não disse nada disso!

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Disse, disse!

O Orador: Aliás, eu vou-lhe dizer mais uma coisa, Sr. Deputado: Sr. Deputado, já nos conhecemos há muito tempo, de vários debates. O senhor em manobras ensina-me, mas em obras não me ensina!

E devo-lhe dizer mais outra coisa, Sr. Deputado: este assunto foi visto com a seriedade de quem teve 500 milhões de calamidades e tinha a responsabilidade até 2008 pela habitação, mas até 2012 pelas estradas e pela Proteção Civil.

E, por isso, V. Exa., que teve outras responsabilidades, eu até acho que teve alguma síndrome da perda adquirida quando o Presidente Madruga da Costa o dispensou, mas isso não são contas do meu rosário.

Há outra coisa que eu sei da sua atitude aqui dentro e é preciso que a câmara saiba isso, e foi V. Exa. que se encaminhou para aí, para a mentira e para essas coisas: é o único Membro do Governo, nestes anos todos da autonomia, que tem uma Resolução aprovada nesta Assembleia dizendo que a sua política como Subsecretário da Comunicação Social era arrogante e sectária. Por isso, não me venha dar lições!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de ser breve. Não será muito fácil ser muito breve, mas vou fazer um esforço.

Sobre este assunto, como é óbvio, nós deparamo-nos com uma proposta que pretende que se realize um estudo sobre uma possível via alternativa à Ribeira Quente.

Logo na quarta-feira, durante o debate de urgência que nós promovemos, referi, em nome do Bloco de Esquerda, que esse estudo – e é por isso que nós vamos votar favoravelmente – não pode, de modo algum, ser qualquer tipo de pretexto ou tornar-se qualquer tipo de entrave para que aquela estrada fique como está.

O compromisso que o Sr. Presidente do Governo deixou na quarta-feira, eu espero mesmo que não seja um compromisso vão, porque seria demasiado grave que, depois de todos estes anos e depois do que sucedeu há dias, ficasse tudo na mesma.

E faço este primeiro registo. Naturalmente, nós, feita essa ressalva, vamos votar favoravelmente o Projeto de Resolução.

Agora, como é evidente, aquela estrada e aquela freguesia têm um problema muito complicado com a geografia, neste caso com a orografia. E isso tem sido, ao longo dos anos, ao longo dos séculos, uma dificuldade na vida de quem lá habita. E, efetivamente, é o que é, não há nada a fazer. Mas o que é possível fazer é, efetivamente, garantir que naquela estrada não se corre risco de vida. E esse risco de vida corre-se, correu-se durante muitos anos e ainda continua a correr-se. E, por isso, efetivamente, nós não podemos continuar a facilitar.

E esta situação que sucedeu há dias, sendo profundamente negativa, tenha causado inúmeras preocupações e tendo sido uma emergência grave, teve, provavelmente, um benefício: alertar para esta situação.

Eu acho que a população da Ribeira Quente a última coisa que quer ouvir sobre esta matéria não é a desculpabilização nem é a culpabilização, o que não quer ouvir é que se utilize a situação para arma de arremesso político.

E, atenção, falo sabendo que todas as questões são legítimas para se fazer o debate político, mas falo também na qualidade de quem é natural da Ribeira Quente e tem lá família. Eu acho que por isso é importante, não é por ser eu, mas é importante que uma questão que se prolonga há tantos anos não se transforme novamente nessa arma de arremesso político.

E sobre o que sucedeu na passada semana, eu gostaria de deixar alguns alertas, nomeadamente, começo pela questão do heliporto. Toda a gente reconhece que é fundamental aquela infraestrutura que foi construída, e bem construída. Não tem sido utilizada, mas pode ser.

E já na passada legislatura, o Bloco de Esquerda alertou e questionou sobre a utilização daquele heliporto como parque de estacionamento.

Ele não é certificado, todos sabemos.

Deputado Nuno Barata (IL): Não precisa de ser!

O Orador: Não precisa de ser. Mas também todos sabemos que aquele espaço, se não estiver funcional, não cumpre a sua função. E a verdade é que tenho feito

esse alerta em requerimentos e em audições parlamentares. E a verdade é que não vejo ninguém, nenhum responsável pela Proteção Civil, nos Governos anteriores, nem no atual, preocupado com a situação.

A mim causa-me a maior preocupação, por razões óbvias, que se deixe que aquele espaço seja um parque de estacionamento. Lamento ter que dizer neste Plenário.

Deputado José Pacheco (CH): Tem razão, tem toda a razão!

O Orador: Em segundo lugar, sobre o que sucedeu na semana passada, também me custa perceber que a Proteção Civil tenha alertado os trabalhadores da obra em curso do semi-túnel, mas que, segundo as declarações que foram feitas pelos seus responsáveis, se tenha considerado que não era adequado fechar a estrada. E porquê? Eu não preciso de repetir aquilo que sucedeu. Houve pessoas fechadas num túnel, porquê? Não é preferível ter-se uma abordagem precaucionária nessas matérias, nessas questões? Eu sei que há o risco de, quando o alerta é repetido demasiadas vezes, ele tornar-se pouco credível. Mas eu julgo que essa matéria deve ser avaliada e melhor avaliada, como deve ser avaliada e melhor avaliada não só na Ribeira Quente, longe disso.

Os alertas de chuva, muitas vezes, são comuns na nossa Região. E os alertas vermelhos muitas vezes. E nós temos várias situações daquelas nos Açores, em várias ilhas. E custa-me, muitas vezes, ver que a Proteção Civil e o Governo têm uma enorme dificuldade, por exemplo, em encerrar escolas. Preferem deixar crianças a andar de autocarro quando nenhum de nós se atreve a sair de casa.

Deputado Pedro Neves (PAN): É verdade!

Deputada Alexandra Manes (BE): É verdade! Há uns anos atrás, fechavam!

O Orador: E isso sucedeu na semana passada. E porquê? Eu julgo que a questão da economia é muito importante, as dificuldades que isso gera com a vida das pessoas são enormes. Isso é tudo verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, os engenheiros analisam!

O Orador: Sim, senhor, analisam, obviamente que analisam. E eu tenho o direito

de ter a opinião que a análise deve ser mais precaucionária. Isto acontece por diversas vezes. E na Ribeira Quente, no concelho da Povoação em particular, e falo dele porque conheço muito bem, há dias em que é um risco de vida circular nas estradas. Mas, se calhar, quem não conhece e quem está sentado, às vezes, na cadeira a olhar para números, não tem a consciência do que é transitar naquelas vias em alguns dias. E isso não posso deixar de dizer.

É populista? Pode ser. Vivo bem com isso.

Deputado José Pacheco (CH): É a verdade!

O Orador: Relativamente ao passado, também não quero deixar de falar que foram feitas obras de grande monta e de enorme importância para a freguesia. O Sr. Deputado José Contente conhece-as melhor que eu. Mas também foram criadas expectativas erradas. Eu julgo que as pessoas da Ribeira Quente sempre souberam que construir uma estrada alternativa, porque conhecem bem, era não só difícil, como quase impossível. Mas a verdade é que essa expectativa foi criada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E alimentada!

O Orador: Com a melhor das intenções, não tenho dúvida. Mas, a dada altura, se calhar, elas não deviam ter continuado a ser criadas, e foram. E esse foi o erro e é o erro que aponto. Para além do erro ou, nesse caso, do atraso, de não se ter avançado muito mais rapidamente na estabilização daquela via.

E a petição que já foi aqui citada, que eu fui um dos subscritores, diz isso mesmo, que é preciso fazer o que é essencial, que é tornar aquela via segura. Isto foi em 2015, estamos em 2023. Tem sido feito, mas muito devagar. Muito devagar, por uma situação que é conhecida muito antes de 1997, mas que a partir de 1997 passou a ser inevitável, passou a ser emergente.

Ora, é óbvio que havia outras questões mais urgentes e mais emergentes a fazer, mas passaram-se demasiado anos. E o que é preciso é que esses anos não continuem a passar e a via continue da mesma forma.

O Sr. Presidente do Governo, que não está aqui, diz que não quer investir em

betão, mas faça o favor de investir neste.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Indo por partes. Eu não disse que a petição era a favor de uma estrada alternativa. Eu apenas fiz citações de declarações feitas em sede de Comissão na apreciação dessa petição, que, aliás, as declarações são todas em 2015, mas a petição entrou até em 2014. E, portanto, foi isso que eu disse, apenas só isso. Fiz citação do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia e do Sr. Deputado José San-Bento, todos eles entrando em contradição com aquilo que, durante anos a fio, durante 18 anos, tinham anunciado, prometido e alimentado em expectativa à população da Ribeira Quente. E isso o senhor não desmentiu. Nem por um instante se o Sr. Deputado José Contente, do Partido Socialista, desmentiu o que eu afirmei nesta sucessão de factos que vos responsabilizam quanto à promessa, às mentiras e ao resultado disto tudo.

Dito isto, Sr. Deputado José Contente, vamos à outra parte. Sobre as obras e as manobras, basta olhar para nós os dois para percebermos que, provavelmente, o senhor faz mais obras e eu mais manobras, mas isso é da condição de cada um, não vou discutir.

Agora, há uma coisa que me parece, já não está com tanta condição para fazer as afirmações que fez. Sobre esse complexo da perda adquirida, nunca me queixei de tal coisa. Não sei se o senhor poderá dizer a mesma coisa quando foi dispensado pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional. Não sei.

Deputado Mário Tomé (PS): Tal falta de classe!

O Orador: Eu não senti, graças a Deus, na minha vida. Tenho problemas, mas nunca tive os dessa natureza.

Também diz aqui uma coisa interessante numa meia-verdade, que é mais uma meia-mentira, diz que eu sou o único Membro do Governo Regional sujeito a uma... Como é que o senhor disse?

Deputado José Contente (PS): A uma Resolução!

O Orador: A uma Resolução. OK. Uma Resolução a condenar o Subsecretário da Comunicação Social. É verdade. Só que o senhor só diz uma parte, não diz a segunda. Vamos à segunda parte deste episódio. Tratou-se, num momento em que o Partido Social Democrata não tinha a maioria deste Parlamento, de uma vingança política feita por um Deputado da oposição, que era proprietário de um jornal e que se achava no direito de receber determinados subsídios, para os quais não reunia as condições.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah!

O Orador: Em respeito pela memória desse Deputado, que Deus já o tomou a seu cuidado, eu nem sequer digo o nome.

Agora, há uma coisa em que o senhor me bate, e aí é único, único, único, Sr. Deputado José Contente: o senhor é o único governante dos Açores que, em quase 47 anos de governação, foi sujeito à censura da Entidade Reguladora de Comunicação Social, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: ... com uma deliberação, em agosto de 2012, que diz o seguinte, ...

Deputado José Contente (PS): É uma mentira!

O Orador: ... é a segunda das conclusões: “Dar provimento à participação, considerando que o Secretário Regional José Contente interferiu no trabalho da jornalista Ana Filipe Ferreira no direto transmitido no dia 11 de maio de 2012, no Telejornal Açores.”

Terceira conclusão dessa deliberação da Entidade Reguladora da Comunicação Social... Não foram políticos nem maiorias espúrias de um Parlamento, foi a Entidade Reguladora da Comunicação Social. E a terceira conclusão é esta:

“Relembrar [suponho que ao Sr. Secretário visado] que cabe aos jornalistas e aos órgãos de comunicação social estabelecer, com total autonomia e sem interferências de terceiros, os ângulos de abordagem dos acontecimentos divulgados, selecionando livremente as pessoas a ser ouvidas nas notícias e reportagens.”

Isto tudo porque o Sr. Secretário Regional da altura, José Contente, tomou o microfone da jornalista, que fazia um direto, para prestar declarações, achando-se no direito de as fazer porque já antes tinha a Sra. Presidente da Câmara de Ponta Delgada, Berta Cabral, intervindo.

Deputado Tiago Lopes (PS): Também tem aí do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto?

O Orador: Eu vou entregar na Mesa cópia desta deliberação da Entidade Reguladora da Comunicação Social, para que o Sr. Presidente possa fazer o favor de distribuir pela Casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Deputado José Contente, pelos esclarecimentos que deu à câmara relativamente a todo o processo da Ribeira Quente, desde 1997. Devo dizer que os esclarecimentos do Sr. Deputado José Contente não me surpreenderam. Não me surpreenderam, porque a análise de um leigo na matéria levava-me, embora leigo, a concluir que, realmente, contrariamente ao que já foi

dito por aí, eu não admito que as intervenções que foram feitas a partir de 1997 na Ribeira Quente não fossem suportadas por um estudo técnico. Era impensável. Isto não é do tipo: mandam um camião de blocos para cima e já se começa a resolver. Não, essas decisões são, seguramente, suportadas por pareceres técnicos, porque estão em causa os custos, mas também a perda, ou não, de vidas, relativamente às intervenções que se vai fazer. Portanto, não me espanta que também tenha sido com base nesse suporte técnico que a opção passou por criar as condições de segurança possíveis/orçamentação disponível naquela via.

Portanto, esse assunto, para mim, é um assunto que já está resolvido desde essa altura, com o *delay* no tempo em função do dinheiro. E, aliás, se dúvidas tivesse dessa situação, basta só analisar que não há de ter sido, seguramente, por um exercício de vaidade que, em 1930 ou à volta disso, se fez o túnel da Ribeira Quente. Portanto, não foi por vaidade, foi por se concluir que o melhor acesso àquela via era aquele, pese embora o facto de, sem a maquinaria pesada que hoje existe, ter-se feito aqueles túneis na altura. Portanto, se dúvidas houvesse que as intervenções posteriores tinham fundamentação técnica, a própria intervenção de 1930 e poucos, para mim, já me dava o conforto suficiente para acreditar que aquela era a melhor solução.

Também já ouvi falar aqui que, se calhar, de há 20 anos para cá já há outros procedimentos de execução que, se calhar, poderiam mudar isso. Eu acho que é ao contrário, e confirme, Sr. Deputado José Contente, que ao senhor eu reconheço-lhe o conhecimento técnico para falar disso, eu acho que, de 1997 para cá, o que possa ter acontecido relativamente aos taludes que compõem parte daquilo que troço de 6 km é que possam ter-se degradado. Ou seja, se em 1997 a intervenção custaria, por hipótese, 1 milhão, hoje, se calhar, há de custar 1 milhão e meio ou 2 milhões, porque degradou-se a situação dos taludes.

Portanto, não se melhorou a qualidade daquilo que se construiu. Eu acho que a construção civil, em obras de grande dimensão, não evoluiu a esse nível. Agora,

não tenho dúvidas que há de ter piorado.

Portanto, com base nisso, eu, sinceramente, já me sentia confortável para votar contra esse estudo, porque entendi que na política há de haver posturas mais sérias do que o populismo e a demagogia. Aproveitar a cada momento a fragilidade das populações que se veem constrangidas, naquele caso cerca de 60 pessoas que ficaram impedidas de ir dormir a casa, mas também do constrangimento que é, a cada momento, perceber que está sobre a cabeça deles uma espada, que é a dificuldade de acesso ou o bloqueio daquela via, usar essa dificuldade dessas pessoas que estão expostas para fazer política, que não é política nem é politiquice, é mesmo só populismo, eu acho que é muito mau. Portanto, eu acho que os políticos desta terra estão obrigados a mais do que isso.

As intervenções mais técnicas que já surgiram aqui, eu acho que mostram bem do que é que estamos a falar. A solução está definida e não pode ser alterada a cada momento. Portanto, depois do dinheiro que já foi investido naquela via, depois da necessidade que ainda existe, infelizmente, de continuar a intervir naquela via, não há espaço nem tempo para continuarmos aqui a estudar não sei o quê, em jeito de graça. O único estudo possível que existe aqui é falar com o falecido Moisés para abrir o mar e fazer uma estrada pelo mar. De resto, eu não vejo outra solução que não seja esta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu pedia aos líderes que se abeirassem aqui da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos terminar o ponto que está em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Agradeço que sejam breves.

(*) **Deputado José Contente** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente, eu, para já, também, vou entregar a Resolução de que falei, para o Sr. Deputado Joaquim Machado não ficar infeliz.

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado disse, se é uma vingança esta Resolução, aquilo que ele diz tem uma história também que não está completa. Mas como nós temos pressa, ficará para outra altura.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Também, para transmitir a posição do Governo dos Açores nesta matéria, uma posição política. Obviamente que o Governo dos Açores está de acordo com o objeto da Resolução, com os dois pontos resolutivos. Este também é um tema que preocupa o Governo dos Açores. E o próprio Presidente do Governo já assumiu neste Parlamento o prolongamento do semi-túnel que está em construção. Do mesmo modo, a Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas também já assumiu estudar a alternativa de acesso à Ribeira Quente, um estudo tecnicamente rigoroso, um estudo que apresente segurança, um estudo que elimine o risco para aquele local.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse sobre essa questão, a primeira intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado tinha-nos clarificado da desnecessidade de mais um estudo sobre a via alternativa à Ribeira Quente. Ficou também comprovado isso com uma espécie de assunção de imaturidade, em 1997, pela parte do Sr. Deputado José Contente, que, obviamente, perante aquela situação, prontamente anunciou que se iria fazer uma via alternativa à Ribeira Quente, coisa que todos aqueles que conheciam a zona diziam ser impossível, como se veio a comprovar.

Lembro-me, inclusivamente, de ter dito que aquilo “era impossível cavar, quer por um lado, quer pelo outro, que não desmoronasse, porque era pedra-pomes até à Nova Zelândia”. E riram-se à gargalhada. Vinte e tal anos depois, está aqui bem clarinho.

Mas há uma coisa em que o Sr. Deputado José Pacheco tem a vantagem, é que reencaminha para a “Secretaria Regional dos Estudos” mais um pedido de estudo. E, portanto, a Iniciativa Liberal vai-se abster nesta iniciativa, porque, apesar de se sentir esclarecida, não vai tirar mais esse estudo à “Sra. Secretária Regional dos Estudos”.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Informar que vou votar contra, ...

Deputado José Pacheco (*CH*): Oh, que admiração!

O Orador: ... porque o assumir que é necessário fazer um estudo, para mim, pressupõe, obviamente, que todos os trabalhos que venham a ser desenrolados naquela via, pela necessidade de os fazer, devem ficar suspensos. Portanto, só após o estudo é que devem ser iniciadas outras medidas para a contenção daqueles terrenos e segurança daquela via. Portanto, eu acho que o que está aqui em causa

é precisamente isso, é saber se devem ficar os trabalhos suspensos até que se termine o estudo. Vamos, então, andar aqui de estudo em estudo e deixar a situação em suspenso?

Presidente: Sr. Deputado, agradeço termine.

O Orador: Já terminei Sr. Presidente.

Não podemos andar aqui a brincar aos estudos, precisamente quando existem trabalhos feitos. Portanto, é uma infantilidade da qual eu não posso colaborar, porque naquela estrada precisa de ser garantida a segurança, como todos os que me conhecem, sabem. E não é empurrando com estudos para a frente que se vai conseguir resolver o problema.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Não leu as propostas? Leia, se faz favor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos colocar à votação o Projeto de Resolução n.º 167/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução colocado à votação foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM e 1 do Chega; 1 voto contra do Deputado independente; e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Relativamente ao ponto 21 da nossa agenda, o proponente retirou a dispensa de exame em Comissão. Portanto, vamos apenas discutir e deliberar sobre o **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 168/XII – “Universalidade na atribuição do programa Nascer +”**, apresentado pelo Deputado Independente.

Para justificar o pedido de urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou, contrariado, retirar o pedido de dispensa de exame em Comissão. A matéria em apreço merece a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados desta Casa. Há injustiças que estão sendo feitas nesta Região. Há populações que estão sendo discriminadas pela negativa. E, por isso, justificava-se que, tão rápido quanto possível, essa situação fosse corrigida.

85% dos micaelenses não têm direito ao subsídio social conhecido por Nascer +! E 100% dos faialenses também não têm direito a esse mesmo subsídio, 100% dos faialenses!

Portanto, isso, mais do que uma medida de apoio à natalidade, é efetivamente uma medida de controlo de natalidade. Para corrigir essa assimetria, pedi a urgência.

Considerando que dificilmente vou conseguir ter estadia e viagem para estar cá na segunda-feira e não podendo, obviamente, defender o diploma se não estiver cá, pois, retirei o pedido de dispensa de exame em Comissão, mantendo-se apenas a urgência.

E não me foi comunicado ainda nada da forma que deveria ser comunicado, não me foi comunicado se os trabalhos parlamentares vão continuar ou não vão continuar. Portanto eu não fui convidado a estar na Conferência de Líderes. Admito que sim. Mas também não me foi comunicado qual foi o desfecho da reunião que acabou de ser tida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguém que queira inscrever-se para discutir o pedido de urgência. Vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Quero anunciar à câmara que voto a favor do pedido de urgência.

Secretária: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado independente e 1 do Sr. Presidente da Assembleia; 19 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM e 1 do Chega.

Presidente: Foi aprovado o pedido de urgência. Assim, a iniciativa descerá à Comissão com um determinado período, para voltar no próximo Plenário.

Passamos para o ponto 23: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 169/XII – “Exigência do cumprimento do contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

Quem se inscreve para justificar o pedido de urgência? Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM apresentam este Projeto de Resolução, que define que a Assembleia Legislativa Regional exige ao Governo da República que execute o contrato-programa de reforço de financiamento, acordado com a Universidade dos Açores em 2020.

A urgência prende-se com o facto de que, ao longo de todos estes anos, nada foi feito em relação a este contrato-programa, tendo, inclusivamente, a Sra. Ministra feito algumas declarações no sentido de que já estavam em fase final de recolha de assinaturas. Mas o que é certo é que, até aos dias de hoje, a Universidade ainda está por receber todo este montante, que faz falta para o desenvolvimento e para o crescimento daquela que é a nossa instituição de ensino superior.

Relembro apenas que o financiamento do ensino superior é única e exclusivamente da responsabilidade do Governo da República. E, portanto, mais

uma vez, o Governo da República está a demonstrar que está de costas voltadas aos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Perguntou à câmara se há inscrições para este pedido de urgência. Não havendo, vamos votar o pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 169/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao ponto 24, o proponente também tira a dispensa de exame em Comissão. E ficamos, assim, só com o pedido de urgência do **Projeto de Resolução n.º 170/XII – “Apoios aos sectores agrícola e pecuário da Região Autónoma dos Açores pelo aumento dos custos de produção”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência deste Projeto de Resolução prende-se pelo facto de a nossa sociedade estar a atravessar um período enorme de incertezas, marcado pelos aumentos do custo de produção, do próprio aumento da inflação, deixando a nossa economia e a nossa agricultura mais fragilizada.

Sendo assim, são urgentes todas e quaisquer medidas para o setor da agricultura, para fazer face a estes constrangimentos. Dessa forma, apresentamos o referido pedido de urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto à câmara se há inscrições para este pedido de urgência. Não havendo, vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado independente; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM e 1 do Chega.

Presidente: Proposta de deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de junho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão, assim, encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite a todos.

Eram 20 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Célia Otelinda Borges Pereira

Marta Ávila Matos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Vasco Pereira da Costa

Documentos entrados

1 – Requerimento:

Assunto: Descriminalização de drogas sintéticas

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 06 – 15

Referência: 54.09.00 – N.º 661/XII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque661.pdf

2 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: Cedência de exploração das Pousadas de Juventude dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13

Referência: 54.06.00– N.º 599/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp599.pdf

Assunto: Hospital Internacional dos Açores/CUF

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13

Referência: 54.01.00– N.º 609/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp609.pdf

Assunto: Relatório com as conclusões do Estudo Diagnóstico do Equilíbrio e Sustentabilidade das Escolas Profissionais de Direito Privado na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13

Referência: 54.06.00– N.º 619/XII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp619.pdf

3 – Informações:

Assunto: Ofício a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio do Voto de Pesar – Pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria

Proveniência: Dr. Faysal Al Mekdad, Minister of Foreign Affairs and Expatriates

Data de Entrada: 2023 – 05 – 25;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, da Anteproposta de Lei n.º 16/XII (IL) – Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da regularização dos «Chãos de Melhoras»

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 06 – 09;

Assunto: Ofício ref.^a 55403573, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, informando que se mantém o interesse no depoimento/declarações de parte do Senhor Deputado Rui Filipe Ferreira Vieira Anjos.

Proveniência: Pedro Carrilho de Sousa, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13;

Assunto: Ofício ref.^a 55377507, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, se digne conceder autorização para que a prestação de depoimento/declarações de parte do Senhor Deputado Rui Filipe Ferreira Vieira Anjos, seja no dia 26 de junho de 2023.

Proveniência: Pedro Carrilho de Sousa, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposto para Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A., o Eng.º Paulo Jorge da Costa André, e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13;

Assunto: Ofício n.º 240 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que o Senhor Deputado Paulo Estêvão irá integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Grupo SATA

Proveniência: João Pedras, Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13;

Assunto: Ofício n.º 63/023/RL a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que os seguintes Senhores Deputados irão integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Grupo SATA, a saber: Deputados António Vasco Viveiros, Flávio Soares e Sabrina Furtado e a apresentar a candidatura de

Flávio Soares a Secretário da Mesa da referida Comissão

Proveniência: Rui Lucas, Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 06 – 15;

Assunto: Correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que os seguintes Senhores Deputados irão integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Grupo SATA, a saber: Deputados Andreia Costa, Berto Messias, Carlos Silva e Tiago Branco e a apresentar a candidatura e aceitação de Berto Messias e Tiago Branco a Presidente e Relator, respetivamente, da referida Comissão

Proveniência: Guilherme Marinho, Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 06 – 15.

4 – Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18021.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18020.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Aprova medidas de simplificação de procedimentos administrativos em matéria de indústria, com vista a reduzir os encargos sobre as empresas e os cidadãos – PCM – (Reg. DL 239/XXIII/2023) - Audição n.º 130/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 06 – 15;

Assunto: Sobre a Lei n.º 7/2022, de 10 de janeiro – Relatório Anual da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica - Audição n.º 131/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 06 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Executa na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2019/1150, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha - MEM - (Reg. DL 341/XXIII/2022) - Audição n.º 133/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 06 – 15.

5 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 104, 105, 106 e 107 e a Separata n.º 40/XII.

Os redatores, Conceição Branco, Ana Lemos e André Silva